

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

BRUNO PANTALEÃO DE OLIVEIRA

**DESCANSE O SEU GATILHO: A HEGEMONIA DOS MERCADOS ILEGAIS E
SEUS DIVIDENDOS DE PAZ**

SÃO PAULO
2024

BRUNO PANTALEÃO DE OLIVEIRA

**DESCANSE O SEU GATILHO: A HEGEMONIA DOS MERCADOS ILEGAIS E
SEUS DIVIDENDOS DE PAZ**

Estas propostas são apresentadas à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo

Linha de Pesquisa: Política e Economia do Setor Público

Orientador: Prof. Ciro Biderman

Oliveira, Bruno Pantaleão de.

Descanse o seu gatilho : *illegal markets' hegemony and its peace dividends* /
Bruno Pantaleão de Oliveira. - 2024.

94 f.

Orientador: Ciro Biderman.

Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração
de Empresas de São Paulo.

1. Crime organizado - São Paulo (SP). 2. Comunidades - Desenvolvimento. 3.
Desenvolvimento econômico - São Paulo (SP). 4. Homicídio. 5. RAIS. I. Biderman,
Ciro. II. Tese (doutorado CDAPG) – Escola de Administração de Empresas de São
Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 343.341(816.11)

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O
Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

BRUNO PANTALEÃO DE OLIVEIRA

**DESCANSE O SEU GATILHO: A HEGEMONIA DOS MERCADOS ILEGAIS E
SEUS DIVIDENDOS DE PAZ**

Estas são apresentadas à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração Pública e Governo pela Linha de Pesquisa Política e Economia do Setor Público.

Data da Aprovação:

12/11/2023

Banca Examinadora:

Prof. Ciro Biderman (Orientador)
FGV-EAESP

Prof. Dr. Gabriel Santis Feltran Sciences
Po Paris

Profa. Dra. Joana Costa Martins Monteiro FGV-EBAPE

Prof. Dra. Jessie Trudeau
Universidade de Syracuse

Agradecimentos

Pela orientação, apoio, sugestões enriquecedoras: Joana Monteiro, Jessie Trudeau, Ciro Biderman, Gabriel Feltran e George Avelino. Aos professores do Departamento de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas, cujas disciplinas foram essenciais para a boa execução da minha pesquisa: Elize Massard, Rudi Rocha, Claudio Couto, Eduardo Rezende e José Puppim. Outros mentores e colegas que apoiam a jornada: Thomas Trebat, Daniella Diniz, Bruna Santos, Maria Luiza Paranhos, Teresa Borges, Nora Johnson e Laura Nora.

Algumas pessoas que trabalharam para produzir os dados que pude usar na pesquisa: Ciro Biderman, João Manuel Pinho de Mello, Alexandre Schneider, Renato Lima, Frederico Ramos, Claudia Cerqueira, Alexandre Calil, André Oliveira, Tulio Khan, Gabriel Feltran, Eduardo Marques, Daniel Waldvogel, Tomás Wissenbach. As instituições que produzem os dados: Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP), GEOSAMPA, DEINFO, Ministério do Trabalho e Emprego, Disque-Denúncia, Centro de Estudos da Metrópole (CEM), IBGE, Observatório Nacional Atmosférico e Aeroespacial dos EUA (NOAA). Às vezes concedemos entrevistas para o projeto de pesquisa. pessoas que

Aos amigos da APG, CEPESP, CLEAR, e outros centros de pesquisa: Leonardo Bueno, Gabriela Campos, Guilherme Russo, Julia Guerra, Mauricio Izumi, Ronan Costa, Tainá Pacheco, Debora Thomé, Gabriel Goldfajn, Pedro Bruzzi, Mariana Costa, Eliana Mello, Tiago Couto, Manuel Bonduki, Michel Szklo, Lara Mesquita, Ronan Cunha, Lycia Lima, André Portela, Alei Santos, Gabriel Weber, Camila Soares. À FGV-EAESP pelo financiamento no primeiro ano por meio da Bolsa Teaching Assistant (TA) e pelos financiamentos pontuais para atividades acadêmicas.

Aos amigos da FGV-RI, onde lecionávamos desde o meio do doutoramento: Juliana Camargo, Eduardo Mello, Matias Spector, Daniel Rio Tinto, além de muitos alunos e alunas de graduação.

Finalmente, agradeço aos amigos pessoais: Laura, Mariana, Nora, Ainara, Marcos, Guilherme, João Marcos, Rodrigo, Akin, Pierre, Belle, Joana, Julia e Giovana. À toda a minha família, especialmente meus pais Manoel e Márcia, e minha avó Bebel.

Resumo

Nesta pesquisa, investigo o papel da governança criminal na promoção do Desenvolvimento Econômico. Mostro que um regime racional e estável de governança criminal fornecido por uma organização de tráfico de drogas promove uma melhoria na quantidade de empregos e empresas em regiões periféricas que são mal atendidas por serviços estatais. Concluo que a presença da governança criminal e a hegemonia de um único grupo do crime organizado em uma grande área metropolitana estão associadas a uma redução em homicídios e violência interpessoal grave. Minhas descobertas sugerem que a presença de uma organização criminosa hegemônica permite padrões de governança mais regulares e previsíveis, e que a estrutura interna das organizações desempenha um papel fundamental na formação do relacionamento entre criminosos, a população e o estado.

Palavras-chave: Governança Criminal, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Homicídio, Avaliação de Impacto, RAIS, Geoprocessamento

Resumo

Nesta pesquisa, investigo o papel da governança criminal na promoção do Desenvolvimento Econômico. Demonstra que um regime racional e estável de governança criminal, promovido por uma organização de tráfico de drogas, promove um aumento na quantidade de empregos e empresas em regiões periféricas pouco atendidas pelos serviços do estado. Constatei que a presença de governança criminal e a hegemonia de um único grupo de crime organizado em uma grande área metropolitana estão associadas com uma redução de homicídios e violência interpessoal grave. Minhas descobertas sugerem que a existência de uma organização criminosa hegemônica permite padrões de governança mais regulares e previsíveis, e que a estrutura interna das organizações desempenha um papel chave na configuração da relação entre crimes, a população e o estado.

Palavras-chave: Governança Criminal, Desenvolvimento Econômico, Homicídios, Avaliação de Impacto, RAIS, Geoprocessamento

Lista de Figuras

Figura 1 – As regiões dentro do PCC são definidas pelos códigos de área DDD atribuídos a cidades. Os dados de apreensão disponíveis incluem informações sobre todas as “interior” (regiões 12, 14, 15, 16, 17, 18 e 19) 31
Figura 2 – Dispersão do número de membros do PCC em uma determinada cidade em comparação com tamanho da população. Fonte: elaboração própria com base em dados obtidos de apreensão policial. 32
Figura 3 – Dispersão do número de agentes de segurança do PCC numa determinada cidade em comparação com tamanho da população. Fonte: elaboração própria com base em dados obtidos de apreensão policial. 32
Figura 4 – % de favelas da nossa amostra com relatório do PCC, por mês. Elaboração própria com base em disque-denúncia e (Biderman et al. 2019). Inclui únicas favelas onde o PCC foi relatado 34
Figura 5 – Áreas de Ponderação no município de São Paulo com denúncias de presença do PCC (2003-2009). Elaboração própria com dados do disque- denúncia elaborada por (Biderman et al. 2019). 40
Figura 6 – Distribuição do índice de luminosidade no ano anterior à entrada no PCC. Fonte: Elaboração própria com base em dados da Prefeitura de São Paulo, disque -denúncia e NOAA. 41
Figura 7 – O PCC proíbe os motociclistas de realizarem acrobacias e cometerem excessos barulho. Extraído de (Folha de S. Paulo 2021). 49
Figura 8 – Taxas de homicídios na região metropolitana de São Paulo X restante do estado 50	
Figura 9 – Favelas de São Paulo (pontos) por ano de entrada no PCC. O mapa base é São Circunscrições do Distrito Policial de Paulo. Elaboração própria com base em dados do (Centro de Estudos da Metrópole 2021), Disque-Denúncia, e Desinformação. 53
Figura 10 – Elaboração própria com base em dados do SSP-SP e Disque-Denúncia. compara áreas próximas a favelas (< 500m) com aquelas distantes das favelas. 61
Figura 11 – Cálculos próprios com base em dados do SSP-SP e Disque-Denúncia. 62
Figura 12 – Estimativas usando (28). Efeitos da entrada do PCC no nível do Distrito Policial. Compara áreas onde o PCC está presente com áreas onde ainda não está presente. Os gráficos de estudo de eventos são semelhantes ao parâmetro $\dot{y}D(e)$ 64
Figura 13 – Estudo de Evento estimado seguindo a especificação em 2.1. 66
Figura 14 – Análise descritiva da evolução dos empregos em São Paulo. 70
Figura 15 – Análise descritiva da evolução das Firms em São Paulo. 70

Figura 16 – Áreas de Ponderação na cidade de São Paulo contendo favelas e relatórios de presença do PCC. Elaboração própria com base em dados de denúncias (Biderman et al. 2019) e dados da cidade de São Paulo 71
Figura 17 – Compara a criação de empregos em Áreas de Ponderação sem favelas (esquerda) e aqueles com favelas (à direita) na cidade de São Paulo ao longo dos anos. .	72
Figura 18 – Compara aberturas de empresas em Áreas de Ponderação sem favelas (esquerda) e aqueles com favelas (à direita) na cidade de São Paulo ao longo dos anos. .	72
Figura 19 – Criação de empregos após a entrada do PCC. O estudo de eventos exibe as estimativas de $\gamma D(e)$ parâmetro. 73
Figura 20 – Aberturas de empresas após a entrada do PCC. O estudo de eventos exibe as estimativas de Parâmetro $\gamma D(e)$ 74
Figura 21 – Exemplo de registro do PCC por volta de 2013. Inclui “as últimas universidades” (prisões) onde eles estiveram. 94
Figura 22 – Exemplo de registro de membros obtido, apelidos removidos 94

Lista de tabelas

Tabela 1 – Lista de Entrevistas 33
Tabela 2 – Estatísticas descritivas para variáveis no nível da favela, utilizadas em algumas estimativas companheiros. Fonte: Elaboração própria com base em dados do SSP e Geosampa.	37
Tabela 3 – Estatísticas descritivas para variáveis ao nível do distrito policial utilizadas em alguns estimativas. Fonte: Estimativas próprias com base em dados do CEBRAP/CEM.	. 38
Tabela 4 – Estatística descritiva baseada em dados do (GeoSampa) 38
Tabela 5 – Comparação entre a amostra e o restante de São Paulo. Ver Figura 16 para um visual. 39
Tabela 6 – Resumo tabular das funções exercidas pelos membros do PCC no região interior de São Paulo 55
Tabela 7 – Estatísticas descritivas para variáveis ao nível do distrito policial utilizadas em alguns estimativas. Fonte: Estimativas próprias com base em dados do CEBRAP/CEM.	. 63
Tabela 8 – Estimativas lineares incluindo efeitos fixos 65
Tabela 9 – Preditores socioeconômicos da entrada no PCC em uma favela 68
Tabela 10 – Preditores socioeconômicos da entrada no PCC em uma favela 69
Tabela 11 – Estatística descritiva baseada em dados do (GeoSampa) 73
Tabela 12 – Estimativas de diferença em diferenças para Luminosidade Noturna 75
Tabela 13 – Correlação entre o número de empresas, o número de homicídios e o número de Presença do PCC usando o nível de análise do distrito policial 78
Tabela 14 – Correlação entre o número de empresas, o número de homicídios e Presença do PCC usando o nível de análise do distrito policial 78
Tabela 15 – Estimativas baseadas em dados de apreensão de 2014 e SEADE. Todas as variáveis dependentes Os valores estão em escala logarítmica. Inclui os anos de 2011 a 2015. 79

Conteúdo

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	O cenário	14
1.2	Por que a governança criminal impulsiona o desenvolvimento econômico ?	19
1.2.1	Governança Criminal Hegemônica mitigando a violência	21
1.2.2	Execução de contratos, resolução de controvérsias, confiança e desenvolvimento econômico	23
1.2.3	Reinvestimento de receitas criminosas	25
1.2.4	Hipóteses	25
1.3	Desenho de Pesquisa	26
1.3.1	Seleção de Caso: PCC em São Paulo	27
1.4	Roteiro deste manuscrito	27
2	MÉTODOS E DADOS	28
2.1	Métodos: Análise de Caso de CAPS em São Paulo	28
2.1.1	Revisão da literatura	29
2.1.2	Documentos do PCC	30
2.1.3	Entrevistas com profissionais de segurança pública	31
2.2	Métodos: análise quantitativa	33
2.2.1	Estratégia de Identificação	33
2.2.2	Diferenças escalonadas em diferenças	35
2.3	Dados sobre presença do PCC: disque-denúncia	36
2.4	Dados sobre crimes	37
2.4.1	Dados de crimes georreferenciados	37
2.4.2	Dados criminais em nível de distrito policial	37
2,5	Dados sobre resultados econômicos	38
2.5.1	Resultados econômicos formais	38
2.5.2	Resultados econômicos informais	39
2.5.3	Um esclarecimento sobre unidades de análise	40
3	REVISÃO DE LITERATURA	43
3.1	Governança Criminal	44
3.2	Mercados ilegais e produção de externalidades	46
4	A FESTA DO CRIME: ORGANIZAÇÃO E LEGITIMIDADE	
	DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL	49
4.1	São Paulo na virada do século	50
4.2	Um relato da expansão do PCC em São Paulo	51

4.3	As instituições formais e informais do PCC .	53
4.4	Como o PCC atenua as externalidades do mundo do crime .	56
4.4.1	PCC reformula tráfico de drogas por meio de regulamentação .	56
4.4.2	O PCC investiga irregularidades e aplica regras .	57
4.4.3	Proibição de furtar na quebrada .	58
4.4.4	O PCC melhora o relacionamento entre o estado, a comunidade e o crime	59
4.5	Hegemonia Criminal: Expansão do PCC e redução de homicídios em São Paulo .	60
4.5.1	Hegemonia Criminal	61
4.5.2	Estimadores escalonados de diferenças em diferenças .	64
4.5.3	Estimativas de MCO	65
5	PCC E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	67
5.1	Estratégia de Identificação .	67
5.1.1	Determinantes socioeconômicos da entrada no PCC	67
5.2	Disciplina de mercado: Governança Criminal e Atividade Econômica Formal	67
5.3	Impactos da Governança Criminal nos indicadores informais	74
6	EXERCÍCIOS EXPLORANDO MECANISMOS	76
6.1	Mecanismos: mais comércio, mais serviços, mais mulheres .	76
6.2	Mecanismo: Homicídios e Desenvolvimento Econômico	77
6.3	Mecanismo: Fiscalização e crescimento do PIB local .	77
7	CONCLUSÃO	
7.1	Implicações políticas .	81
	Referências	84
	APÊNDICE A – APÊNDICE	93
A.1	Disque-Denúncia e a chegada do PCC .	93
A.2	Vislumbres de dados de apreensão .	93

A fórmula mágica da paz

“Essa porra é um campo minado
Quantas vezes eu pensei em me jogar daqui
Mas aí, minha área é tudo o que eu tenho
A minha vida é aqui, eu não consigo sair

É muito fácil fugir, mas eu não vou
Não vou trair quem eu fui, quem eu sou
Eu gosto de onde eu vou e de onde eu vim
Ensino da favela foi muito bom pra mim

Cada lugar um lugar, cada lugar uma lei
Cada lei uma razão, eu sempre respeitei
Qualquer jurisdição, qualquer área
Jardim santo Eduardo, Grajaú, missionária

(...)

Não tava nem aí, nem levava nada a sério
Admirava os ladrões e os malandros mais velhos

Mas se liga, olhe ao seu redor e me diga
O que melhorou? da função quem sobrou?

Sei lá, muito velório rolou de lá pra cá

Qual a próxima mãe que vai chorar?

Há! Demorei, mas hoje posso compreender Que
malandragem de verdade é viver"

(Brown e Rocha 1997)

1 Introdução

Em uma edição recente de seu *Regional Economic Outlook*, o Fundo Monetário Internacional argumenta que as taxas de criminalidade na América Latina diminuem o crescimento geral da produção ao diminuir a acumulação de capital e a produtividade (Fundo Monetário Internacional 2023). De acordo com os autores do relatório, um aumento de 1% na taxa de homicídios de um país latino-americano está estatisticamente associado a uma redução de 0,3 pp no crescimento do PIB. De acordo com o relatório, o impacto está acontecendo por meio da acumulação de capital e do crescimento da produtividade total dos fatores, mas não devido à participação da força de trabalho.

Neste manuscrito, conduzo uma análise mais detalhada do papel do crime e seus impactos no desenvolvimento econômico, com foco na maior e mais relevante cidade economicamente da América Latina, São Paulo. Conduzo uma análise causal com foco na disseminação do Primeiro Comando da Capital, uma gangue prisional, pelas favelas de São Paulo. Recupero os impactos causais do PCC nos níveis de homicídio, crimes contra a propriedade (medidos usando roubos de veículos como proxy) e desenvolvimento econômico (medidos usando proxies como empregos, empresas e luminosidade noturna). Os resultados obtidos sugerem que uma grande redução nos homicídios — impulsionada pela consolidação do crime organizado e implementação de instituições informais — contribui para o desenvolvimento econômico de áreas locais por meio do aumento da acumulação de capital e do TFP (número de empresas formais), corroborando a hipótese do FMI. Além disso, os resultados obtidos mostram que há um aumento na participação das mulheres na força de trabalho, o que é ignorado pelo relatório do FMI (Fundo Monetário Internacional 2023).

1.1 O cenário

“Há vários lugares ao redor do mundo onde três conjuntos infelizes de circunstâncias coexistem: onde as pessoas não cooperam quando seria mutuamente benéfico fazê-lo; onde competem de maneiras prejudiciais; e, finalmente, onde se abstêm de competir nos casos em que todos poderiam ganhar consideravelmente com a competição.” (Gambetta 1988) (p.158)

Paraisópolis é uma favela da zona sul de São Paulo com cerca de 50.000 habitantes. Ocupa cerca de 800.000m² e é uma das favelas mais conhecidas da cidade. Uma pesquisa no Google Maps realizada no final de 2023 revela a presença de cerca de 20 pizzarias, 18 hamburguerias, várias churrascarias, lojas de sushi, restaurantes de yakisoba (chinês) e assim por diante. Cercada por uma área rica de São Paulo, essa favela é mundialmente conhecida por uma foto retratando um muro que contrasta seus *barracos* com um prédio de luxo com quadra de tênis e piscinas. Entre outras coisas, isso criou a condição para mercados lucrativos de drogas

desenvolver-se na área, visando atender os moradores da favela, mas também seus vizinhos.

Enquanto isso, mercados se desenvolveram fora da favela para atender moradores ricos e pobres da área: grandes supermercados, mais linhas de transporte público, redes de fast-food, lojas de eletrodomésticos, concessionárias de automóveis, academias de luxo e escolas caras estão disponíveis a menos de 500 metros dos acessos da favela.

Heliópolis não é mais oficialmente registrada como favela, pois agora tem infraestrutura urbana adequada e direitos de terra. Situado em uma área de 1.000.000m² na zona leste de São Paulo, este bairro é habitado por 100.000 pessoas. Não há vizinhos ricos perto de Heliópolis, mas o comércio também é abundante aqui. Uma busca no Google Maps no final de 2023 revela cerca de 18 pizzarias, 20 hamburguerias, um cinema, dois locais para shows e festas infantis, academias, lojas, um hospital e uma unidade básica de saúde dentro da comunidade. Nas proximidades, pode-se observar duas lojas de uma grande loja *de atacarejo*, bem como vários postos de gasolina, oficinas mecânicas, supermercados, academias, farmácias, escolas particulares e agências bancárias comerciais.

Paraisópolis também abriga a favela G10, um grupo empreendedor que visa incluir moradores de favelas como consumidores. Uma maneira de fazer isso é fomentando o empreendedorismo social: estimulando as pessoas a investir e criar empregos dentro das favelas, já que a maioria dos moradores inseridos no mercado formal precisa ir para outro lugar (pegando 2-3 transportes) para trabalhar. No entanto, se as favelas abrigam milhares de pessoas, por que os investidores não estão tentando fornecer bens e serviços nessas áreas? Uma maneira de entender isso é observando o trabalho que está sendo conduzido pela Favela Llog, uma startup de logística, financiada e incubada pela G10, que se concentra na entrega de produtos de comércio eletrônico e correspondências dentro de favelas em várias cidades brasileiras. Iniciativas como a Favela Llog são necessárias porque as favelas têm sido severamente negligenciadas por uma miríade de atores estatais ao longo dos anos. Primeiro, e acima de tudo, a falta de direitos de propriedade das favelas somada ao preconceito social contra seus habitantes levou as agências policiais a oferecer serviços muito abaixo da média, falhando em fornecer o tipo de segurança observado em áreas de renda mais alta. Em segundo lugar, outras agências estatais historicamente negligenciaram o fornecimento de serviços nessas áreas, pois burocratas estatais com muita autonomia não se sentem seguros trabalhando lá. Esse era (e ainda é) frequentemente o caso para conexões de água, esgoto, acesso à eletricidade, iluminação pública e entrega de correspondência (108; Rufin 2015).

A negligência do Estado, o mercado de drogas e os abusos policiais criaram, durante muito tempo, um ambiente muito inseguro nas favelas brasileiras (Zaluar 2000; Zaluar & Barcellos 2013) e minaram a confiança entre os moradores e o Estado (Holston 1991; Caldeira & Holston 1996).

Por um lado, as gangues de tráfico de drogas geralmente têm controle instável sobre o território e precisam lutar violentamente contra adversários, bem como contra insurgentes dentro da gangue (Bruhn 2021). Por outro lado, as intervenções das forças policiais em favelas são frequentemente violentas, com foco em prender e punir, não em mediar e construir confiança, deixando um rastro de vítimas.

Finalmente, o acesso aos mecanismos formais de justiça é extremamente lento e dispendioso, o que, juntamente com

com os fracos direitos de propriedade disponíveis para moradores de favelas, deve gerar pequenos incentivos para que os moradores invistam e forneçam melhorias para a área. Em certo sentido, o abandono do estado leva à indiferença do setor privado e, em equilíbrio, isso leva à deterioração urbana.

A **Favela Holdings** é outro grupo do setor privado que impulsiona o desenvolvimento de favelas. mercados, com investimentos em áreas como cultura, agências de viagens, serviços financeiros e até mesmo uma empresa de pesquisas. Recentemente, criou um fundo de capital de risco com foco em start-ups (como a Favela Llog) que podem fornecer soluções para moradores de favelas. No entanto, todos esses investimentos enfrentam "riscos políticos" severos. Eles operam em áreas com controle e presença estatal limitados. Embora isso possa ser descrito como um duopólio de violência, a falta de disposição do estado em estar permanentemente presente nessas áreas, juntamente com o forte domínio das gangues sobre os territórios, garante que todas as partes interessadas em negócios dentro de uma favela estejam sujeitas aos caprichos dos desejos e objetivos dos pequenos e imprevisíveis chefes de gangues. O lado estadual do duopólio é extremamente limitado em sua capacidade de proteger os moradores e seus interesses comerciais. Enquanto isso, a presença criminosa é permanente e muito mais enraizada na comunidade.

O que seria prescrito, com base na literatura de criação de estado, para que empreendedores tivessem sucesso seria o desenvolvimento de uma presença forte e permanente do estado por meio da *melhoria das instituições* (Martin et al. 2007). Garantir que a extração criminosa seja limitada, que os membros de gangues evitem interromper negócios legítimos, que os direitos de propriedade sejam aplicados e que os empreendedores tenham acesso a serviços como infraestrutura, justiça e transporte. Infelizmente, as prioridades do estado nunca foram fornecer esses tipos de serviços nas favelas. A criação de estado na América Latina foi permeada por pressões demográficas urbanas que, combinadas com o foco da Segurança do Estado das forças policiais no Brasil, levaram ao desenvolvimento de zonas proibidas (Koonings & Krujit 2007) com densidade extremamente baixa de presença do estado. Por um lado, a falta de direitos de propriedade e governança eficaz é precisamente o que leva os pobres a viver em favelas: terras mais baratas permitem que moradores mais pobres vivam em áreas urbanas, mas também devem permitir que empresas se instalem e forneçam bens e serviços a custos mais baixos (Glaeser 2011). Por outro lado, no entanto, estudos recentes sugeriram que níveis baixos de capital social e controle estatal afastam o investimento estatal, pois isso implica custos mais altos para promover o bem-estar e menos eficiência de gastos (Blattman et al. 2023) – em outras palavras, há retornos de escala para a criação do estado. Nesse sentido, pode-se esperar que os empreendedores respondam investindo em áreas onde o estado já tem uma forte presença e a capacidade do crime organizado de coagir empreendedores legítimos é limitada.

O que aconteceria, no entanto, se algumas gangues pudessem fornecer alguns serviços estatais, como direitos de propriedade, execução de contratos e assim por diante? Esta não é uma proposição absurda baseada na literatura sobre gangues mafiosas. Autores como (Gambetta 1993; Volkov 2002; Varese 2006; 2; Sierra 2020; Buonanno et al. 2015; Blair et al. 2022) descrevem os papéis de

organizações do tipo máfia no fornecimento de mecanismos relevantes de resolução de disputas e na condução do desenvolvimento capitalista em áreas onde o estado não estava disposto ou não conseguia fornecer segurança e execução às empresas. No entanto, a literatura sobre máfia normalmente enquadra isso como uma linha de negócios. A proteção empresarial e a tributação são o negócio principal dessas organizações. No Brasil e na América do Sul, no entanto, as gangues têm muito mais probabilidade de serem financiadas por meio das vendas no varejo de narcóticos tornados ilegais do que pela extração de impostos de empresas locais (Blattman et al. 2023). As gangues do tráfico de drogas também podem fornecer serviços semelhantes aos do estado e praticar a Governança Criminal (Lessing 2020), mas teriam incentivos diferentes para fornecer proteção às lojas e famílias locais: evitando que a polícia fosse chamada e interrompesse a principal linha de negócios (razões materiais); desenvolvendo legitimidade e ganhando favor dentro da comunidade (corações e mentes) (Blattman et al. 2023); ou percepções normativas intrínsecas de comportamentos que são certos ou errados (valores) (Firmino Amarante & Gonçalves de Melo 2020; Biondi 2014; Marques 2009).

Neste manuscrito, estudo o impacto da governança criminal, pacificação, resolução de controvérsias e aplicação de regras nos resultados do desenvolvimento econômico medidos nas áreas mais pobres de São Paulo. Exploro a crescente hegemonia do Primeiro Comando da Capital (PCC) sobre as prisões, favelas e mercados de drogas para recuperar os efeitos causais da Governança Criminal no desenvolvimento econômico nas áreas dominadas por gangues de São Paulo, usando o número de empregos e empresas como minhas principais variáveis de resultado. Concentro-me no caso do Primeiro Comando da Capital porque ele efetivamente alcançou a hegemonia sobre o *mundo do crime* em São Paulo, não monopolizando produtos e serviços, mas operando como uma organização estável e baseada em regras que permite a melhoria da comunicação entre atores criminosos e diminui os incentivos para conflitos criminosos (Feltran 2008; Feltran 2018). Em certo sentido, a arquitetura informal do PCC, sua estabilidade de regras e seu papel de mediação de conflitos em grandes reinos da cidade de São Paulo abordam a organização como uma instituição informal substituta (Helmke & Levitsky 2004). Esse tipo de instituição é considerado relevante e vinculativo pela maioria dos atores sociais envolvidos, as normas são bem conhecidas, e quebrar suas regras pode tornar alguém sujeito a sanções – até mesmo membros do PCC (Malvasi 2012). Com base em vários relatos etnográficos dos mecanismos de resolução de conflitos do PCC e suas consequências locais nas relações comunitárias, teorizo que as instituições do PCC melhoram o *ambiente de negócios* local (Martin et al. 2007) ao introduzir a tomada de decisões baseada em regras, bem como um executor que é limitado por suas próprias leis e, portanto, preza um tipo de legitimidade que o estado não tem nessas áreas – já que o estado, historicamente, não é limitado por suas próprias leis dentro das favelas (Barcellos 1992).

Investigo o papel da Governança Criminal em fornecer um melhor *ambiente de negócios* e promover o *desenvolvimento econômico* estudando a expansão do PCC em São Paulo. As regras do PCC são sofisticadas e conhecidas por evitar a violência, usar delitos e mobilizar a tomada de decisões colegiadas para garantir que todos percebam as decisões como justas (Biondi 2014; Biondi 2016; Ruotti 2016). Por essas razões, a expansão do PCC tem sido

causalmente ligado a uma redução de homicídios nas favelas de São Paulo (Biderman et al. 2019; Feltran 2012). Revisito os dados e métodos usados por (Biderman et al. 2019) para mostrar que a expansão do PCC também está impulsionando aumentos em empregos e empresas (desenvolvimento econômico), mas não está relacionada a ganhos de infraestrutura ou educacionais (desenvolvimento social).

Contribuo para a literatura sobre Governança Criminal fornecendo evidências quantitativas e empíricas que apoiam algumas das alegações teóricas na literatura: que a governança criminal é observável, é consequente para o desenvolvimento econômico e pode produzir externalidades positivas em algumas circunstâncias. Argumento que a governança do PCC impulsionou o desenvolvimento econômico em favelas e seus arredores, e que os mecanismos de governança criminal para resolução de controvérsias e execução impulsionam o desenvolvimento econômico porque aumentam a previsibilidade das instituições. Isso acontece neste caso em um padrão muito regular em São Paulo, porque os mecanismos de resolução do PCC são baseados em um conjunto bem conhecido de diretrizes éticas (o proceder) e regras formais escritas (o estatuto). As condições de mercado melhoram porque a resolução de disputas se torna mais eficaz e mais previsível sob uma hegemonia criminal em toda a cidade.

Minha contribuição secundária para a literatura sobre conflito, crime e violência é fornecer uma estrutura teórica, baseada na teoria das Relações Internacionais, que explica a violência e o conflito sob um governo que pratica repressão violenta incondicional.

Eu me baseio em teorias realistas na arena internacional para argumentar que sob incerteza e anarquia (que é uma característica introduzida neste caso não pela *falta* de um estado, mas pela participação em mercados ilegais que carecem de condicionalidade ou racionalidade em sua repressão) as gangues precisam investir recursos para fornecer dissuasão confiável para violência contra adversários e estão frequentemente usando violência (preemptiva) para defender seus direitos de propriedade contra ameaças reais ou imaginárias. A estrutura do PCC limita todos esses incentivos criando mecanismos de resolução de conflitos que são eficazes, justos e vinculativos para aqueles fora da lei. A segunda implicação dessa aplicação é que os criminosos não são capazes de "matar seu caminho até o topo" dentro de sua própria organização: os incentivos para lutas internas de gangues diminuem quando a legitimidade se torna mais importante e os direitos de propriedade são aplicados.

Minha terceira contribuição diz respeito à motivação das gangues para fornecer governança. Eu argumento que as gangues não necessariamente governam como uma forma de ganhar dinheiro. Isso já foi sugerido antes, com alegações de que as gangues em Medellín cobravam apenas por serviços de resolução de disputas como uma forma de mitigar a demanda social (Blattman et al. 2023). No caso que analiso, não há taxas por serviços ou extorsão conduzidas pelo PCC. Todas as práticas de governança – fazer uma imposição de regras para criminosos e para a comunidade – são conduzidas por membros que são nomeados como *disciplinadores* de uma determinada área. Os membros não são pagos por esse trabalho, embora possam recuperar despesas diretas. Combinando as evidências, sugiro que o caminho material provavelmente se concentra em evitar incursões policiais e interromper sua principal linha de negócios, que é o varejo de drogas, enquanto preocupações não materiais relacionadas à legitimidade e

fazer o que é certo desempenha um papel importante.

A última (e mais limitada) contribuição do meu trabalho diz respeito ao ganho de empregos observado entre as mulheres, à medida que ocorrem reduções de homicídios e violência. Mostro que o aumento no número de empregos em áreas tratadas é parcialmente impulsionado por aumentos entre as mulheres, sugerindo que uma comunidade mais segura é um mecanismo através do qual pessoas que podem ser mais suscetíveis à violência são inseridas no mercado de trabalho. Não encontro resultados para os jovens.

1.2 Por que a governança criminal impulsiona o desenvolvimento econômico?

(autor?) (Ruotti 2016) relata uma entrevista realizada em uma grande favela na zona sul de São Paulo. Segundo seu interlocutor, antigamente, a loja dentro da favela costumava ser roubada o tempo todo. Todos os moradores ficavam felizes porque o mercado estava instalado ali – isso tornava mais fácil para eles comprarem alimentos e produtos básicos sem a necessidade de sair da comunidade. No entanto, havia pouca ou nenhuma presença policial ou estado de direito, então a loja era roubada "de manhã, ao meio-dia, à tarde e novamente à noite". Sem experiência em ação coletiva violenta, membros da comunidade — às vezes policiais ou seguranças — operavam grupos de justiça justiceiros (pés-de-pato) que matavam os ladrões que agiam dentro da favela. No entanto, eles não eram profissionais da violência, o que frequentemente levava a espectadores feridos ou ciclos de violência. Hoje em dia, isso não acontece mais. De acordo com o entrevistado de (Ruotti 2016), depois que o Comando chegou, não há mais roubos, nem há grupos de justiça justiceiros. Ao fornecer algum grau de governança apoiado por violência efetiva e convincente, os grupos criminosos fornecem serviços essenciais às comunidades que deveriam ser fornecidos pelo estado. Ao preencher o vazio deixado pelo estado (Ruotti 2016), o Comando ganhou legitimidade para impor sua marca de justiça sobre um conjunto de cidadãos que se sentiam desamparados. De acordo com (Ruotti 2016), a confiança na polícia dentro da comunidade era baixa, dadas suas prisões arbitrárias de moradores e sua corrupção – o que frequentemente os levava a dizer aos criminosos exatamente qual morador os havia denunciado. Quando o Comando aparece e fornece governança, ele ganha favor dentro da comunidade, garantindo que a *lei do silêncio* seja respeitada, ao mesmo tempo em que fornece serviços que melhoram as condições de vida na área.

Em seu trabalho recente, (Blattman et al. 2023) investigam o papel das mudanças econômicas e demográficas nos blocos de Medellín que poderiam estar impulsionando mudanças na governança criminal (por exemplo: mais desenvolvimento econômico daria aos combos mais incentivos para governar e extrair localmente). Por outro lado, se alguém assumir que os principais incentivos dos combos ou gangues para governar localmente não são materiais – especialmente nos casos em que eles derivam seus lucros do varejo de drogas ilegais – alguém poderia esperar que a relação oposta se apresentasse: à medida que os combos fornecem mais governança, as áreas são capazes de se desenvolver economicamente,

criar mais empregos e oportunidades para os moradores e até mesmo para atores externos – por exemplo: provedores de transporte – para aumentar a oferta de oportunidades localmente. (Sobrinho 2020) observa que cidades no México com melhores condições para o cultivo de papoula (insumo para opioides como heroína e Oxycontin) veem maiores taxas de homicídio após um choque mundial na demanda por ópio. Enquanto isso, essas mesmas cidades parecem ter melhores resultados econômicos: acesso a água encanada, eletricidade, esgoto e melhorias domésticas, como pisos (não de terra).

No estudo conduzido por (Sobrinho 2020), eles observam várias coisas acontecendo ao mesmo tempo: mais cartéis entram em uma cidade (aumento da competição), o que leva a mais homicídios e mais migração para fora de moradores mais ricos e mais educados. Enquanto isso, o cartel cria alguns choques econômicos positivos, especialmente porque ela está estudando municípios onde as drogas são produzidas, então a entrada do cartel deve aumentar a demanda por cultivo de papoula e maconha e aumentar a renda dos moradores mais pobres. Os efeitos de equilíbrio não são claros em seu artigo, mas podem variar de positivo líquido, neutro e positivo líquido, dependendo da escala da migração para fora e dos ganhos obtidos com colheitas mais valiosas e desembolsos de bem-estar feitos pelos cartéis. Isso ocorre porque a competição do cartel introduz um mal público (violência) ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico por meio do comércio e da produtividade.

Como e por que as atividades criminosas podem melhorar as condições econômicas? Proponho três mecanismos que explicam o impacto da governança criminal no desenvolvimento econômico: redução da violência, execução e confiança, e reinvestimento dos lucros dos criminosos.

No caso descrito por (Sobrinho 2020), as condições econômicas provavelmente estão melhorando por meio do reinvestimento dos lucros criminosos - melhores pagamentos por colheitas são reinvestidos em melhorias habitacionais ou infraestrutura urbana. Isso pode ser feito por indivíduos, mas também por cartéis que visam ganhar favor e legitimidade. Enquanto isso, é improvável que mais competição criminosa - e, portanto, mais violência - tenha promovido o desenvolvimento econômico por meio da redução da violência ou mais confiança da comunidade.

Em São Paulo, a expansão do PCC dos anos 2000 está gerando menos conflitos e violência no mercado criminoso. Isso deve levar, eu argumento, a mais investimentos em atividades legais produtivas. Digamos que a Sra. Maria mora do lado de fora de uma favela. Ela pode fazer as unhas dentro da favela por um preço mais barato do que pode fazê-las do lado de fora. Se a favela for violenta, ela deve pensar duas vezes antes de economizar esse dinheiro. No entanto, se a favela não for violenta — e às vezes menos violenta do que seus arredores —, ela não deve pensar duas vezes antes de optar pela opção mais barata. As evidências empíricas disponíveis na literatura (Biondi 2014; Biderman et al. 2019) sugerem que, por meio de suas ações ou por meio de uma expansão ideológica e relativamente não violenta, o PCC se tornou “crime que produz governança” (Feltran 2012), ou pelo menos um tipo de crime que imita o Estado em suas práticas centralizadas de violência com extrema competência, causando uma redução impressionante de homicídios e mitigando várias outras externalidades negativas geradas pelo mundo do crime. Conforme argumentado por (Feltran 2012),

A hegemonia do PCC tem três princípios centrais que reduzem a violência: justiça processual informal (descobre quem fez o quê e pune); controle de armas (limita quem pode possuir ou portar uma arma na comunidade); e regulamentação do mercado de drogas – padroniza preços, subornos e cria um registro de quem é dono de cada ponto de venda de drogas na área.

Digamos que a Sra. Sonia mora em uma grande favela e é dona de uma pequena barraca de cachorro-quente perto do ponto de ônibus, fora da favela. Após um choque que reduz a violência dentro da favela, as pessoas estão ficando fora até mais tarde, bebendo nos bares locais e não têm mais medo de sair nas ruas. Linhas de transporte informais agora estão disponíveis dentro da comunidade, já que a gangue as protege (Hirata 2022). Em seu ponto de ônibus atual, ela é extorquida por policiais. A Sra. Sonia agora decide que montará sua barraca de cachorro-quente no novo ponto de transporte dentro da comunidade. A redução da violência aqueceu o mercado interno. Também melhorou o ambiente de negócios. A polícia não vem extorquir vendedores informais, e os ladrões não podem mais operar aqui (Biondi 2014). A Sra. Sonia, que foi roubada mais de uma vez pelos *garotos* locais, agora sabe exatamente com quem falar, então todos os roubos param — e param.

Depois de uma vida inteira sendo garçom, o Sr. João foi demitido e ganhou uma grande indenização. Ele está pensando em montar um boteco dentro da favela onde mora para se beneficiar do mercado agora próspero perto do *fluxo*, onde as pessoas de fora da comunidade visitam para participar de grandes festas. Ele teme que o negócio possa não ser tão lucrativo, já que o aluguel ficou mais alto naquela área, mas ele conhece um cara que é dono de máquinas caça-níqueis. Estando dentro de uma favela, o risco de hospedar uma máquina caça-níqueis dentro de seu bar é mínimo, mas as máquinas podem pagar o aluguel de todo o bar e ele pode embolsar mais lucros vendendo bebidas, comida e cigarros. João decide abrir o bar. Se a favela não tivesse se tornado mais segura, não haveria clientes de fora entrando para festejar. Se não houvesse instituições relativamente estáveis dentro do mundo do crime, João dificilmente poderia ter certeza de que um acordo com um dono de máquina caça-níqueis seria seguro. No entanto, se a governança criminal local estiver mantendo mecanismos de resolução de controvérsias que não sejam discriminatórios, de uso gratuito e que forneçam justiça rápida, João pode investir com mais segurança suas economias de vida em um negócio com alguém que poderia, apenas alguns anos atrás, matá-lo e manter seu negócio para si mesmo por causa de uma p

1.2.1 Governança Criminal Hegemônica mitigando a violência

“A inteligência da marca PCC foi desenvolver uma técnica, o ‘debate’ para exercitar a mente: lidar com uma vida incerta e saber escolher em um universo onde as leis públicas têm legitimidade precária, abrindo espaço para a construção de um ‘poder paralelo’ que defenda o direito à vida.” (Malvasi 2012)

A governança criminal hegemônica se diferencia da governança criminal (Lessing 2020) por sua escala. A governança criminal é frequentemente limitada a favelas e bairros específicos

com conflitos prevalecendo nas áreas onde diferentes grupos se encontram (Bruhn 2021). Enquanto isso, a governança criminal hegemônica é sustentada por um imperativo ideológico de cooperação (portanto, hegemônico). Em São Paulo, a hegemonia do Primeiro Comando da Capital é mais importante para estruturar incentivos para criminosos do que as forças estatais.

Em outros lugares, os criminosos se autodividem em gangues que lutam entre si pela governança hiperlocal. Isso leva os criminosos a um jogo de soma zero, onde mais poder para uma gangue significa menos poder para outra. Cadeias e prisões são tipicamente divididas e governadas em torno das cores das gangues (Skarbek 2011; Firmino Amarante & Gonçalves de Melo 2020; Biondi & Marques 2010).

Sob hegemonia criminal, um sindicato do crime é capaz de controlar todas as outras gangues e garantir o cumprimento de certas regras. Em São Paulo, essa hegemonia é impulsionada pelo controle do PCC sobre o sistema prisional do estado (Willis 2015; Lessing & Willis 2019; Biondi 2016). A hegemonia criminal atenua a violência criminal que acontece como um subproduto do conflito sobre aluguéis ilegais derivados do controle sobre territórios: pontos de venda de drogas, lugares para estacionar as máquinas caça-níqueis, etc. A hegemonia é muito diferente do monopólio neste sentido. Um monopólio onde uma gangue controla todas as atividades criminosas criaria muitos descontentamentos fora da gangue que poderiam persuadir os criminosos dentro da gangue a mudar de lado e abocanhar uma fatia maior dos lucros. Enquanto isso, um modelo hegemônico permite que muitas gangues interajam pacificamente sob uma determinada estrutura, sem ameaças de violência horizontal ou vertical. A violência horizontal é enquadrada aqui como violência de gangue contra gangue lutando por território. A violência vertical acontece quando membros de gangue tentam aumentar seus ganhos roubando território de seus chefes. Ambos os tipos de violência são características comuns de qualquer mercado criminoso e eram características do mercado criminoso de São Paulo antes da hegemonia do PCC.

Tanto a violência horizontal quanto a vertical não são permitidas sob a hegemonia criminal, uma vez que, como ator hegemônico, o PCC promove a estabilidade ao proibir a violência, ao impor direitos de propriedade criminosos. O principal aspecto hegemônico da governança do PCC é que a organização conseguiu defender seus valores e ideias acima da enorme população carcerária de São Paulo, com resultados muito positivos (Biondi 2016). Melhorias tanto na qualidade das regras, quanto na qualidade da aplicação das regras, criaram as condições para que a violência diminuísse drasticamente nas prisões de São Paulo. À medida que os presos que aprenderam as regras nas instituições hegemônicas do PCC (por exemplo, os debates) deixaram as prisões e voltaram para suas atividades criminosas, a ideologia do PCC de "Paz entre ladrões" se espalhou em São Paulo e pacificou as favelas tão rapidamente quanto fez com as prisões (Biderman et al. 2019; Feltran 2008; Biondi 2014).

Além disso, a organização do PCC como um "clube", não um cartel de chefes (Hirata & Grillo 2017), garante que ninguém é "mais" que o outro, o que cria um incentivo muito relevante para aderir às regras: não há chefe que se possa remover e fazer com que as regras parem de contar. A hegemonia do PCC é movida por uma organização horizontal de "pares" e é, portanto, muito mais difícil de ser enganada, expulsa do território ou enfraquecida pela prisão e incapacitação

liderança. Ao investigar e punir assassinos, pedófilos, ladrões e outros criminosos "ruins" que operam nas comunidades, o crime acaba co-construindo o senso de justiça do Estado. Ao controlar a violência localmente, cada gangue se torna semelhante ao Estado (Tilly 1985). Ao abrir mão da legalidade e da legitimidade, muitos estados e instituições estatais se assemelham a gangues. Ao criar as condições para que o sistema prisional seja controlado internamente pelos próprios prisioneiros, o Estado ajudou a criar o crime (Feltran 2012). Ao fornecer governança em áreas onde o estado poderia - mas não iria - fornecê-la, o PCC se torna um "crime que cria estado". Qualquer violência produzida pelo PCC ao impor regras que podem estar em desafio aos procedimentos do estado, mas que estão em linha com os objetivos do estado, funciona para melhorar a legitimidade do PCC dentro da comunidade, não diminuí-la.

O que aconteceu em São Paulo, como será discutido nos próximos capítulos, é uma situação em que aquelas disputas criminais que não podem ser mediadas pelo estado deixam de acontecer. Nesse caso, à medida que o Primeiro Comando da Capital se expande e estabelece uma presença hegemônica no mundo do crime, o estado começa a observar taxas de homicídios muito "razoáveis" (por exemplo: em linha com cidades como Assunção, Buenos Aires, Montevideu e grandes áreas urbanas densas da América do Norte). Essa presença hegemônica não é instituída por meio do controle de mercados ilegais, mas por meio da constituição de Instituições Informais que são capazes de resolver disputas entre criminosos e criar um efeito dissuasor forte o suficiente (muito maior do que aquele criado pelos detetives de homicídios e tribunais de São Paulo (Willis 2015)) para impedir que criminosos tomem "atitudes isoladas" (decisões individuais), que é o quadro mais comum para violência não sancionada sob as instituições do PCC.

(Malvasi 2012; Biondi & Marques 2010).

A atualização nas expectativas de todos os mercados ilegais envolvidos ou próximos, impulsionada pela entrada de uma governança criminosa hegemônica, aumenta o investimento e a confiança para atores que não estão diretamente envolvidos em mercados criminosos, mas que devem prestar contas deles ao alocar seus recursos. A Sra. Sonia, a Sra. Maria e o Sr. João podem não ter investido perto de suas casas se sentissem que o próximo chefe criminoso poderia vir e mudar todas as regras. Se a *disciplina* inteligente da região pudesse ser, a qualquer momento, substituída por um de seus funcionários mais jovens por meio da violência vertical. Também pode não se sentir seguro para fechar acordos (para proteger o trânsito ou instalar máquinas caça-níqueis) se a liderança local pudesse ser facilmente interrompida por uma invasão que tomasse conta de seu território. No entanto, à medida que os civis entendem e internalizam o papel da governança criminosa hegemônica em fornecer estabilidade de regras, eles estariam mais dispostos a investir e promover emprego, demanda agregada, etc.

1.2.2 Execução de contratos, resolução de controvérsias, confiança e desenvolvimento econômico

desenvolvimento

Há uma ampla gama de literatura do ramo da economia institucional defendendo um papel importante da confiança, ou capital social, na promoção do desenvolvimento econômico.

(Knack & Zak 2003) argumenta que a confiança interpessoal é necessária para o desenvolvimento econômico e que algumas políticas são mais adequadas para desenvolver a confiança, especialmente aquelas focadas em promover o estado de direito e facilitar o entendimento interpessoal. Enquanto isso, (Dasgupta 2011) argumenta que o capital social pode impulsionar o desenvolvimento econômico se fomentar redes interpessoais positivas. Enquanto isso, o capital social pode dificultar o desenvolvimento econômico se promover redes interpessoais negativas. Embora, de uma perspectiva normativa, alguém possa argumentar que o PCC é uma rede interpessoal negativa, como mostro neste trabalho, ele funciona para promover (um tipo de) estado de direito e para facilitar o entendimento interpessoal nas favelas onde opera.

O papel desempenhado pelas instituições baseadas em regras do PCC na mitigação da violência horizontal e vertical dentro do *mundo do crime* é profundamente sentido por todos aqueles que os cercam (Ruotti 2016). A confiança dentro da comunidade é desenvolvida através do aumento dos horizontes de tempo das interações e dos padrões repetitivos de mitigação da violência e mitigação de externalidade observados pelos moradores em suas interações com o PCC. Quanto mais os membros do PCC seguem suas próprias regras e promovem o bem-estar local e a mitigação de externalidade – por exemplo: punir membros de gangues ou usuários de drogas que se comportam mal (Malvasi 2012) – mais confiança e legitimidade eles prezam.

O controle hegemônico sobre mercados criminosos não implica em tirar um pedaço de tudo, mas fornecer governança a todos os participantes. Um executor do PCC, um *disciplinador*, passa os dias no telefone, indo de um debate para o outro, lidando com questões que variam de máquinas caça-níqueis roubadas, assassinatos não sancionados e pequenos atos de roubo cometidos por viciados em drogas (Biondi 2016). A lei do crime não pode parar e deve ser aplicada a todos. Estupradores e pedófilos devem morrer, atitudes isoladas devem receber punição exemplar, moradores devem ter suas brigas resolvidas para evitar a entrada de policiais. Maridos violentos devem ser expulsos da comunidade, pois brigas domésticas atraem a presença policial em todas as horas do dia e da noite. Ao promover sua própria marca de justiça – uma que seja razoável e baseada em regras – e contrastá-la com a violência indiscriminada frequente e prisões promovidas por policiais dentro das favelas, a governança criminal hegemônica adiciona uma dose de estabilidade e previsibilidade para aqueles que seguem a lei e aqueles que não seguem.

Ao melhorar a execução de contratos e promover meios para ladrões e trabalhadores resolverem disputas, o PCC não apenas promove uma pacificação massiva, mas também aumenta os horizontes de tempo para todos os tipos de tomadores de decisão, incluindo investidores formais e informais. Embora empresas legítimas que não sejam baseadas em favelas (grandes varejistas, donos de trânsito, bancos) possam não entender o papel desempenhado pelos criminosos na pacificação da região, elas entendem que as estatísticas de violência estão caindo e que empresas legítimas estão surgindo e impulsionando o desenvolvimento econômico. Então, depois que os moradores das favelas começarem a se sentir seguros para investir, não deve demorar muito para que as corporações invistam nesses mercados.

Em uma entrevista que realizei com um investigador policial para este projeto, eles relataram

a seguir:

“Quando você considera que o principal indicador de violência é o homicídio, a sensação de segurança pode aumentar (...) mas além disso... a *legitimidade* construída pelo *crime* é grande e as pessoas não têm mais medo... O *crime* não está ali para roubar e matar [mais], às vezes está ali até para proteger. O diálogo dos criminosos com as comunidades criou uma maneira de o comércio entrar, de o transporte público entrar. O homem que instala internet não tem medo, porque *sabe* que nada vai acontecer com ele. Pode não ter uma patrulha policial, mas tem *outra* segurança.”

Investigador de Polícia de São Paulo 1. Entrevista ao autor (Entrevista com [SPI], 2023).

1.2.3 Reinvestimento de receitas criminais

Finalmente, não posso descartar que maior eficiência em mercados criminosos promova mais acumulação e aumente os lucros por meio da cartelização do tráfico de drogas, dos ganhos em escala, dos ganhos da coordenação de mercados de suborno e da promoção de mecanismos de execução que mitiguem muitos dos custos associados ao tráfico (custos de violência). Nesse sentido, mercados de drogas e roubos sofisticados devem permitir o reinvestimento de uma parte do capital em negócios legítimos. Embora a taxa de retorno nesses negócios seja menor, ela fornece seguro para criminosos e suas famílias. Quando criminosos vão para a cadeia e os lucros dos mercados ilegais desaparecem, as famílias podem continuar se beneficiando dos lucros e empregos criados no setor legal.

Também é importante destacar que manter os mercados de cocaína confinados às favelas tem implicações distributivas. O negócio paga até 40% em comissões ao vendedor e esse dinheiro é desembolsado localmente, já que esses vendedores são tipicamente jovens da favela. Do lado da demanda, o consumo de bens legais também é alavancado pelos lucros do crime.

Os criminosos são pobres e gastam uma grande parte de sua renda em bens de consumo. Mesmo os traficantes de baixo escalão retêm uma grande parte de sua receita de vendas, já que o varejo de drogas é altamente distributivo, o que cria um mercado dentro e ao redor das favelas. Sua principal maneira de lavar dinheiro é indo ao shopping e gastando dinheiro em lojas legais (Rangel 2019). Enquanto isso, criminosos de alto escalão podem lavar dinheiro investindo em desenvolvimento imobiliário, paratransito, etc., o que impulsiona o desenvolvimento legal e tem efeitos multiplicadores para a economia.

1.2.4 Hipóteses

A governança criminal impulsiona o desenvolvimento econômico em áreas que antes eram mal atendidas pela segurança pública e pela resolução de controvérsias. As melhorias observadas são uma função da confiança social aumentada nas instituições que mediam as relações comerciais e

relacionamentos interpessoais, apesar de quaisquer entendimentos normativos sobre a forma como essas organizações se financiam. Por outro lado, a governança criminal eficaz em fornecer essas melhores estruturas institucionais é condicionada por variações hiperlocais impulsionadas pelos caprichos dos chefes criminosos. No caso do PCC em São Paulo, e provavelmente de outras organizações criminosas em outros lugares, os poderes dos chefes criminosos são limitados e os obrigam a seguir leis semelhantes às de todos os outros na comunidade.

Ao estabelecer mecanismos de execução em uma determinada comunidade, a governança criminal deve reduzir a violência rapidamente, pois é fácil de monitorar e lidar. Enquanto isso, espero que o desenvolvimento econômico na área seja condicionado à governança desenvolver mais confiança dentro da comunidade e, portanto, esse resultado deve levar mais tempo para responder tratamento.

Hipótese 1: A governança criminal atenua homicídios e violência interpessoal.

Hipótese 2a: Uma Governança Criminal “mais forte” impulsiona o desenvolvimento econômico em áreas carentes, condicionada a oferecer melhores estruturas institucionais e de resolução de controvérsias do que as disponíveis anteriormente.

Hipótese 2b: Os quadros institucionais demoram mais tempo a melhorar o desenvolvimento econômico desenvolvimento do que diminuir a violência.

1.3 Desenho da Pesquisa

Para testar minha hipótese sobre governança criminal, governança criminal hegemônica e desenvolvimento econômico, concentro-me no caso do Primeiro Comando da Capital e sua hegemonia em São Paulo. Abordo esta pesquisa por meio de comparações explícitas e implícitas ao longo deste manuscrito. Eu extraio de três tipos de fontes: uma extensa revisão bibliográfica de trabalhos etnográficos conduzidos em São Paulo durante a ascensão do PCC à hegemonia e a instituição de suas práticas no estado; entrevistas conduzidas com especialistas em aplicação da lei e justiça criminal, a maioria dos quais são burocratas de nível de rua em áreas perigosas durante o período analisado; e uma avaliação quantitativa dos impactos do PCC nos resultados de interesse, alavancando a expansão escalonada (observada) do Primeiro Comando da Capital em São Paulo.

O contrafactual utilizado neste trabalho centra-se nas áreas onde o PCC foi observado e alavanca na variação de tempo na observação da presença do PCC. Comparações são conduzidas entre favelas com governança do PCC e favelas com negócios como sempre, onde criminosos locais provavelmente fornecem algum grau de governança e externalidades positivas e negativas, enquanto o estado se abstém principalmente de fornecer bens públicos locais.

1.3.1 Seleção de Casos: PCC em São Paulo

O objetivo deste manuscrito é investigar os impactos da redução de homicídios e da instituição da paz criminal na atividade econômica. Fazemos isso focando na expansão do PCC nas áreas mais pobres de São Paulo. Eu argumento que as instituições do PCC fornecem governança aprimorada sobre o território e que essa governança promove o desenvolvimento econômico por meio de três canais principais: regulamentação do mercado criminal; execução de contratos e resolução de controvérsias; confiança e capital social. Eu argumento ainda que o PCC é capaz de operar por meio desses canais por causa de seu design institucional. É a organização funcional do "clube" do PCC que atenua os custos de ação coletiva e a desconfiança, alinha horizontes de expectativas e, eventualmente, promove o desenvolvimento econômico.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é talvez o maior e mais bem-sucedido grupo criminoso da América Latina. Eles se tornaram hegemônicos nas prisões de São Paulo, um estado com 40 milhões de habitantes, durante a década de 1990 e nas ruas de São Paulo logo depois disso. Sua hegemonia é um subproduto do controle sobre os sistemas prisionais e carcerários, mas também de sua capacidade de fornecer serviços valiosos aos criminosos - e é isso que torna o PCC em São Paulo um estudo de caso crítico ([Gerring 2007](#)) para a Governança Criminal. Esta pesquisa é informada por bolsas de estudo que documentam a pacificação produzida pelo Primeiro Comando da Capital por meio de suas instituições, notadamente os debates entre as partes com execução de terceiros fornecida por membros do PCC ([Lessing & Willis 2019](#); [Feltran 2008](#); [Feltran 2010](#); [Dias 2008](#); [Biderman et al. 2019](#); [Ruotti 2016](#); [Malvasi 2012](#)).

1.4 Roteiro deste manuscrito

Este manuscrito é dividido em mais 6 capítulos. No próximo capítulo [2](#), apresento as estratégias metodológicas, quantitativas e qualitativas, adotadas neste manuscrito. Em seguida, conduzo uma revisão da literatura sobre o crime organizado e suas externalidades [3](#) e apresento minhas descobertas da análise da literatura e de outros materiais sobre o PCC [4](#). No capítulo [4](#), também revisito a análise quantitativa conduzida por ([Biderman et al. 2019](#)) e estendo seu trabalho. O capítulo [5](#) é dedicado à condução das estimativas quantitativas de impacto da governança criminal nos resultados do desenvolvimento econômico. O capítulo [6](#) explora alguns mecanismos possíveis que impulsionam nossos resultados e o capítulo [7](#) apresenta o manuscrito em conclusão.

2 Métodos e Dados

(Gerring 2004) propõe o “método de estudo de caso” como uma forma particular de definir casos. Ele define o estudo de caso como “um estudo intensivo de uma única unidade com o propósito de entender uma classe maior de unidades (similares)”. Nesse sentido, proponho analisar o estado de São Paulo durante o período de expansão do PCC como um caso do que eu conceitualizo como Governança Criminal Hegemônica, mas outros autores têm chamado de Pax Monopolista (Biderman et al. 2019) ou governança criminal weberiana (Lessing & Willis 2019). Todos esses conceitos visam dar conta do fato de que o crime na região metropolitana com cerca de 20 milhões de habitantes adotou práticas semelhantes e começou a obedecer a regras e princípios universais. Para estudar esse caso relativamente único, combino metodologias quantitativas e qualitativas para aprofundar meu argumento relacionado ao papel da paz na promoção da prosperidade.

Dividi o trabalho em diferentes vertentes que foram seguidas simultaneamente: uma análise quantitativa focada no uso de dados oficiais para observar os resultados de interesse; uma extensa revisão bibliográfica de trabalhos etnográficos permitindo a detecção de regularidades entre casos entre diferentes favelas em uma grande área geográfica; entrevistas com especialistas em segurança pública e aplicação da lei com o objetivo de extrair insights de pessoas que atuaram como burocratas de rua em regiões onde o PCC e o estado exercem um duopólio de violência; e, finalmente, uma análise aprofundada de um conjunto de documentos internos do PCC que fornece vislumbres das práticas de governança do PCC e ajuda a explicar a regularidade dos resultados observados em vários relatos etnográficos.

No geral, minha abordagem metodológica visa abordar as dificuldades extremas na condução de análises causais sobre o papel do crime organizado e da violência não oficial na formação de bairros e vidas. Ameaças à identificação causal abundam: dados sobre a presença do crime organizado são raros e frequentemente tendenciosos; proxies são difíceis de serem obtidos devido a preocupações com a segurança, mas também devido a relatórios incorretos; e mesmo dados sobre os resultados de interesse, violência e desenvolvimento econômico raramente estão disponíveis no nível de granularidade observado aqui.

2.1 Métodos: Análise de Caso de CAPS em São Paulo

Minha abordagem metodológica para análise qualitativa baseia-se na literatura sobre estudos de caso único. No presente trabalho, considero que o estudo do PCC no Estado de São Paulo equivale ao estudo de um caso “crucial” (Eckstein 2000) ou “pathway” (Gerring 2007; Gerring 2011) que é central para a confirmação (ou desconfirmação) de uma teoria.

(Gerring 2007; Gerring 2011) refletem sobre o papel dos estudos de caso único e sua capacidade de

fornecer caminhos causais confiáveis. Partindo do método previamente estabelecido de estudo de caso "crucial" (Eckstein 2000), (Gerring 2007) argumenta que *teorias arriscadas* são mais passíveis de análise de caso crucial do que perguntas abertas.

Incluo a teoria proposta (Governança criminal impulsiona desenvolvimento econômico em áreas que antes eram mal atendidas por segurança pública e resolução de controvérsias) neste manuscrito no hall de *teorias arriscadas* e, portanto, foco em um estudo de caso crucial para testá-la. A escala e os métodos por trás da pacificação do PCC em São Paulo são descobertas sem precedentes na literatura sobre crime organizado, o que me permite testar essa teoria. Como a novidade da pesquisa está altamente ligada à natureza secreta dos fenômenos estudados, uso várias vias de pesquisa qualitativa para alavancar esse estudo de caso intensivo.

2.1.1 Revisão da literatura

Nos últimos 20 anos ou mais, muitos trabalhos etnográficos foram conduzidos em favelas onde o PCC está presente e governa. A literatura acadêmica é testemunha da crescente influência do PCC em São Paulo e em outros lugares, à medida que suas práticas e discursos evoluíram (Feltran 2008; Dias 2008; Biondi 2014; Godoi 2015; Ruotti 2016; Silvestre 2018; Hirata 2022). A regularidade das descrições da presença do PCC, seu código de ética, etc. na literatura foram um motivador-chave para este trabalho, pois foram os primeiros dados sobre o PCC que encontrei. A observação sociológica e antropológica em primeira mão do crime organizado tem sido uma importante fonte de conhecimento sobre seu funcionamento desde o início do estudo de organizações criminosas (Blok 2001; Levitt & Venkatesh 2000; Levitt 2004). Eu extraio da vasta literatura etnográfica sobre PCC para desenvolver e testar minha hipótese de que a governança criminal, se ela fornece boas instituições, deve impulsionar o desenvolvimento econômico. Eu também extraio alguns mecanismos e exemplos de como e por que o PCC fornece governança, resolve disputas entre criminosos, resolve disputas entre civis, limita a margem de manobra e agência dos "criminosos maus" e capacita a comunidade a exigir *comportamento ético*.

Há três tipos principais de narrativas que fui procurar na literatura etnográfica. Primeiro, eu estava procurando por casos em que o papel do PCC como mediador e/ou árbitro em disputas entre criminosos é destacado. Isso está disponível na literatura sobre o PCC dentro das prisões, mas também disponível para casos fora onde *disciplinas* ou *torres* mitigavam o potencial de conflito entre criminosos ao fornecer resolução de controvérsias. O segundo tipo de narrativa que eu estava procurando eram casos em que criminosos agem para mediar disputas entre civis. Fui procurar exemplos em que *famílias de bem* convocariam criminosos para lidar com alguma questão (uma criança sendo intimidada, um carro que foi roubado). Terceiro, procurei evidências de que o PCC estava agindo para minar ou apoiar a presença do estado nas favelas, tentando entender se eles atrapalhavam a provisão de bens públicos pelo estado. O quarto aspecto que procurei na literatura etnográfica foram os subsídios para interpretar

o tesouro de documentos discutidos na próxima seção. Para entender os textos disponíveis:

boletins informativos, estatuto, execuções orçamentárias; eu precisava aprender certos aspectos do comportamento organizacional, vocabulário e a reimaginação de certas palavras e conceitos que são completamente documentados nos trabalhos etnográficos sobre o PCC (e às vezes outras organizações criminosas). Com base na literatura sobre as categorias nativas usadas e suas implicações para as práticas sociais, sou capaz de empreender uma exploração do PCC interno documentos como será discutido abaixo.

2.1.2 Documentos do PCC

A apreensão de computadores e discos rígidos externos contendo informações internas sobre o PCC gerou um artigo muito interessante de (Lessing & Willis 2019). Em seu trabalho, eles analisam documentos internos obtidos pela polícia e fornecem muitos insights sobre a economia e a organização política do grupo. Analiso dados de apreensão semelhantes obtidos pela polícia da divisão de "Crimes de informática" em São Paulo. Os documentos incluem o modelo de um formulário de registro que coleta informações sistematizadas sobre os membros, uma lista de membros, algumas informações de fluxo de caixa para um mês de atividade (agosto de 2013), uma lista de dívidas dos membros e uma cópia do estatuto do PCC. O registro de membros do PCC não inclui nenhuma informação identificável sobre indivíduos. Ele contém 4 variáveis: apelido, data de saída (da prisão), responsabilidade dentro do PCC e punições anteriores no PCC. Veja exemplos no apêndice 21.

O acervo documental foi obtido por uma Operação Policial e vazado para um jornalista de um dos maiores veículos de mídia do Brasil. Este jornalista me deu os documentos e, embora não tenha revelado sua fonte, me forneceu evidências suficientes para validar a legitimidade do acervo. Consultei o Promotor Público Estadual responsável pela apreensão, fornecendo a ele uma descrição por escrito dos documentos usados. Ele reconheceu ter feito parte da operação que conduziu a apreensão, mas se recusou a ser entrevistado. Também me comuniquei com outros pesquisadores familiarizados com esse tipo de dado para garantir a validade e confiabilidade dos dados. Não busquei aprovação do IRB para usar esses materiais, pois eles não contêm nenhuma informação identificável sobre indivíduos.

não há nomes ou outras características identificáveis que possam levar à identificação de indivíduos específicos coletando e vinculando-os a outras fontes de dados. Além disso, como os dados foram obtidos por meio de fontes de aplicação da lei, havia pouca chance de que minha análise expusesse aqueles listados ali a sanções de aplicação da lei. No entanto, mantive os arquivos criptografados em uma nuvem protegida por senha e não estou relatando nenhuma característica individual de um membro listado.

A lista de membros e funções no tesouro é o dado mais interessante para esta pesquisa. Há mais de 400 membros listados, espalhados por mais de 60 cidades em áreas rurais do Estado de São Paulo ("o interior"). As Figuras 2 descrevem a relação entre os

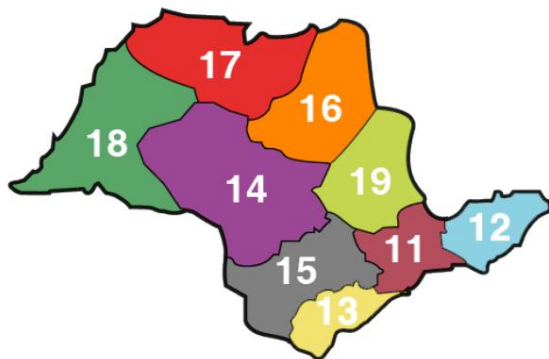


Figura 1 – Regiões dentro do PCC são definidas por códigos de área DDD atribuídos às cidades. Os dados de apreensão disponíveis incluem informações sobre todo o “interior” (regiões 12, 14, 15, 16, 17, 18 e 19)

número de membros do PCC, agentes de segurança e população de uma cidade. Como visto nas Figuras, o número de membros e agentes de segurança está correlacionado com o tamanho da população. Eu argumento que isso é uma evidência de suporte à validade do tesouro. No entanto, é importante ressaltar que esses dados podem ser tendenciosos de várias maneiras. Primeiro e mais importante, pode ser uma invenção da polícia, ou uma pista falsa fabricada pelos próprios supostos criminosos para enviar a polícia para perseguir pistas ruins. Se for esse o caso, então eu estaria trabalhando com dados fabricados. Não acredito que seja esse o caso. Fabricar o material seria de pouca utilidade para a polícia, a menos que eles decidissem usá-lo para promover publicamente o nível de organização do PCC. Este não foi o caso. Na verdade, a quantidade de dinheiro relatada no orçamento enfraquece uma narrativa predominante sobre o tamanho dos negócios do PCC.

Enquanto isso, se os criminosos não tivessem incentivo para produzir, criariam documentação falsa que acabaria gerando evidências contra os indivíduos que foram presos junto com o tesouro de documentos. Mais importante, no entanto, embora este manuscrito relate algumas descobertas extraídas da análise do tesouro, seus documentos não são tratados como peças centrais de evidência, mas principalmente como uma corroboração ao olhar para os mecanismos teorizados.

2.1.3 Entrevistas com profissionais de segurança pública

A principal razão pela qual decidi conduzir entrevistas com as autoridades policiais foi entender as mudanças dentro da corporação e da prática do policiamento em São Paulo que poderiam ajudar a explicar as mudanças ocorridas nas áreas do PCC durante o período estudado (especialmente 2004-2010). Eu também estava interessado em entender como a governança do PCC remodelou o relacionamento entre as forças policiais e o território. Eu construí um roteiro focado em entender como a polícia percebeu as mudanças que ocorreram durante os anos analisados neste trabalho. O roteiro focou nas possíveis mudanças dentro das instituições estatais que poderiam explicar a mudança nos padrões de criminalidade. Enquanto isso, o roteiro também continha perguntas sobre as mudanças nos padrões de criminalidade durante o período e coletou percepções dos praticantes sobre o papel do PCC como um promotor da paz.

Figura 2 – Dispersão do número de membros do PCC em uma determinada cidade em comparação com o tamanho da população.
Fonte: elaboração própria com base em dados obtidos de autoridades policiais convulsão.

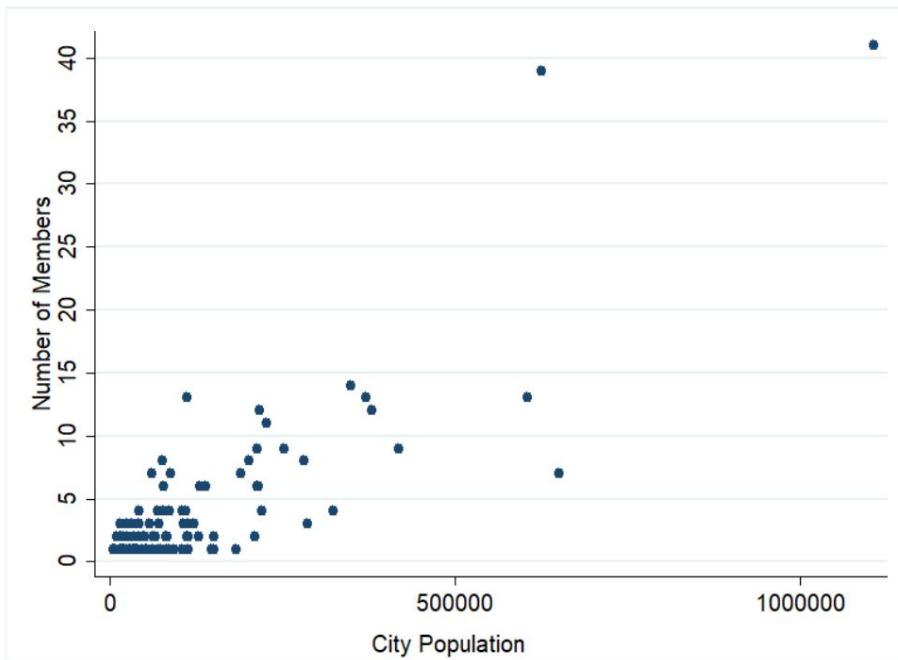


Figura 3 – Dispersão do número de agentes do PCC em uma determinada cidade em comparação ao tamanho da população.
Fonte: elaboração própria com base em dados obtidos de agentes da lei convulsão.

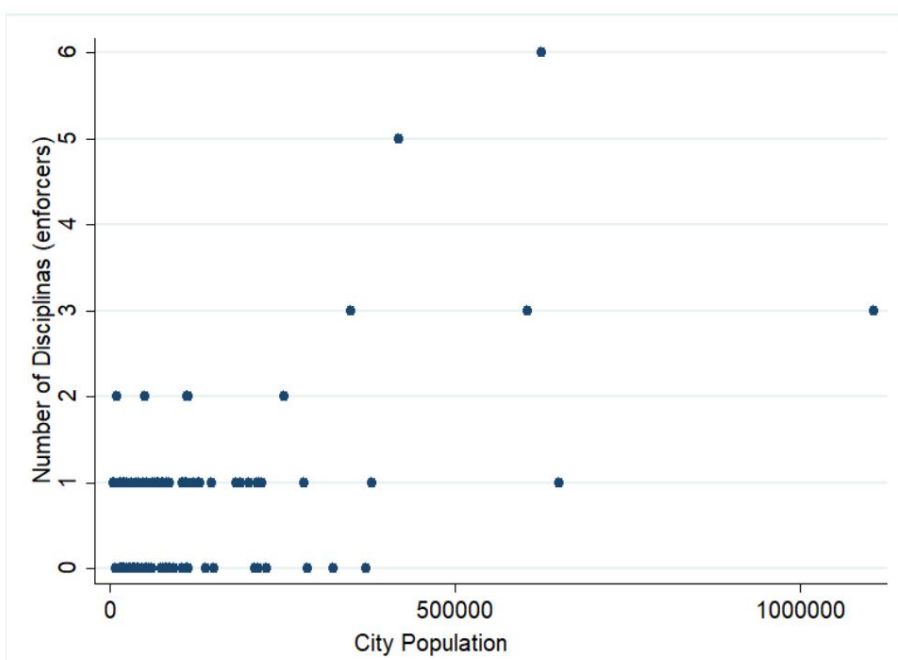


Tabela 1 – Lista de Entrevistas

Código	Descrição	Data
P11	Investigador de Polícia, PCESP	10/10/2023
PROSEC	Procuradoria Criminal de São Paulo	27/10/2023
PM1	Diretor Sênior Aposentado, PMESP	31/10/2023
PM2	Diretor Sênior Aposentado, PMESP	11/09/2023
PM3	Diretor Sênior Ativo, PMESP	11/07/2023 10/19/2023
Especialista1	Jornalista, Acadêmico	

O roteiro da entrevista, bem como os demais documentos de apoio, foram enviados ao Conselho de Ética em Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e aprovados pelo Comitê de Ética¹.

Selecionei os entrevistados com base em sua experiência de trabalho na segurança pública de São Paulo. Procurei indivíduos que eram oficiais de nível médio durante o início do século XXI e foram alocados na região metropolitana de São Paulo². O principal motivo pelo qual eu queria falar com a liderança de nível de rua era sua participação nos Conselhos de Segurança (CONSEG). Os CONSEGS são reuniões comunitárias que contam com a presença da liderança local das polícias militar e civil. Os CONSEGS dão voz à comunidade, criando um local oficial para fazer reclamações e demandas das agências policiais: mais patrulhamento nesta área, roubos naquela área, etc. A liderança de nível de rua também é responsável por alocar oficiais em pontos críticos e transmitir as táticas a serem implementadas pelas tropas³.

2.2 Métodos: análise quantitativa

Minha análise large-N compara sistematicamente geografias (favelas ou *áreas de ponderação*, mais sobre isso na subseção 2.5.3) em São Paulo onde o PCC está presente com geografias onde o PCC ainda não está presente usando estimadores Difference-in-Differences e uma estratégia de identificação baseada na expansão escalonada do tratamento. Eu uso essa comparação entre casos para corroborar minha hipótese e obter estimativas quantitativas e causais dos impactos do PCC nos resultados de interesse e para conduzir testes quantitativos de alguns dos mecanismos propostos durante o estudo de caso.

2.2.1 Estratégia de Identificação

Eu sigo a estratégia de identificação adotada por (Biderman et al. 2019). Eu uso a variação no tempo de entrada do PCC em uma favela como fonte de identificação para estimar os impactos do PCC nos resultados de interesse. A expansão do PCC nas favelas de São Paulo levou

¹ Parecer 353.2023

² Entrevistas: PM1, PM2, PM3

³ Entrevistas: PM1, PM2, PM3

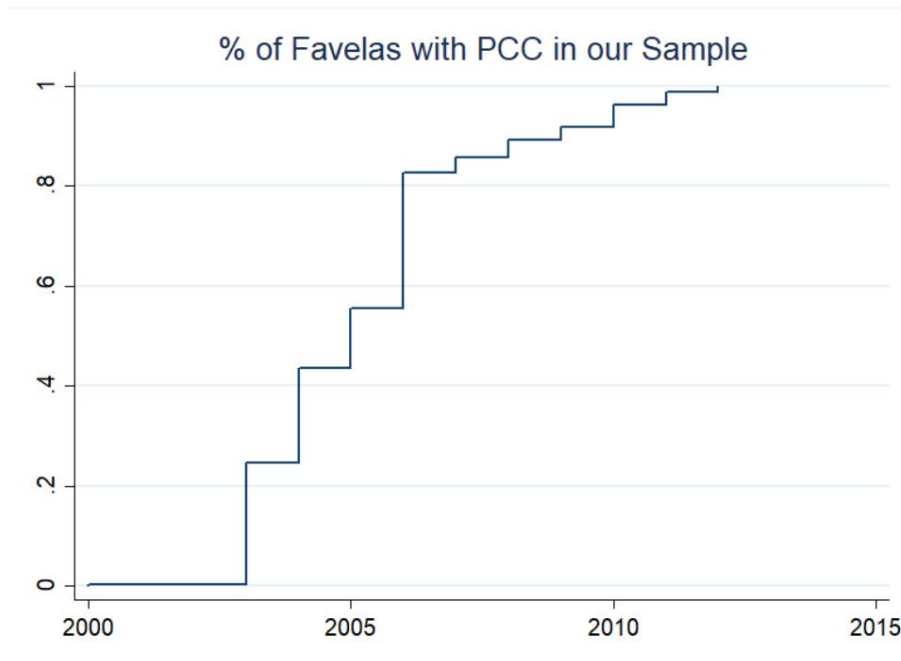


Figura 4 – % das favelas em nossa amostra com relato de PCC, por mês. Elaboração própria com base em disque-denúncia e (Biderman et al. 2019). Inclui apenas favelas onde o PCC já foi relatado.

lugar ao longo dos anos de 2000-2010 com foco no período de 2004-2007. Usei o banco de dados que eles construíram contendo mês e ano da primeira detecção do PCC dentro de uma geografia, processando dados de mais de 10 milhões de chamadas telefônicas para uma linha telefônica oficial de denúncias. Então, mobilizo a variação extraída da expansão escalonada do PCC nas favelas de São Paulo para estimar os impactos da presença do PCC nos resultados de interesse. Realizo o mesmo exercício usando duas outras definições geográficas: distritos policiais e *áreas de ponderação* (agrupamento de setores censitários).

Vale ressaltar que, apesar de ser um método incompleto de detecção de Governança Criminal, usar dados do disque-denúncia tem suas deficiências, bem como seus benefícios. Primeiro, sua principal deficiência é que ele pode estar subestimando a presença do PCC e/ou atrasando a notificação de sua presença. Se esse for o caso, eu estaria subestimando os impactos do PCC. Portanto, todos os resultados devem ser interpretados como limites inferiores do impacto da presença do PCC. Isso ocorre porque o PCC pode estar presente em uma favela por um tempo antes de ser relatado pela primeira vez. Além disso, por meio do disque-denúncia, observo a presença do PCC em apenas metade das favelas de São Paulo, embora pesquisas qualitativas sugiram que eles estejam operando em todas elas.

4.

A principal ameaça à identificação seria que os dados de disque-denúncia contivessem relatórios falsos e outros tipos de ruído que poderiam impedir a identificação adequada da presença do PCC. Se as pessoas estão fornecendo relatórios falsos sobre a presença do PCC ou estão apenas relatando a presença do PCC em áreas onde ele opera com mais/menos intensidade, então os dados da linha de denúncia devem ser

⁴ Entrevistas: Expert1, PM2

tendencioso em relação a tipos específicos de governança. Não acredito que seja esse o caso, após conversas com autoridades policiais e análise detalhada dos dados. Além disso, à luz das variáveis analisadas, posso argumentar que o momento da entrada (ou relato) do PCC não pode ser explicado por tendências anteriores de violência, atividade econômica ou desenvolvimento social de base indicadores.

2.2.2 Diferenças escalonadas em diferenças

Para estimar os impactos da expansão do PCC, eu uso o estimador de Diferença-em-Diferenças escalonado robusto duplo (drDiD) (28). Eu aproveito a expansão escalonada do PCC nas favelas de São Paulo para estimar os impactos da chegada do PCC nos resultados de interesse. A expansão escalonada implica que para cada tempo t I terei algumas unidades que já estarão sob a influência do PCC (ou tratadas), e algumas unidades que ainda não foram tratadas (que serão nosso grupo de comparação). Eu sou então capaz de estimar um parâmetro causal do efeito do PCC no resultado de interesse estimando as diferenças sistemáticas entre unidades tratadas e ainda não tratadas.

Eu sigo a estratégia empírica adotada por (Biderman et al. 2019) para estimar os impactos da expansão do PCC em homicídios. Eu exploro a expansão observada mês a mês do PCC para comparar grupos que foram tratados mais cedo com grupos que receberam tratamento mais tarde. O modelo linear básico que representa esse desenho de pesquisa pode ser representado pelo seguinte modelo:

$$Y_{it} = \gamma + \beta \times PCC + F_{it} + F_{it} + W_{it} \cdot \gamma + \gamma \quad (2.1)$$

Onde Y_{it} é o resultado de interesse em uma determinada unidade e tempo. γ é o termo constante, β é a estimativa de interesse interagida com um PCC dummy, que assume o valor 1 quando a favela é tratada e 0 quando não é. γ representa a diferença média na contagem de homicídios (ou outros crimes) entre favelas onde o PCC já está presente ($PCC=1$) e favelas onde o PCC ainda não está presente ($PCC=0$). Incluo um vetor W_{it} de controles que variam no tempo para características observáveis daquela favela e daquele mês. Também incluo efeitos fixos de favela e tempo.

Eu estendo esse modelo conduzindo a análise usando novos estimadores para configurações de diferenças-em-diferenças escalonadas propostas por (28). O modelo proposto visa atenuar o problema de pesos negativos que às vezes são alocados para unidades tratadas precocemente no modelo de efeitos fixos bidirecionais. Para superar isso, (28) propõe um estimador robusto duplo que avalia a diferença entre cada período de tempo e o último período antes do tratamento ter mudado de status. A análise escalonada proposta poderia ser representada pelo seguinte modelo:

$$Y = \gamma + \gamma_2 \cdot g, t, t \cdot G + \gamma_3 \cdot 1[T = t] + \gamma_4 \cdot (G \times 1[T = t]) + \gamma_5 \cdot X \quad (2.2)$$

Onde Y representa a variável dependente de interesse. T representa a medida de tempo e toma o valor de cada unidade de tempo (por exemplo: anos 2001, 2002, 2003). G é a variável que define o grupo de coorte de tratamento, tomando o valor de t quando a unidade foi tratada pela primeira vez (por exemplo: se uma favela é tratada pela primeira vez em 2003, então $G=2003$ para essa unidade). Uma suposição importante do modelo é que, uma vez que o tratamento é introduzido, ele não pode ser revertido.

(28) propõe que eu agrupe os estimadores γ, g, t para estimar o Efeito Médio por Tempo de Tratamento, de acordo com a equação abaixo, na qual $\gamma D(e)$ representa o efeito do tratamento e anos após o início do tratamento para todas as unidades tratadas exatamente e anos atrás.

$$\gamma D(e) := 1\{g + e \cdot T\} E M T(g, g + e) P(G = g | G + e \cdot T) \quad (2.3)$$

Também estimamos regressões lineares tradicionais (OLS) e de Poisson, bem como outros estimadores para estudos de eventos que foram recentemente propostos na literatura (91; 18) com resultados semelhantes.

2.3 Dados sobre presença do PCC: disque-denúncia

A presença do PCC em uma determinada favela é observada alavancando mais de 10 milhões de ligações telefônicas feitas para uma linha de denúncias chamada disque-denúncia⁵. Eu uso o mesmo conjunto de dados que (Biderman et al. 2019) e sigo o mesmo procedimento de alocação de tratamento. Considero uma favela tratada quando observo pelo menos uma ligação relatando a presença do PCC na favela (ou vizinhança muito próxima, <500 m). Os autores originais usaram um algoritmo de linguagem natural para detectar palavras-chave como "irmãos", "pcc", "partido", "comando", "15", "1533" (geralmente associado a pichações), "debates", etc. Esta linha de denúncias é totalmente anônima e a equipe é treinada para lidar com chamadas sensíveis. Seguindo um script, os atendentes coletam dados georreferenciados e outros sobre o crime que está sendo relatado. O disque-denúncia opera em paralelo com as linhas de emergência tradicionais e é normalmente usado por moradores para relatar crimes que não os afetam diretamente. Em nossa amostra, observo o PCC associado ao tráfico de drogas, fugas de prisões, pichações e a instalação de centrais telefônicas e de internet ilegais.

⁵ Mais informações sobre isso estão disponíveis no apêndice A.1.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas para variáveis no nível da favela, usadas em algumas estimativas.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do SSP e Geosampa.

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Homicídios	47.676	0,028379	0,236413	0	8
Violência	47.676	0,081907	0,431705	0	16
Mortes por policiais	47.676	0,065945	0,380948	0	8
Roubo de veículos	47.676	0,33929	1,564939	0	42
Apreensões de armas	47.676	0,121445	0,54535	0	45
Apreensões de drogas	47.676	0,25688	0,828149	0	17

Obs: Todos os crimes são medidos usando a unidade favela-mês.

2.4 Dados sobre criminalidade

2.4.1 Dados criminais georreferenciados

Para medir a violência e os crimes, utilizei um conjunto de dados de painel de 2004 a 2009 contendo todos os Boletins de Ocorrência Policial (BOs) da cidade de São Paulo. Na vasta maioria dos casos, os BOs incluem informações georreferenciadas usadas para fins policiais internos análise (coordenadas X, Y). Eu cruzei esses BOs com nosso shapefile Favela criado originalmente por Deinfo-Geosampa ([GeoSampa](#)). Extraí dados de setores censitários que geograficamente corresponder a esses shapefiles (para o Censo 2000) para obter informações sobre o favelas antes e depois da presença do PCC ser observada. Adicionei o shapefile da favela e a lista de ocorrências para o QGIS e usou a função *Join Attributes by Nearest*, que calculou uma contagem de eventos criminais registrados nos 500 metros de proteção criados ao redor de cada favela. restringimos nossa amostra a ocorrências que ocorreram dentro de uma distância máxima de 500 metros dos limites da favela. Considero uma favela tratada pela primeira vez. Tenho uma chamada de denúncia vinda de um local dentro de seu buffer de 500 metros. Escolhi a faixa de 500 metros amortecedores seguindo trabalhos anteriores relacionados a favelas na literatura ([Biderman et al. 2019](#); [Monteiro & Rocha 2017](#)). No entanto, os resultados não são sensíveis a larguras de banda tão grandes quanto 1 km. Eles são sensíveis a larguras de banda muito menores (menores que 200 m), mas essa configuração afeta severamente diminui a amostra.

2.4.2 Dados criminais a nível de distrito policial

O Centro de Estudos da Metrópole (CEM/CEBRAP) criou um banco de dados contendo dados em nível de distrito policial sobre atividades criminosas entre 2000 e 2020 ([Centro de Estudos da Metrô](#)). A tabela com os dados corresponde a um shapefile (mapa) que nos permite vinculá-lo aos dados sobre favelas, chegada do PCC e resultados econômicos. Considero um distrito policial tratado primeira vez que uma favela dentro dela relata o PCC. Este método diminui severamente nossa estatística poder e tamanho da amostra. Enquanto isso, sou capaz de testar a hipótese de que a governança do PCC práticas se estendem além das favelas e especialmente além das favelas individuais. Essas práticas geográficas

Tabela 3 – Estatísticas descritivas para variáveis ao nível do distrito policial utilizadas em alguns estimativas. Fonte: Estimativas próprias com base em dados do CEBRAP/CEM.

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Homicídios	711	34.21238	37.69262	0	250
Presença de PCC	711	0.64557	0.478677	0	1
Furto de Veículos	711	521.1814	389.1408	63	2527
Latrocínio	711	1.305204	1.566718	711	10
Armas	7	98.91561	52.10792		462

Obs: Todos os crimes são medidos usando a unidade Delegacia-ano.

Tabela 4 – Estatística Descritiva baseada em dados do (GeoSampa)

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.
Número total de empregos	2.060	5724	8118.167	34	61224
Número de empregos por setor	2.060	1509	1789.533	12	13331
Número total de empresas	2.060	414	418.9501	8	2726
Empresas por setor	2.060	181	163.1267	4	1149
Número de empregos ocupados por mulheres	2.060	2343	3577,26	10	28811
Número de vagas ocupadas por jovens	2.060	883	1.411.563		0

nível da Área de Ponderação (2000-2010)

variações de unidade são mobilizadas para maior robustez.

2.5 Dados sobre resultados económicos

2.5.1 Resultados económicos formais

Extraímos emprego formal e número de empresas do Geosampa, um banco de dados mantido pela Prefeitura de São Paulo. O nível de agregação fornecido pelo Geosampa é a *Área de Ponderação*, unidade de análise que agrega diversas unidades censitárias e é frequentemente usado por formuladores de políticas brasileiras para entender melhor a variação dentro das cidades. A base de dados conhecida como RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) é produzida pela Ministério do Trabalho e contém dados sobre todas as relações entre empresas e empregados, incluindo endereço, tipo de indústria, dados demográficos, etc. Não tenho nenhum nível individual dados da RAIS, utilizo apenas os dados agregados ao nível da Área de Ponderação. ter dados anuais sobre número de empregados e número de empresas em cada Área de Ponderação.

Montei um painel de informações da RAIS mensuradas na Área de Ponderação (AP) nível, a menor agregação disponível para esses dados, pois não tenho coordenadas X,Y.

Um AP é uma agregação de grades censitárias. Considero um AP tratado pela primeira vez em uma favela dentro dela é tratada. Minha amostra consiste, portanto, apenas em APs com favelas em 2010,

Tabela 5 – Comparação entre a amostra e o restante de São Paulo. Veja Figura 16 para uma visual.

	São Paulo	escalonado Amostra	Resto de São Paulo
Delta total de empregos (2005-2013)	18%	55%	5%
Delta total de empresas (2005-2013)	31%	40%	26%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da RAIS e disque-denúncia.

que exclui os mais ricos e centrais. Testar os impactos da expansão da governança criminal nos resultados do trabalho formal e do empreendedorismo pode levar à subestimação, já que se poderia esperar que a governança criminal contribuísse particularmente para o desenvolvimento do comércio informal. Enquanto isso, como discutido acima, espero que uma melhor governança leve a mais confiança e investimento dentro da comunidade (e provavelmente nas proximidades).

Como visto na Tabela 5, comparo partes muito diferentes da cidade, que são mapeadas na figura 16. A amostra Nunca Tratada é composta por áreas muito mais ricas na linha de base. Enquanto isso, a amostra escalonada é composta por Áreas de Ponderação em áreas mais pobres, que têm favelas dentro delas e onde observo a presença do PCC por meio do disque-denúncia. Não comparo diretamente esses grupos nos modelos de regressão, pois todos os modelos estão focando na amostra escalonada, que é muito mais comparável.

2.5.2 Resultados económicos informais

Usamos o índice de luminosidade noturna construído usando imagens de satélite como um proxy para o nível de renda que varia apesar da mudança nos níveis de formalidade. Este tipo de dado tem sido usado como um proxy para renda e desenvolvimento em ambientes rurais e urbanos (Zhao et al. 2019). Eu baixei os dados raster DMSP-OLS6 médios sem nuvens do [site oficial da NOAA](#). Abri os arquivos usando o Qgis 3.28 e coloquei os shapefiles das favelas de São Paulo "embaixo" dele. Usei a função *Raster Layer Statistics* do Qgis para extrair os valores raster para cada unidade geográfica (favelas). Para cada polígono no shapefile, extraí o valor médio para aquela geografia. Criei um painel de spam de 2000 a 2010. Modifiquei as variáveis originais calculando o logaritmo de seus valores após dividi-los por estimativas populacionais baseadas em dados do censo (2000 se ano < 2006; 2010 se ano > 2005), conforme visto na equação 2.4. Os resultados são robustos a diferentes suposições ao calcular a população. Como posso ver na figura 6, a densidade de luminosidade noturna um ano antes da entrada no PCC é semelhante entre os vários anos possíveis para a entrada no PCC. Isso sugere que a entrada no PCC não é impulsionada por níveis anteriores de riqueza medidos usando este instrumento.

⁶ Processamento de imagens e dados pelo Earth Observation Group, Payne Institute for Public Policy, Colorado School of Mines. Dados do DMSP coletados pela Agência Meteorológica da Força Aérea dos EUA.

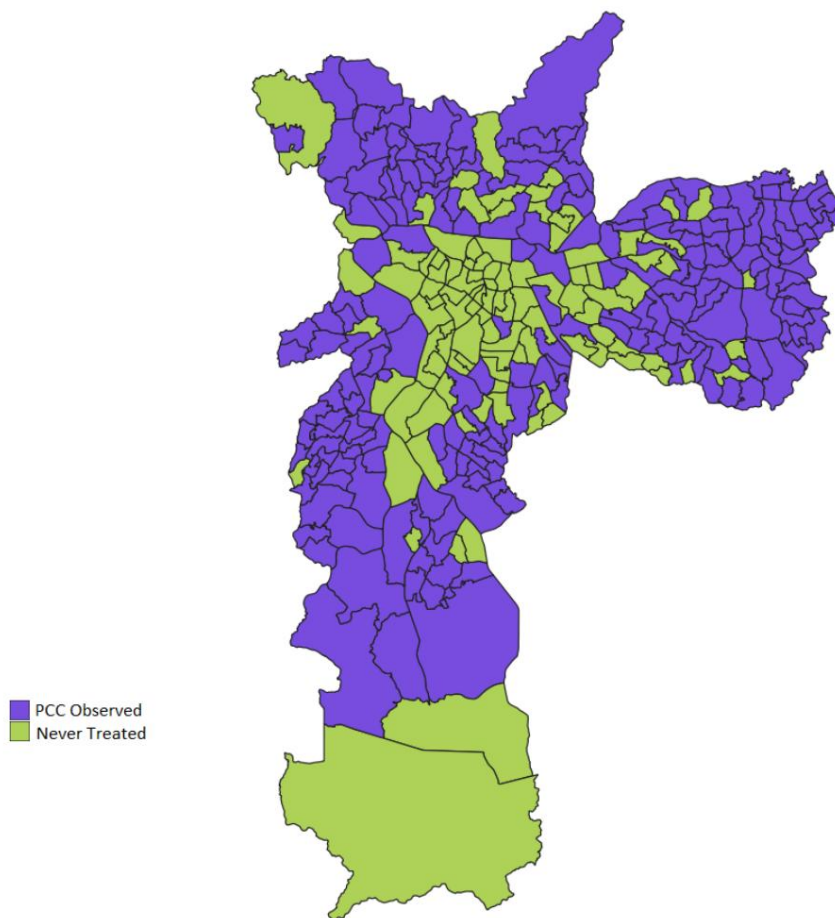


Figura 5 – Áreas de Ponderação no município de São Paulo com denúncias de presença do PCC (2003-2009). Elaboração própria com dados do disque-denúncia compilado por (Biderman et al. 2019).

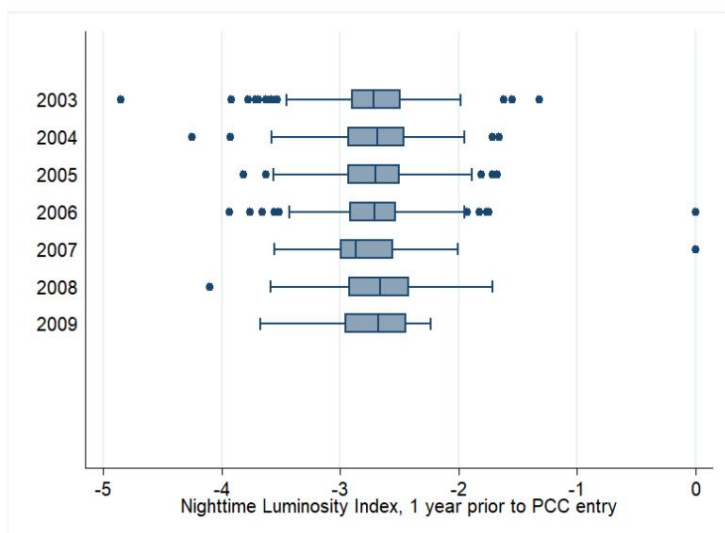
$$\text{Índice} = \log\left(\frac{\text{luminosidade favela, ano}}{P \text{ população favela, ano}}\right) \quad (2.4)$$

2.5.3 Um esclarecimento sobre unidades de análise

Há quatro unidades geográficas diferentes de análise usadas nesta pesquisa.

Uma favela é a menor unidade de análise usada. É a unidade básica à qual o tratamento é alocado. Os dados do disque-denúncia geralmente relatam a presença do PCC em uma determinada favela. É assim que os dados foram processados. Os únicos dados gerados pelo governo no nível da favela são dados do censo, medidos a cada 10 anos. Além disso, as favelas só foram oficialmente reconhecidas como uma categoria e agrupadas como tal para análise do censo a partir do censo de 2010. Isso exigiu a compatibilização do setor censitário para criar os shapefiles da favela para os anos anteriores a 2010. Eu extraí dados de luzes noturnas como um proxy para o desenvolvimento econômico (Zhao et al. 2019) usando a favela como unidade de análise, no entanto, os pixels de luzes noturnas (imagem raster) na latitude de São Paulo são maiores do que a favela média, então acaba

Figura 6 – Distribuição do índice de luminosidade no ano anterior à entrada no PCC. Fonte: Elaboração própria com base em dados da Prefeitura de São Paulo, disque-denúncia e NOAA.



absorvendo alguns dados da vizinhança. Existem mais de 1600 favelas em São Paulo e observo PCC em cerca de metade delas, que compõem minha amostra.

Uma *Área de Ponderação* é um agrupamento de setores censitários construídos por municípios para garantir que as políticas urbanas estejam capturando a heterogeneidade local. Alguns municípios usam essa subdivisão como uma ferramenta de gestão, o que os leva a gerar dados nesse nível. A cidade de São Paulo agrega indicadores econômicos formais, como dados de renda e emprego da RAIS. Esses dados são usados para avaliar o impacto do PCC em indicadores econômicos formais.

Existem 310 *Áreas de Ponderação* na cidade de São Paulo.

Uma circunscrição policial (ou distrito policial) é a área alocada pelo Governo Estadual para estar sob jurisdição de um determinado distrito policial. Existem 103 circunscrições policiais em São Paulo. O ([Centro de Estudos da Metrópole 2021](#)) criou os shapefiles e compilou várias estatísticas criminais para este nível territorial de análise com base nos Dados Oficiais da polícia de São Paulo. Eu uso este nível de análise para repetir exercícios anteriores conduzidos por ([Biderman et al. 2019](#)), mas usando uma unidade maior de análise que sofre com muito menos subnotificação de crimes (em seu artigo e em nossa replicação, todos os dados de crimes são limitados ao que foi georreferenciado pelas Forças Policiais, que cobre apenas 80-90% dos homicídios). É difícil dizer se há vieses no georreferenciamento dos dados (por exemplo: crimes dentro de favelas podem ser mais difíceis de georreferenciar automaticamente, pois endereços dentro de favelas são mais difíceis de encontrar online).

Por fim, utilizo alguns dados do município para analisar o acervo de documentos do PCC. O município é a unidade política básica da federação brasileira. São Paulo é o maior município do país (cerca de 12 milhões de habitantes), mas a maioria deles é muito, muito menor. Eu uso dados básicos sobre município (PIB, taxa de homicídios, população)

verificar a confiabilidade dos dados arquivados do PCC e conduzir alguma análise descritiva sobre as diferenças entre os locais onde o PCC tem um membro responsável pela execução e os locais onde não tem.

3 Revisão de Literatura

O Estado moderno é tipicamente enquadrado como uma comunidade que legitimamente reivindica o monopólio da violência em um determinado território (Weber 2004). Os Estados existem para organizar a vida das pessoas por meio da violência. Especificamente, é mobilizando a violência profissional que os Estados rendem seu poder e asseguram sua continuidade. Como esse poder foi "criado" em primeiro lugar? Em sua historiografia clássica da formação do Estado inglês (e europeu), (Tilly 1992) descreve o processo como um ciclo em que o capital é acumulado e se torna cada vez mais produtivo nas mãos das elites, enquanto os proprietários do capital teriam cada vez mais incentivos para financiar o Estado por meio de impostos. Da parte do Estado, ao ter uma classe capitalista cada vez mais produtiva, o Estado é capaz de mobilizar tropas mais bem financiadas e mais profissionais para garantir seu controle sobre o território, assegurando a proteção da propriedade privada (Tilly 1992; Spruyt 2017).

A lógica de um Estado que centraliza e monopoliza a violência está fortemente ligada ao desenvolvimento do Estado moderno na Europa Ocidental, mas tem sido questionada como o único caminho possível para a criação do Estado (Barkey 1994).

A justificativa para a criação de um Estado com um sistema competitivo, conforme proposto por (Tilly 1985), é que, para ser um estado, qualquer governo precisa ser capaz de exercer violência convincente dentro de seu território (contra desafiantes e ladrões); ao mesmo tempo em que é capaz de lutar contra vizinhos e invasores que possam estar interessados em saquear ou anexar o território. Usando os termos propostos por (Ostrom 1990), o estado tipicamente se comporta como um bandido estacionário: ele protege seu território contra "bandidos errantes", aqueles que buscam extrair e fugir, a fim de garantir a extração permanente. Não é do interesse dos bandidos estacionários esgotar a terra ou as empresas de seu capital, pois isso prejudicaria o desenvolvimento econômico (e, portanto, a extração) nos períodos seguintes. Esse raciocínio é semelhante ao do clássico e provocativo artigo de Tilly (Tilly 1985) "War making and state-making as organized crime". Em seu relato, o estado moderno consiste em um pacote de bens que os bandidos estacionários vendem a seus cidadãos, *quer eles queiram ou não*.

Durante o processo de criação do estado, as elites econômicas precisam colaborar, ou criar, uma elite de profissionais da violência para garantir a proteção da propriedade e a estabilidade dentro do território. A previsibilidade nas práticas de extração (por exemplo: impostos, regras) e a provisão associada de bens públicos são frequentemente associadas ao desenvolvimento econômico (40; Edwards & Ogilvie 2012; Barjamovic et al. 2019), enquanto a falta de execução de contratos e instituições para mitigar conflitos sociais é frequentemente associada à pobreza (Collier 2009).

No entanto, no processo de criação de categorias de comportamentos e crimes que devem ser processados, o Estado cria e empodera profissionais da violência e permite a eles uma grande dose de discricção (Brinks 2006; Willis 2015). A relação entre o Estado e esses aplicadores é um problema típico de agente-principal. Os profissionais da violência

são controlados pelo pagamento recorrente feito pelo Estado extraído o excedente da produção econômica local. No entanto, não é inédito que profissionais da violência tomem a extração em suas próprias mãos e criem estruturas paralelas de tributação e provisão de proteção (Assembléia Legislativa Do Estado Do Rio De Janeiro 2008; Acemoglu et al. 2022).

Em algum contexto, portanto, o estado é incapaz ou não quer mediar os conflitos que emergem de setores econômicos – legais ou ilegais. As últimas décadas forneceram uma ampla gama de literatura explorando o papel de atores não estatais no fornecimento de governança. A literatura sobre governança rebelde já está relativamente desenvolvida (Staniland 2017; Sweet 2021; Gutiérrez-Sanín 2015; Stewart 2018), e os incentivos para os rebeldes fornecerem governança são relativamente bem explicados (Sierra 2020): os grupos rebeldes visam *substituir o estado*, ou pelo menos o governo que o controla, e, portanto, o fornecimento de bens públicos, como reforma agrária, resolução de disputas e fornecimento de infraestrutura está dentro de seus interesses declarados: os ajuda a construir uma base tributária e legitimidade, ao mesmo tempo em que expande as capacidades de produção local (Schouten 2022).

O segundo ramo da literatura sobre atores violentos não estatais concentra-se no que é chamada governança criminal (Lessing 2020; Lessing 2022). Muitos autores trabalharam em organizações do tipo máfia, fornecendo-nos relatos de governança criminal acontecendo na prática, sem conceitualizá-la como um fenômeno diferente de "máfia" (Gambetta 1993; Varese 2006; Volkov 2002) ou grupos paramilitares (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Jan. 3; 2). Os mafiosos e os grupos paramilitares são mais ou menos motivados pelos mesmos incentivos que motivam a governança rebelde: ao fornecer serviços de proteção e execução, esses atores criminosos são capazes de obter retornos maiores de seus territórios, uma vez que operam como criminosos extrativistas - ou bandidos estacionários. A legitimidade pode não ser um ativo tão importante quanto para a governança rebelde, mas ainda é uma ferramenta importante para evitar conflitos com o estado. A principal diferença entre governança criminal e governança rebelde aqui é o nível de inserção no estado. Se os rebeldes prosperam no fornecimento de governança para áreas onde o estado é muito fraco, a governança criminal prospera principalmente em áreas urbanas onde o estado tem muito mais capacidade (Lessing 2020), e muitas vezes opera por meio da corrupção e da infiltração estatal.

3.1 Governança Criminal

A governança criminal prospera em áreas urbanas, onde o estado tem capacidade relativamente maior, mas se concentra nas zonas proibidas, mais pobres e mais abandonadas (Koonings & Krujit 2007; Koivu 2018) dessas cidades, que normalmente estão em suas periferias (Caldeira & Holston 1996).

A governança criminal prospera nos bolsões de pobreza crescentes nas áreas mal servidas que acabam por ser abandonadas pelas instituições de assistência social do Estado – excepto as suas forças de segurança – ao mesmo tempo que estão suficientemente perto de áreas mais ricas para que os residentes possam deslocar-se para o trabalho.

empregos mal remunerados e clientes de mercados ilícitos podem visitar.

A governança criminal inclui um rico repertório de práticas que podem ser mobilizadas por grupos criminosos que exercem, até certo ponto, controle sobre a área. O conceito é amplo o suficiente para que (Lessing 2020) proponha várias dimensões por meio das quais podemos analisar os papéis que os grupos criminosos podem desempenhar dentro de uma comunidade. Desde a investigação de punições sumárias e exemplares contra criminosos sexuais até a proibição de moradores de usar cores específicas. A governança criminal sujeita milhões de pessoas aos caprichos e idiosincrasias de criminosos que controlam aspectos da aplicação da lei, resolução de disputas (Feltran 2008; Feltran 2008), desembolsos de assistência social, bens públicos e outras políticas fiscais (Lessing 2020), aspectos regulatórios de mercados legais e ilegais e, finalmente, até certo ponto, os mercados eleitorais e políticos formais e suas transações (Trudeau 2021; Lessing 2020).

Em uma edição especial de Dilemas (2022), vários autores nos fornecem análises de como a governança criminal impacta as cidades latino-americanas. A edição foi organizada em torno de perspectivas comparativas entre duas ou mais cidades da região, o que levou a algumas grandes contribuições sobre as várias dimensões dos fenômenos (Lessing 2022). (19; 105) nos fornecem evidências de ampla variação em tamanhos e tipos de organizações que exercem governança, enquanto (105; Díaz & Alves 2022; 134) fornecem insights importantes sobre a relação entre forças de segurança do Estado, provedores de ordens paramilitares e governança criminal. Finalmente, (Feltran et al. 2022) analisam o papel do conflito entre grupos criminosos como uma variável explicativa decisiva para entender as taxas de homicídios nos estados brasileiros.

Conforme observado na maioria das pesquisas conduzidas na América Latina, grupos de governança criminal frequentemente não são organizações do tipo máfia (extrativistas), mas gangues de tráfico de drogas que são organizadas dentro de prisões e cadeias. Ao contrário dos EUA, onde a governança prisional envolve várias gangues prisionais lutando por espaço e estabelecendo um equilíbrio de curta duração (Skarbek 2011), as prisões no Brasil são predominantemente governadas por uma única gangue prisional que dita regras de convívio na maior parte de seu perímetro. (Lessing 2017) discute como o encarceramento em massa transforma as prisões em espaços de punição contraproducente. De acordo com sua pesquisa, ao enfiar presos em prisões que ele não pode e não vai governar, o Estado cria a condição para o surgimento de gangues prisionais que efetivamente monopolizam os meios de violência dentro, então qualquer um que for enviado para lá terá que obedecer às suas regras. Como a prisão é uma "coisa certa" na vida de um criminoso profissional, podemos esperar que, ao controlar algumas prisões, as gangues prisionais sejam capazes de impor suas regras até mesmo a criminosos que não estão atualmente encarcerados (Willis 2015; Biondi 2016; Lessing & Willis 2019).

A maior parte da governança criminal no Brasil é exercida por essas gangues de prisão, a maioria das quais não extrai a comunidade por meio de taxas de proteção. É muito mais comum que essas gangues de prisão estejam envolvidas com o tráfico de drogas. Na maioria das áreas urbanas do Brasil, uma grande parcela da população vive em favelas ou cortiços. Favela é um termo técnico de acordo com o Instituto Brasileiro de Demografia e Geografia (IBGE), o que implica que um determinado

a comunidade vive em uma área que normalmente é ocupada (falta de direitos à terra) e precária (falta de infraestrutura adequada, as casas são construídas com materiais inseguros) (Holston 1991). Uma vez que as comunidades atingem um certo nível de formalização e urbanização, elas são consideradas melhoradas e deixam de ser listadas como uma aglomeração/favela subnormal. A ocupação precária de terras nas grandes cidades brasileiras é explicada pelo grande ritmo de crescimento observado nas metrópoles do país, juntamente com a incapacidade (e falta de vontade) do governo em fornecer moradia e infraestrutura urbana durante esse período de crescimento (Leeds 1996; Caldeira & Holston 1996; Holston 1991). Os criminosos que trabalham com atividades relacionadas ao tráfico de drogas no varejo são tipicamente moradores jovens e negros dessas favelas, que enfrentam muita discriminação no mercado de trabalho e na sociedade como um todo (Carvalho & Soares 2016). Enquanto isso, o varejo de drogas é uma atividade lucrativa e distributiva que, dadas suas altas taxas de mortes e prisões, está em constante necessidade de novas contratações. As favelas são, portanto, espaços típicos de exclusão urbana ou zonas proibidas (Koonings & Kruijt 2007). A falta de presença do Estado cria condições para que o comércio varejista de drogas estabeleça pontos de distribuição permanentes (lojinhas, bocas de fumo), que são protegidos pelo uso da violência (contra outras gangues) e subornos (para aplicação da lei) (Zaluar 2000).

Traficantes de drogas (e outros criminosos) são frequentemente as elites mais produtivas e ricas dentro de uma favela. Isso cria um grande incentivo para que eles forneçam bens públicos locais, especialmente estabelecendo controle sobre a violência. Primeiro e acima de tudo, é do interesse da gangue local garantir a segurança da vizinhança. Ou porque há uma justificativa econômica – lugares mais seguros atraem mais –, mas também dada a sua racionalidade política, mais segura clientes, áreas não devem atrair tanta atenção do estado, ao mesmo tempo em que garantem que a comunidade e o estado não sejam prejudicados. No entanto, também há um argumento a ser feito sobre o papel dos benefícios intrínsecos que incentivam o fornecimento de governança local e bens públicos: as famílias dos criminosos geralmente vivem na comunidade e são beneficiadas por mais governança.

3.2 Mercados ilegais e produção de externalidades

Conforme discutido acima, a literatura sobre máfia revela que os mafiosos foram mobilizados para garantir transações econômicas durante a queda do socialismo e a ascensão da economia de mercado no Espaço Soviético (Varese 2006; Volkov 2002); e desempenhou um papel semelhante no fornecimento de direitos de propriedade para fazendeiros na Sicília, no início do século XX (2). Pesquisas já demonstraram que, ao atuar como executores de contratos, a governança mafiosa pode fornecer melhores condições para que as transações aconteçam, especialmente em áreas onde a confiança e o capital social são baixos (Gambetta 1988; Buonanno et al. 2015) ou as instituições são fracas e aqueles que deveriam cumprir esses deveres não estão disponíveis para fazê-lo (Volkov 2002). Há espaço para um argumento aqui de que os mafiosos podem ter melhorado as condições de negócios nesses lugares - embora também haja boas evidências de que isso causou várias externalidades negativas, especialmente em resultados de desenvolvimento social, como alfabetização e provisão de

(2). As evidências sobre as externalidades negativas do crime e da violência são construídas sobre a noção de que a presença criminosa pode levar a conflitos violentos que estimularão efeitos negativos além daqueles envolvidos nos negócios ilegais. Nesse sentido, ao promover a violência e a insegurança, os criminosos estariam criando um *mal público*. No entanto, há evidências de que projetos de governança paralelos substituem o estado no fornecimento de resolução de disputas locais e outras formas de governança, e que as intervenções estatais provavelmente não mudarão a confiança dos cidadãos nessas estruturas no curto prazo (Blair et al. 2022).

(97) também analisa o estabelecimento (plausivelmente exógeno) de gangues prisionais dos EUA em países da América Central. Eles mostram que, após deportações em massa de membros de gangues, áreas que eram dominadas por essas gangues observam menos bem-estar material, como educação e renda. (Sobrinho 2020) argumenta que os municípios mexicanos que são adequados para a produção de ópio e observaram mais atividade de cartéis viram sua população diminuir e a média de anos de escolaridade diminuir, sugerindo uma emigração dos mais ricos. Enquanto isso, as famílias mais pobres melhoraram os indicadores de infraestrutura, principalmente o acesso à eletricidade, água, esgoto e pisos. A literatura também identificou externalidades negativas da violência no fornecimento de bens públicos complexos, como saúde e educação (Monteiro & Rocha 2017) (Koppensteiner & Matheson 2021) (Foureaux Koppensteiner & Manacorda 2016) (Foureaux Koppensteiner & Menezes 2020) (Burdick-Will 2016) (Burdick-Will 2018).

A literatura que estuda políticas de pacificação e redução da violência frequentemente se concentra em iniciativas de policiamento comunitário, sugerindo que ele pode aumentar os preços da moradia (Frischtak & Mandel 2012) e melhorar os resultados educacionais (Butelli & Neri 2015; Rocha & Cerqueira 2019), mas é improvável que o policiamento comunitário crie confiança ou cooperação dentro da comunidade (Blair et al. 2021). Enquanto a literatura sobre crime e violência tem mostrado, recentemente, que mais competição criminosa está associada a mais violência na maioria dos mercados (Zaluar & Barcellos 2013; Bruhn 2021; Sobrinho 2020; Stahlberg 2021). Para que a pacificação seja alcançada, é necessário que haja um ator mais forte que seja capaz de derrotar todos os outros e garantir o controle sobre o território. Esse ator pode ser o estado, mas também pode ser uma gangue poderosa. O caso do PCC em São Paulo é, portanto, proeminente na literatura, tendo sido objeto de vários artigos acadêmicos defendendo ou contestando seu papel na produção de externalidades positivas em São Paulo, especialmente a maior redução de homicídios observada no Brasil (Feltran 2018; Biderman et al. 2019; Freire 2018; Justus et al. 2018; Lessing & Willis 2019; Biondi 2016; Paes Manso & Dias 2018).

Mais próximo do meu tópico de pesquisa, (60) conduzem uma análise do impacto da Pacificação Policial em uma favela, seguindo uma estratégia empírica similar à usada neste trabalho, mas focando no Rio de Janeiro e no papel da polícia. Os autores argumentam que a remoção de criminosos da favela levou ao empobrecimento das favelas tratadas, uma vez que, eles argumentam, a receita criminal seria um ativo importante para o desenvolvimento da favela.

não concordo com suas expectativas teóricas nem considero seus métodos adequados. Primeiro, a ocupação da UPP no Rio de Janeiro levou a um melhor estado de direito nas favelas sem interromper a receita criminal – limitou principalmente o conflito criminal (92; Franco 2014; Willadino et al. 2018). Segundo, os autores medem o desenvolvimento econômico usando a luminosidade noturna – como fazemos neste artigo – mas desconsideram o papel do roubo de energia e como a política da UPP forçou os moradores a começar a pagar pela eletricidade (Merenfeld 2017), o que pode ser uma explicação melhor para a redução drástica na luminosidade noturna observada pelos autores.

Também muito próximos da minha pesquisa estão os artigos que contestam o papel do PCC e suas instituições informais na promoção da paz nas regiões mais pobres de São Paulo. Uma teoria sobre a redução de homicídios como um subproduto da hegemonia criminal está adequadamente alinhada com a literatura internacional recente. Se o conflito entre criminosos gera *males públicos*, então a pacificação por meio da organização industrial deve, se não gerar bens públicos, pelo menos mitigar o mal público criado pelo conflito criminal (Sobrinho 2020; Bruhn 2021). Os autores que argumentam em nome de outras explicações para a diminuição de homicídios em São Paulo normalmente usam municípios como unidades de análise e proxies que não são medidas adequadas da presença do PCC (Justus et al. 2018; Freire 2018). Enquanto isso, ao adotar uma explicação muito mais convincente (Lessing & Willis 2019; Feltran 2013; Ruotti 2016) e uma estratégia de identificação mais granular e melhor identificada (Biderman et al. 2019), os avanços no estudo da governança do PCC abriram caminho para o estudo das externalidades positivas (plausíveis) da governança criminal.

4 O Partido do Crime: organização e legitimidade do Primeiro Comando da Capital

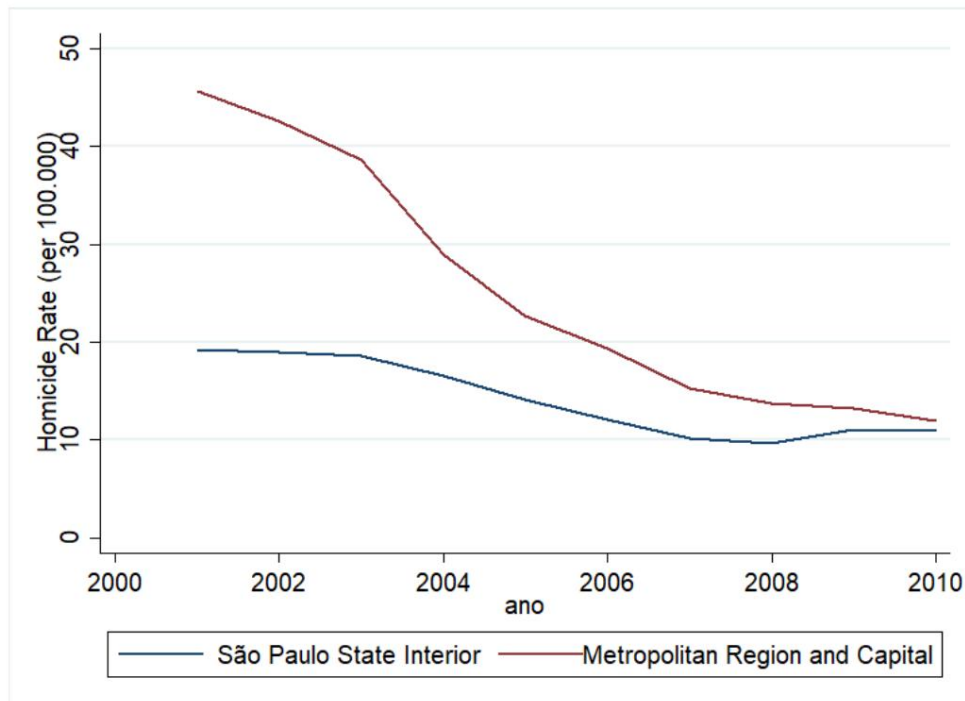
Na Figura 7, um banner comunica a lei local: "É Proibido levantar a moto (chamar no grau) e fazer barulho de propósito com motocicletas (tirar de giro). Sujeito a espancamentos (cacete). Não aceitaremos essas coisas na comunidade, etc". A mensagem no banner é tão explícita quanto um artigo do código penal, delineando os comportamentos proibidos - levantar motocicletas ou fazer barulho excessivo - e especificando a punição - espancamentos. Também estabelece a jurisdição da proibição como a "comunidade, etc." o que implica que as regras são aplicáveis dentro da favela, mas também *em outros lugares*. Banners semelhantes apareceram em várias favelas de São Paulo simultaneamente, indicando um esforço coordenado e sugerindo uma autoridade jurisdicional paradoxal: ela se limita à "comunidade" enquanto se estende indefinidamente no Estado de São Paulo, com seus quase 40 milhões de habitantes.

A ausência de uma assinatura neste Diário Oficial não deixa dúvidas sobre quem governa as favelas de São Paulo. Por meio de uma expansão relativamente pacífica, o PCC tornou-se hegemônico em quase todas as prisões de São Paulo durante a década de 1990. Essa hegemonia dentro do nó mais essencial na vida dos criminosos do estado, o sistema prisional, permitiu ao PCC recrutar e *conscientizar* milhares de membros por toda São Paulo, criando laços e redes entre criminosos de diferentes quebradas e especialidades criminosas.



Figura 7 – O PCC proíbe motociclistas de realizar acrobacias e fazer barulho excessivo. Extraído de (Folha de S. Paulo 2021).

Figura 8 – Taxas de homicídios na região metropolitana de São Paulo X restante do estado



(Biondi 2016; Lessing 2017). Após saírem da prisão, esses membros disseminaram a ideologia do Partido nas favelas, levando a um fenômeno sem precedentes na história do crime organizado no Brasil: o estabelecimento de uma redução sistemática de homicídios em todo um estado, graças à implementação de um regime de Governança Criminal burocrático e relativamente weberiano (Lessing & Willis 2019).

4.1 São Paulo na virada do século

Este manuscrito, inspirado na música "A Fórmula Mágica da Paz"¹, explora o passado violento de São Paulo, caracterizado por ciclos de drogas, crime e vingança, especialmente em bairros como Capão Redondo. Em 1997, São Paulo tinha áreas com taxas de homicídio extremamente altas, contrastando fortemente com áreas mais seguras e ricas. Essa paisagem se transformou desde então, com São Paulo se tornando mais segura, principalmente em relação a homicídios. Grande parte dessa mudança em favelas e periferias pode ser atribuída à ascensão do Primeiro Comando da Capital (PCC), uma gangue de presídios que veio para regular os mercados criminosos e estabelecer uma "paz entre os ladrões".

Neste capítulo, mergulho na literatura, documentos e entrevistas do PCC para fornecer um retrato de suas organizações, ideias e consequências em relação ao mundo do crime em São Paulo. Optei por não discutir a expansão do PCC para fora de São Paulo, pois isso foge do escopo deste trabalho, mas a literatura forneceu literatura suficiente sobre o papel da expansão do PCC na interrupção de mercados criminosos em outras partes do Brasil (Feltran 2018; Paes Manso & Dias 2018).

¹ Do álbum "Sobrevivendo no Inferno" dos Racionais Mcs de 1997, Capão Redondo, São Paulo.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: primeiro, revisito a literatura etnográfica para explicar a expansão do PCC em São Paulo, primeiro nas prisões e depois nas favelas e periferias; então, discuto algumas das instituições internas do PCC, fornecendo uma estrutura para entender como e por que esse tipo de governança criminal pode influenciar o desenvolvimento econômico fora dos mercados criminosos; então, revisito a literatura empírica analisando o papel do PCC na redução da violência nas favelas de São Paulo.

4.2 Um relato da expansão do PCC em São Paulo

“Hoje em dia, as facas viraram ganchos para escapar [da prisão], e o crack foi proibido no sistema. Os presos que costumavam se envolver em atividades violentas como roubo, estupro e extorsão, causando conflitos, foram mortos ou enviados para a prisão *de seguro*, agora excluídos do crime *que corre pelo certo* [o crime ético]. Esta foi uma das nossas primeiras revoluções no crime, beneficiando a todos. Isso destaca a importância da paz e seu significado para o sistema prisional.” Extraído de: (Biondi 2014), nossa tradução e comentários entre colchetes.

O estatuto do PCC estabelece que ele foi fundado em 1993 e que as comemorações acontecem lugar no dia 31 de agosto. A gangue estava comemorando 17 anos de existência quando a versão do estatuto² foi emitida pela Sintonia Geral Final, um conselho que toma as decisões estratégicas no partido. No preâmbulo do estatuto, os autores argumentam que eles revolucionaram o crime por meio da “união e da força” e que eles almejam que a “coisa certa” sempre prevaleça. A expansão do PCC nas prisões e favelas de São Paulo começou com presos influentes, conhecidos como *faxinas*, que mediavam disputas, forneciam estabilidade dentro das celas e fomentavam um movimento antissistema (Biondi 2016; Malvasi 2012).

Segundo a lenda, a formação do PCC teria ocorrido dentro do Presídio de Taubaté, onde vários criminosos altamente respeitados (“*faxinas*”) foram presos juntos, sujeitos ao que eles consideravam condições desumanas. Eles decidiram criar um grupo que imitaria o que os criminosos do Rio de Janeiro já estavam fazendo: permitindo a associação de criminosos dentro das prisões, facilitando ações coletivas como legítima defesa (Skarbek 2011), organização prisional e contestação estatal (Biondi 2016). Eles adotaram o lema do Comando Vermelho do Rio de Janeiro, a primeira Facção Criminosa conhecida do Brasil, que foi fundada no final dos anos 1970: “Paz, Justiça e Liberdade” (Amorim 2003).

O primeiro impulso expansionista do PCC ocorreu por meio dessa rede frouxa e informal de *faxinas*, ladrões altamente conceituados que habitavam e regulavam a vida nas prisões anárquicas de São Paulo. O estado conduzia transferências frequentes de presos considerados “líderes” dentro da prisão. Ao transferir os presos mais persuasivos e bem conceituados, o estado os levava para novos locais onde eles poderiam catequizar novos presos sobre a ideologia, “batizar” novos irmãos e ganhar mais respeito ao pacificar disputas dentro das prisões.

² Versão do estatuto incluída no acervo documental analisado pelo autor.

As disputas começaram a ser resolvidas por meio de conversas relativamente estruturadas, incluindo partes neutras, em vez de violência. Essa metodologia de resolução de disputas por meio de processos um tanto estruturados é uma maneira fundamental pela qual o PCC mitiga a violência dentro e fora das prisões até hoje (Biondi 2014; Biondi 2016; Malvasi 2012). Além disso, esses julgamentos informais se assemelham muito aos procedimentos pelos quais foram submetidos pela justiça brasileira, com espaço para argumentos contraditórios, sentenças vinculativas e referências à provisão de bens públicos.

Estatísticas sobre a redução de homicídios em prisões durante esse período atestam o estabelecimento de um verdadeiro *leviatã* dentro desses espaços (Biondi 2016). Sem deixar rastros de papel ou evidências observáveis, para uma sociedade que não queria ver o que estava acontecendo dentro do sistema carcerário, o PCC se espalhou pelo sistema de São Paulo enviando *salvas*³ e batizando novos membros. O PCC se consolidou como uma instituição informal dentro do sistema prisional, pois sua dispersão levou a melhores condições de vida e resistência contra as dificuldades inerentes à vida na prisão.

A estrutura institucional do PCC dentro do sistema prisional é muito resiliente devido à natureza de ordem aberta de seu funcionamento. De acordo com suas regras, muito poucos presos são inimigos automáticos (estupradores, *espertinhos*, membros de gangues inimigas específicas) e têm que viver em celas específicas conhecidas como *seguro (cofre)*, enquanto a maioria da população prisional, embora não afiliada, é capaz de mobilizar as regras e procedimentos do PCC em seu nome. Aqueles que não pertencem ao PCC são considerados *primos* em vez de irmãos, e devem ser respeitados. Isso é diferente do funcionamento de outros sistemas prisionais descritos na literatura, onde várias gangues na mesma prisão coexistem em um equilíbrio duro e violento (Skarbek 2011). Como o PCC é a única gangue que controla a grande maioria das prisões em São Paulo, todo o mundo criminoso do Estado deve obedecer às suas regras, estejam eles dentro (e monitorados de perto) ou fora (já que, um dia, eles voltarão e, portanto, responderão ao PCC por suas ações fora) (Willis 2015; Lessing & Willis 2019).

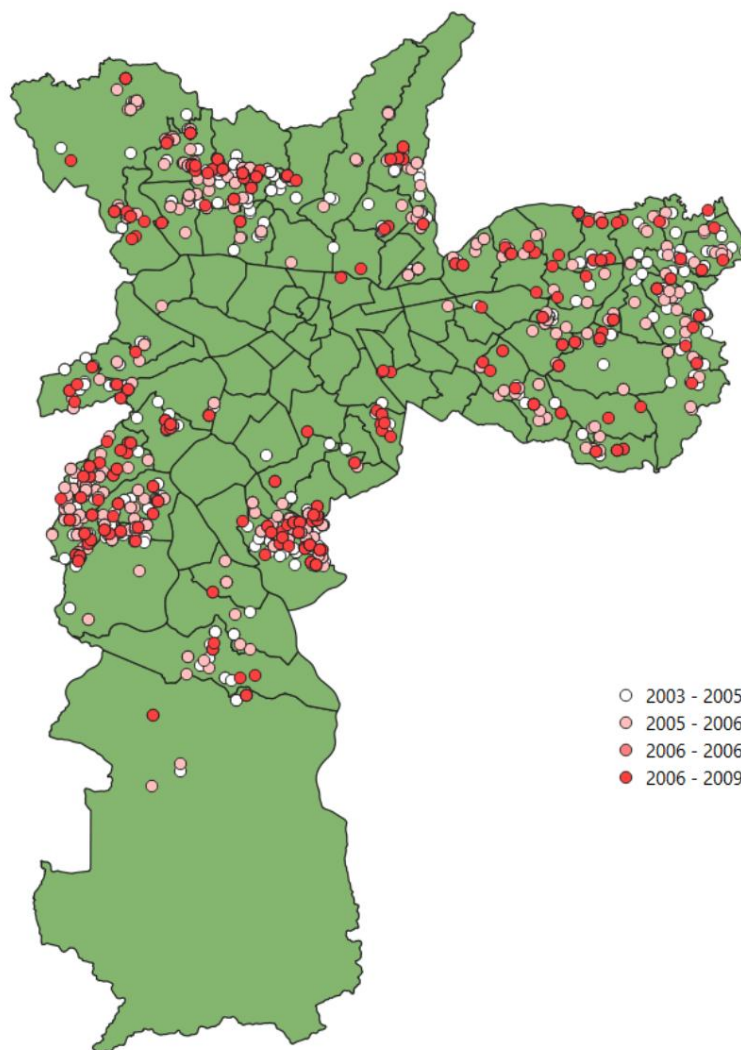
Os membros, ou irmãos, são aqueles que têm responsabilidades relacionadas à mediação, arbitragem e monitoramento até certo ponto dentro das prisões.

O sucesso do PCC em regular a relação entre criminosos no mundo do crime pode ser mais claramente compreendido ao olhar para sua proibição de assassinato por “ação isolada” dentro das prisões, ou seja, o uso de violência não sancionada pelas instâncias de representação da população carcerária. Essa proibição foi eventualmente levada às ruas e é responsável, eu argumento, pela maioria das externalidades positivas documentadas neste manuscrito.

Ao garantir que os criminosos não possam praticar violência sem o consentimento prévio da *parte*, o PCC acalma as disputas entre os presos, fornece mediação para casos que poderiam, em outro momento, ser um assassinato; propõe ilícitos (pagamentos em dinheiro em troca de injustiças); autoriza espancamentos ou trocas; e frequentemente bane criminosos de viver entre

³ Os Boletins do PCC circulavam em papel e por meio de mensagens em celulares.

Figura 9 – Favelas de São Paulo (pontos) por ano de entrada no PCC. O mapa base são as Circunscrições do Distrito Policial de São Paulo. Elaboração própria com base em dados do (Centro de Estudos da Metrópole 2021), Disque-Denúncia e Deinfo.



a população em geral. Os debates são os espaços onde essas discussões acontecem. Elas ocorrem incluindo agentes locais, mas também pessoas que estão em diferentes prisões pelo estado e pelo país. O celular é a principal ferramenta tecnológica usada pelo PCC (Malvasi 2012) para garantir que a governança seja conduzida de forma colegiada e que a liderança local e os agentes não estejam realizando ações isoladas eles próprios.

4.3 As instituições formais e informais do PCC

“Nós nos tornamos a lei do crime e todos respeitam e aceitam nossas decisões, porque confiam em nossa justiça. Nossa responsabilidade é cada vez maior, pois somos o exemplo a ser seguido.” (Extraído do estatuto do PCC (por volta de 2013) obtido pela polícia . Tradução nossa.)

Ao conduzir uma análise detalhada de seu funcionamento interno, (Lessing & Willis 2019) conceituam a organização como uma entidade racional-legal que aloca punição de forma ótima. O PCC funciona como uma entidade racional-legal com instituições formais e informais governando o comportamento de seus membros. Os estatutos do grupo descrevem os direitos e obrigações dos membros, enquanto suas regras informais, ou *proceder*, regulam aspectos de seu relacionamento com a sociedade. Com base em um tesouro de documentos acima mencionados, analiso alguns pontos sobre a organização do PCC.

O PCC é conhecido há muito tempo por ter um estatuto escrito, uma maneira típica de garantir que as regras sejam obedecidas e que as mudanças nas regras sejam transmitidas a todos os participantes (Carey 2000). Ter um documento oficial de referência está muito alinhado com a maneira como o PCC opera: ele aplica regras que são bem conhecidas por *todos*, usando procedimentos que são transparentes. A instituição do debate, embora não seja abordada por esse nome, está claramente presente em vários artigos do estatuto. Por exemplo, o estatuto declara o direito de cada membro de ser tratado "de forma justa e imparcial" e de "expressar sua opinião", desde que não tente semear a desunião dentro do comando. Além disso, os membros têm o direito de ajudar dentro das prisões e até mesmo fora das prisões nos casos em que não podem se sustentar. Os não membros também têm o direito de viver entre o PCC, desde que sigam as regras.

Enquanto isso, os membros são obrigados a manter contato com a liderança local em suas áreas quando saem da prisão, a se envolver em possíveis missões – especialmente fugas de prisões – e a fortalecer o *progresso* do partido, o que significa apoiar operações locais de drogas que financiam a provisão de bem público conduzida pelo partido, que são enumeradas no 7º artigo: advogados, alimentação, apoio a prisões pobres, transporte para famílias em visita, ajuda aos doentes e apoio contra a "opressão estatal". Os membros também podem ter que desempenhar funções semipermanentes dentro do partido, especialmente quando estão fora do sistema prisional. O tipo de atividade realizada inclui: execução, burocracia, provisão de bem público ou gestão. Realizei uma análise detalhada de uma lista de membros do PCC por cidade e função, referente à área rural de São Paulo em 2012/2013.

No registro, 94% dos membros foram batizados dentro de prisões, enquanto apenas 25 deles foram batizados na rua. Menos da metade desses 25 tem uma observação afirmando que nunca foram para a prisão, uma informação notável para eles. Não tenho datas de batismo, mas os membros que estão há mais tempo na rua (com base no ano da libertação) não têm mais probabilidade de estar exercendo uma função nem sendo uma liderança ou execução.

Se isso sugere rotatividade ou prestígio para aqueles que acabaram de sair da prisão e bem sintonizados (em sincronia) é uma questão para pesquisas futuras. Nem mesmo as funções de tráfico de drogas que poderiam ser consideradas mais dependentes de contatos externos são mais frequentemente mantidas nas mãos de membros que estão fora há mais tempo. Muito poucos membros contêm uma nota que diz "batizados na rua", e presumo que todos os outros se juntaram enquanto estavam

O registo também contém informações *ad hoc*, como “cego”, “paralítico” ou “passou por cirurgia”, muitas vezes como uma forma de destacar por que esse membro não tem responsabilidade após sair cadeia.

Dos 419 membros com arquivos completos, observo que 139 (33%) não possuem funções específicas, mas 14 delas não têm função porque estão sendo punidas com 1 ano sem responsabilidade. A maioria dos membros dos quais tenho dados completos não tem punição escrita em seu arquivo (93%). A maioria das punições está relacionada à falta de 2º prazo (não pagar pelos medicamentos consignados). A punição mais comum é de 90 dias, significando 90 dias sem adquirir medicamentos consignados (Lessing & Willis 2019). Membros também são punidos por “falta de sintonia”, faltas cometidas por membros cujo batismo eles uso patrocinado e não autorizado da violência e “falta de visão”, que significa falta de estratégia pensamento.

Tabela 6 – Resumo tabular das funções exercidas pelos membros do PCC no interior região de São Paulo

Função	N / D	Nível da cidade	Nível regional	Todo o "Interior "	Total
Burocracia	22	18	37	7	84
Tráfico de drogas	9			1	21
Disciplina (execução)	4	6	5	4	72
Liderança	29	51 34	13 13	3	79
Provisão de bens públicos	10	3			15
Nenhuma responsabilidade	150	0	1 0	1 0	150
Total	224	112	69	16	421

Agrupei as atividades listadas no registro de membros por contraste para funções típicas do governo. Por exemplo, aqueles responsáveis por cidades ou regiões são normalmente chamados de “gerais” ou “finais” e são categorizados como liderança. Os responsáveis de supervisionar o uso da força e resolver problemas entre criminosos são conhecidos como disciplinas e eu os listei como aplicadores. Diferentes membros são responsáveis por diversas funções burocráticas necessárias ao Partido, incluindo a cobrança de taxas, a cobrança de outras fontes de renda (rifas), contabilidade e transmissão de informações entre prisões e as ruas (salveiros e resumo da rua). A provisão de bens públicos implica o fornecimento de alimentos para as prisões e provavelmente para algumas famílias de membros do lado de fora. Além disso, os prestadores de serviços públicos também são responsáveis por fornecer transporte às famílias dos presos no dia da visita, bem como contratar capatazes (os gravatas) para representar os irmãos.

As funções dos membros também variam de acordo com o escopo geográfico. Observo três áreas geográficas escopos: local (quebrada ou cidade, varia dependendo do tamanho da cidade) ou regional (área como 012, 014). As funções relacionadas com a supervisão monetária (financeira regional, responsável do livro) parecem ser frequentemente redundantes com a responsabilidade dividida entre mais de

um membro na mesma cidade, especialmente em cidades maiores. Além disso, há sobreposições de responsabilidade que permitem que os membros monitorem uns aos outros.

4.4 Como o PCC atenua as externalidades do mundo do crime

A governança do PCC é marcada pela redução de externalidades criminais, melhorando as condições econômicas em áreas afetadas. Este manuscrito argumenta que a redução da violência civil sob o governo do PCC leva a melhores resultados econômicos em áreas mal atendidas. Ao introduzir mecanismos de resolução de disputas e estabilizar relacionamentos entre atores econômicos, a governança criminal do PCC mitigou significativamente a violência em São Paulo.

4.4.1 O PCC reformula o tráfico de drogas por meio da regulamentação

O tráfico de drogas é provavelmente a principal atividade econômica que financia tanto o PCC quanto seus membros (Lessing & Willis 2019; Feltran 2018). No registro, observe alguns membros listados como responsáveis por funções de tráfico de drogas que podem incluir regulamentação ou envolvimento direto no mercado. O envolvimento direto no mercado é denotado pela palavra Progresso, que significa ser responsável pela distribuição por atacado. Envolver-se na distribuição por atacado é uma maneira fundamental pela qual o partido se financia e fornece um benefício tangível a seus membros. O PCC pode atuar como um clube de compradores, fazendo compras maiores, gerenciando pedidos e remessas e usando sua vasta rede de irmãos como varejistas. Quando o PCC chegou às quebradas no início dos anos 2000, eles criaram maneiras de regular o tráfico de drogas com comunidades que respeitavam os direitos de propriedade dos proprietários, garantiam mais lucros e menos violência conflito.

O atacado de drogas para varejistas é um ganha-ganha em termos de lucros e governança. Por um lado, o PCC se financia, por outro, cria um forte incentivo para que os membros (e primos) sigam as regras e não interrompam seus próprios negócios. Ao se tornar o fornecedor em massa de drogas para a maioria das operações — especialmente aquelas baseadas em favelas — o PCC se torna um ator inevitável e tem autoridade para regular fortemente o mercado de drogas. Seus regulamentos incluíram os valores de preços e subornos, bem como a criação de um registro de pontos de venda de drogas. Novamente, ao anotar informações, o PCC cristalizou um certo status quo e proíbe sua mudança por meio da violência. Se antes da regulamentação, os criminosos atiravam uns nos outros pelo controle das lojinhas, agora eles devem comprar o ponto do antigo dono, limitando o maior incentivo à disputa violenta que existia antes do PCC. Segundo (Malvasi 2012), houve uma mudança drástica nos níveis de mortalidade dos que trabalhavam no tráfico de drogas, o que levou a um aumento na quantidade de jovens interessados em trabalhar no negócio (p.96).

Outro elemento que foi alvo de intensa regulamentação após a hegemonia do PCC foi o papel desempenhado pelas armas (visíveis) nas favelas. Antes da regulamentação rigorosa do tráfico de drogas,

mercados, ter armas nascidas por adolescentes em lojinhas era lugar comum. Os incentivos para a violência e a exibição de armas eram vários: primeiro, poderia haver um membro de um grupo rival tentando tirar sua lojinha; segundo, poderia haver uma necessidade de intimidação de clientes, devedores ou curiosos; terceiro, o grupo demográfico muito jovem que normalmente trabalha nas lojinhas tem tendências exibicionistas e pode ser propenso a atitudes isoladas. Depois do PCC, não havia mais necessidade de defender as lojinhas – e não havia mais autorização para atitudes isoladas – então as armas deixaram de ser visíveis (Feltran 2008; Feltran 2008). Se, antes, um garoto matava um devedor por causa de 5 reais (1 USD) – como forma de defender sua reputação – agora esse garoto precisaria ir falar com o disciplinador do PCC (executor) e pedir um debate.

4.4.2 O PCC investiga irregularidades e aplica regras

É por meio do apoio da comunidade que os responsáveis pela aplicação das regras – e as próprias regras – são reconhecidos como legítimos, e esse apoio, no caso do PCC, parece estar crescendo, à medida que mais e mais pessoas que não pertencem à organização recorrem a eles para resolver seus problemas. [(Dias 2008), tradução minha.]

Os debates são provavelmente as implicações mais consequentes da governança e regulamentação do PCC sobre o mundo do crime de São Paulo. Conforme discutido acima, debates e conversas estruturadas foram a tecnologia desenvolvida pelo PCC para lutar por seu direito à vida dentro das prisões, mas depois usada fora também (Malvasi 2012). De acordo com (Feltran 2010) (p.63), os debates operam em três níveis. A versão de "pequenas causas" é uma conversa rápida incluindo membros locais e as pessoas envolvidas no incidente menor sob escrutínio. Isso pode ser usado para resolver disputas entre moradores, comércio ou lidar com pequenos ladrões, como viciados em drogas. Os debates de médio porte exigem consulta com outros irmãos, de outras áreas, por meio de teleconferências. Finalmente, há casos de vida ou morte, que são resolvidos por meio de debates muito mais complexos (Feltran 2010). O PCC frequentemente sequestra indivíduos e os leva para locais especiais onde esses debates mais sérios acontecem. De acordo com (Feltran 2010), os casos de vida e morte exigem a construção de consenso entre um certo grupo de executores.

As funções de execução não ganham salário, mas podem recuperar custos diretos do exercício da autoridade. A justiça fornecida pelo PCC é rápida e frequentemente exemplar. Um executor local não é necessariamente o criminoso mais poderoso ou mais rico do bairro. Em outros lugares, e antes do PCC em São Paulo, a figura de um chefe de gangue era alardeada como o tomador de decisões central de todas as instâncias, incluindo a administração da justiça. Na era do PCC, o dono de uma lojinha podia atuar como executor local, mas isso se deve a uma nomeação do PCC, não à sua posição no tráfico de drogas. Enquanto isso, as pessoas podem possuir lojinhas sem serem membros do PCC, o que não as exclui de cumprir as regras do PCC (Hirata 2022). Além disso, a legitimidade valorizada

pelos membros do PCC na resolução de disputas locais é derivada não apenas de sua capacidade de mobilizar a violência, mas pelo senso de justiça percebido em suas decisões. (Hirata 2022) explica que o fato de os membros frequentemente nascerem nas comunidades onde atuam, terem famílias extensas e uma rede de contatos, permite que eles estejam cientes dos comportamentos passados dos indivíduos e tomem decisões que são consideradas justas, dado seu conhecimento contextual. (Dias 2008) argumenta que, apesar dos julgamentos do PCC serem “ilegais, arbitrários e duros”, ele preza pelo reconhecimento social que é evidenciado por uma crescente demanda de spam da população.

4.4.3 Proibição de furto na quebrada

Ninguém rouba de ninguém... ninguém invade uma casa... quando o tráfico está no comando. Nada acontece. [Extraído de (Ruotti 2016); minha tradução]

Vários estudos sobre o PCC convergem para uma descoberta geral de que a chegada do PCC significou a proibição do roubo dentro das favelas. De acordo com a maioria dos autores (Biondi 2014; Feltran 2012; Dias 2008; Ruotti 2016), as favelas sofreram com crimes cometidos por moradores locais, bem como por usuários de drogas de fora que convergiram para a comunidade. A aplicação dos direitos de propriedade dos favelados tem sido um papel desempenhado por criminosos no Brasil há muito tempo (Zaluar 2000; Leeds 1996; Glenny 2016). No entanto, antes do PCC, os criminosos de São Paulo normalmente não aderiam aos mesmos padrões de comportamento e aplicação. Isso significava que, embora alguns chefes pudessem aplicar fortemente a proibição de roubar, muitas pessoas que moravam nas favelas tinham queixas profundas sobre a presença de criminosos que ainda vinham dos pobres, e até mesmo daqueles que tentavam defendê-los, pois frequentemente promoviam a violência. Em um livro clássico, (Barcellos 1992) dissecou o comportamento dos policiais de São Paulo que atuavam como esquadrões da morte e conduziam o extermínio em massa da juventude periférica de São Paulo sob o pretexto de proteger as comunidades dos criminosos.

Enquanto isso, o surgimento do PCC em São Paulo levou a um padrão regular de execução dos direitos de propriedade dos moradores nas favelas. Isso foi possível por meio do estabelecimento de práticas de justiça processual e da abertura da possibilidade de os moradores apresentarem suas queixas. Os donos de lojas podiam então denunciar os ladrões, que seriam espancados e/ou expulsos da favela, mas não mortos. O PCC também está disponível para lidar com queixas sobre estupros e pedófilos, que enfrentam violência exemplar. Ele também se comporta como um conciliador para disputas familiares e interveio em casos de violência doméstica, geralmente banindo o perpetrador da favela. (Ruotti 2016) relata que seus interlocutores afirmaram que quando algo ruim acontece ("meu filho foi roubado"), os moradores vão direto aos *meninos* para apresentar suas queixas. Da mesma forma, (Dias 2008) relata um caso em que mães da comunidade denunciaram um pedófilo aos *meninos* e pediram “uma acusação do acusado”. (Biondi 2014) traz vários relatos de Kleber e Murilo lidando com problemas comunitários: perseguindo um estupro,

mediar entre criminosos sobre uma máquina caça-níqueis roubada, interromper brigas de bar, assaltos, recuperar itens roubados e até mesmo mediar uma disputa sobre talaricagem (ter um relacionamento com o parceiro de outra pessoa).

4.4.4 O PCC melhora o relacionamento entre o estado, a comunidade e o crime

A hegemonia do PCC em São Paulo alterou as relações Estado-crime, com agências estatais tendo que se adaptar à nova hegemonia criminal. O controle do grupo sobre as prisões e sua capacidade de coordenar ações coletivas contra as (chamadas) injustiças estatais levaram a um novo equilíbrio nas relações Estado-crime, marcado por menos violência e acordos mais estáveis entre polícia e criminosos⁴. Esse novo equilíbrio foi apoiado, entre outras coisas, pela padronização de propinas, que diminui os incentivos para policiais usarem a violência contra criminosos como uma ferramenta de extração; ao mesmo tempo em que limita os incentivos dos criminosos para atacar policiais que estão cobrando mais dinheiro (Feltran 2018).

O estabelecimento de uma relação menos contenciosa entre criminosos e policiais beneficiou a vida comunitária nas favelas⁵ da justiça, mas também se beneficia da provisão do PCC dentro delas (Willis 2015). Primeiro, ao fornecer uma resolução rápida e eficaz às demandas da comunidade, os irmãos evitam que a polícia seja chamada – enquanto isso, os policiais aprendem a identificar e ignorar os homicídios cometidos pelos irmãos⁶ percebidos, quais são como merecidos (Willis 2015). Segundo, ao estabelecer o registro de lojinhas, os irmãos limitam a capacidade da polícia de escolher de quem extrair, apoiando uma determinada gangue ou membro de gangue em sua busca para conquistar *lojinhas*. Terceiro, a natureza compulsória das missões do PCC garante que a violência *injusta* praticada contra aqueles que estão na prisão possa ser paga em espécie, fora da prisão, como aconteceu em 2006.

Além disso, ao diminuir a violência e proporcionar uma governança eficaz, o crime desenvolve fortes laços com o relacionamento, que passa a considerar *os meninos* como atores políticos legítimos e relevantes na região, garantindo segurança, paz e tranquilidade aos moradores (Ruotti 2016). (Biondi 2014), por exemplo, documenta um caso em que a comunidade está reclamando com os irmãos do PCC, solicitando ainda mais governança, mais bens públicos.

Enquanto isso, as autoridades policiais⁷ destacam que interagir com criminosos para solicitar governança (por exemplo: limitar festas barulhentas nos fins de semana) e tentar olhar para um assassinato pela perspectiva das instituições do PCC são coisas comuns.

No geral, a melhoria no relacionamento foi uma função não apenas da capacidade do PCC de exercer poder, mas também beneficiou da manutenção de um bom relacionamento pelo PCC.

⁴ Entrevistas: PM1, PM2, Especialista

⁵ Entrevista: P11

⁶ Entrevistas: PROSEC, Expert1

⁷ Entrevistas: PROSEC, SPI

com os moradores por meio do fornecimento efetivo e justo de bens públicos, e com a polícia, estabelecendo um equilíbrio tenso de prata e plomo (36). Do lado do governo, embora algumas pessoas atribuam ao governo a queda nos homicídios⁸ a noção de que o PCC teria contribuído para a queda nos homicídios uma “teoria da conspiração”⁹, não há argumentos convincentes sobre um papel do estado na redução dos homicídios. Tanto os entrevistados que negaram o papel do PCC quanto os que afirmaram crédito ao estado concordam que o período foi marcado por uma reformulação na natureza dos mercados criminosos em alguns territórios (aqueles onde mostramos que a queda nos homicídios estava concentrada).

Além disso, perguntei aos profissionais de segurança pública em São Paulo sobre as mudanças que estão ocorrendo nas forças policiais durante o período analisado. A maioria deles destaca as mesmas mudanças: o estabelecimento de estratégias de pontos críticos baseadas em dados para saturar áreas de alta criminalidade¹⁰. No entanto, eles discordam fortemente entre si sobre seu papel na redução de homicídios. [PM3] atribui a maioria das mudanças à melhoria do policiamento, forçando-os a serem mais responsivos à sociedade por meio de CONSEGs e saturação de pontos críticos baseada em dados. [PM2] acredita que o PCC é o principal responsável pela queda nos homicídios, e a maioria dos argumentos são ex-post “marketing político”, embora reconheçam grandes esforços institucionais para melhorias no PMESP durante o período. [PM1] argumenta que não há correlação entre as ações do PMESP e os homicídios em São Paulo... “a principal preocupação eram os roubos, não os homicídios”, os hotspots dificilmente foram projetados para focar em homicídios, mas em crimes contra a propriedade. No entanto, eles reconhecem que, por ter uma polícia mais presente em algumas áreas, alguns homicídios param de acontecer¹¹.

4.5 Hegemonia Criminal: Expansão do PCC e redução de homicídios em São Paulo

Nesta seção, testo formalmente a hipótese de que São Paulo sofreu uma redução nos homicídios quando o PCC se tornou hegemônico no mundo do crime. Conduzo a mesma análise proposta por (Biderman et al. 2019) e as estendo para diferentes cenários, estimando modelos semelhantes em diferentes amostras. A amostra georreferenciada tem a vantagem de limitar o tamanho das áreas às favelas onde a violência está concentrada, assim como a governança criminal. Enquanto isso, a amostra em nível de distrito policial tem a vantagem de maior variância, especificamente uma quantidade muito menor de zeros na variável de resultado.

Na figura 9 destaco as posições e o ano de entrada (observada) do PCC nas favelas. As favelas em São Paulo têm muito mais probabilidade de estar localizadas nas áreas mais pobres da cidade. Se eu comparasse essas áreas com as áreas centrais, onde nunca observo o PCC, eu

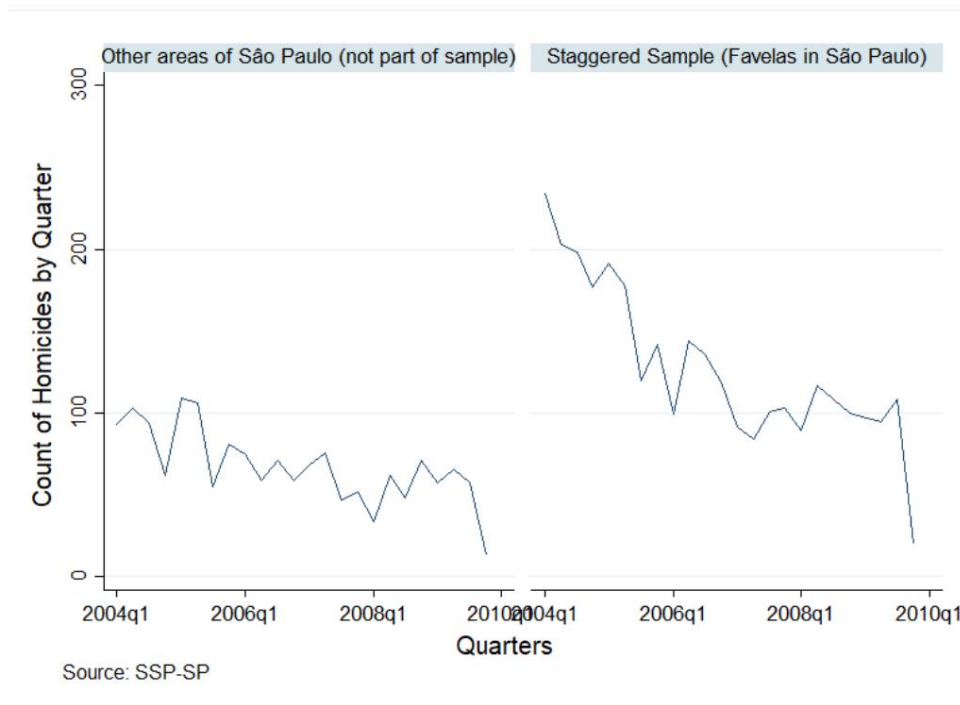
⁸ Entrevista: PM3

⁹ Entrevista: PROSEC

¹⁰ Entrevistas: PM1, PM2, PM3

¹¹ Entrevista: PM1, PM3

Figura 10 – Elaboração própria com base em dados do SSP-SP e Disque-Denúncia. Comparação de áreas próximas às favelas (< 500m) até aquelas distantes das favelas.



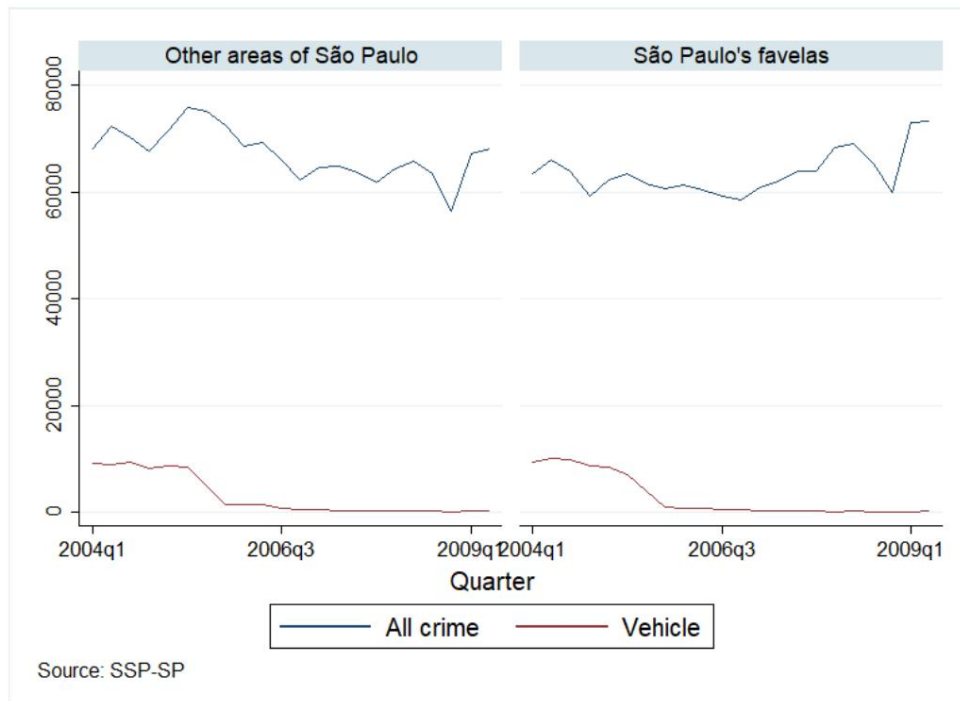
estar conduzindo uma estimativa ingênua dos efeitos do PCC. No entanto, é importante revelar o quão concentrados os homicídios são, de acordo com a dinâmica típica de pontos críticos. Nas figuras 10 e 11, comparo crimes que ocorrem a 500 metros de favelas com crimes que ocorrem a mais de 500 metros de favelas. Como pode ser visto, os homicídios em favelas convergem (em números absolutos) com o resto da cidade, apesar de ocuparem menos de 1% das áreas da cidade. Enquanto isso, as tendências em roubos de veículos e todos os crimes relatados não parecem mudar entre os dois.

4.5.1 Hegemonia Criminal

Os principais elementos da *hegemonia criminal* do PCC referem-se à legitimidade ideológica e material da instituição para atuar como o decisor de última instância dentro do mundo criminal de São Paulo (e eventualmente em outros lugares). As instituições operam mecanismos de resolução de controvérsias por meio da introdução de procedimentos institucionais relativamente formalizados aceitos por (quase) toda a população de criminosos no estado de São Paulo (Biondi 2016; Feltran 2012), o que permitiu a introdução de procedimentos e regras que mitigaram as externalidades diretamente causadas por atividades criminosas.

Essa é uma justificativa muito forte para que grupos criminosos em disputa usem violência preventiva contra seus adversários (Fearon 1995; Waltz 1979). Isso se deve à natureza anárquica das atividades econômicas que ocorrem fora do escopo legal. Como suas atividades econômicas ilegais não podem depender do governo para execução de terceiros, a criminalidade

Figura 11 – Cálculos próprios com base em dados do SSP-SP e Disque-Denúncia.



Os criminosos frequentemente recorrem à violência (Chimeli & Soares 2017; Cruz & Durán-Martínez 2016), o que é muito custoso e ineficiente. Como os criminosos não podem ligar para o 911 para defender seus direitos de propriedade, eles devem investir uma parte de sua receita na capacidade de luta: homens, armas e até mesmo na privatização da capacidade de luta do Estado (Misse 2007), o que não atenua a condição anárquica que permeia o mercado, mas cria um incentivo cada vez maior para a autoajuda. A hegemonia, portanto, deve ser o objetivo final, pois as gangues tentam maximizar sua parcela de poder dentro de um determinado universo (Mearsheimer 2001).

A falta de autoridade central (Cruz & Durán-Martínez 2016) e a repressão condicional (Lessing 2017) são impedimentos para tréguas efetivas entre criminosos. Há dois problemas estruturais principais, de acordo com teorias realistas clássicas em Relações Internacionais. O primeiro é o dilema da segurança, moldado pela natureza de soma zero do poder das gangues: ao se tornar mais forte, uma gangue ameaça suas gangues vizinhas, mesmo que não tenha intenção de tomar o território. Eles, portanto, fornecem um forte incentivo para que os vizinhos ajam violentamente para evitar a acumulação de poder. Isso significa que sempre que qualquer gangue se torna mais forte, ela muda a distribuição relativa de poder dentro de uma região e cria incentivos para que os rivais ataquem – mesmo que não sejam provocados. O dilema da segurança obriga todas as gangues a estarem prontas para a guerra como uma forma de melhorar as condições para a paz, e tal prontidão é o que paradoxalmente leva ao conflito (Jervis 1978).

Além do dilema da segurança, a cooperação entre gangues é dificultada pelo problema de compromissos e horizontes de tempo. Esse problema também surge da natureza anárquica dos mercados criminosos. A falta de resolução de conflitos e autoridade central cria uma estrutura de jogo onde os jogadores não podem saber se os compromissos serão mantidos, uma vez que não há execução

Tabela 7 – Estatísticas descritivas para variáveis ao nível do distrito policial utilizadas em alguns estimativas. Fonte: Estimativas próprias com base em dados do CEBRAP/CEM.

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.	
Homicídios	711	34.21238	37.69262	0	250	
711	0.64557	0.478677		0	1	
Furto de Veículos	711	521.1814		0	1	
389.1408	Latrocínio	711	1.305204	1.566718	63	2527
98.91561	52.10792			0	10	
				7	462	

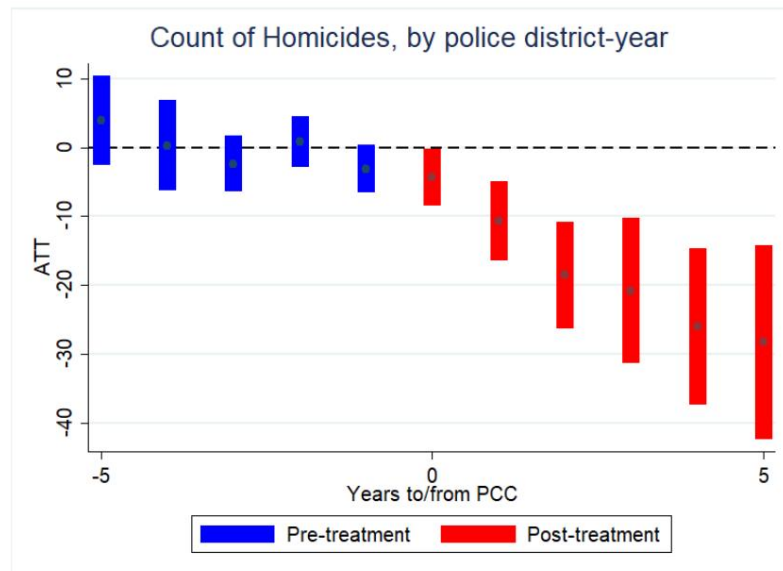
Obs: Todos os crimes são medidos usando a unidade DP Circunscrição-ano.

estrutura e monitoramento são muito custosos (Oye 1985). Nesse sentido, as tréguas serão contingentes na construção de confiança entre pessoas que não podem, racionalmente, confiar umas nas outras. Este jogo a configuração é altamente propícia ao conflito.

Documento o desenvolvimento e expansão do Primeiro Comando da Capital tecnologia de governança por meio da construção de consenso que tornou o Partido hegemônico dentro sistema prisional dos estados. Essa capacidade de violência descentralizada é capaz de atingir objetivos semelhantes resultados para um mecanismo formal de execução porque vincula os comportamentos de todos envolvidos no *mundo do crime*, mitigando a desconfiança causada pelas condições anárquicas estruturais. Ao contrário de uma trégua voluntária que sofreria de problemas de compromisso e seria permeada pelo dilema da segurança (Mearsheimer 2001; Fearon 1995), a paz do PCC permitiu que todos gangues criminosas para ajustar suas expectativas em relação à estrutura anárquica de seus comércio, uma vez que a incapacidade de *confiança* foi atenuada pela introdução da aplicação do PCC mecanismos.

Esta Paz é muito mais propensa a durar e a não ser enganada, pois ao contrário de uma trégua típica de gangues, baseia-se no conhecimento de que as violações terão consequências e esse direito não será decidido pela força, mas por meio de procedimentos de justiça semiformalizados que prezam grande legitimidade (Fearon 1995) e têm regras pré-definidas que são gerais conhecimento. Ao estabelecer a paz e desenvolver a confiança no *mundo do crime*, o As instituições do PCC se tornam as principais mediadoras do conflito violento em São Paulo. A partir daí, tudo o que se segue: registo de locais de venda de droga, julgamentos formais, estruturas de punição racionais, etc. estão fazendo spam devido à legitimidade da estrutura de execução e ao fato que a estrutura do PCC torna custoso para gangues e criminosos contestar sua ideologia e hegemonia material. Finalmente, através de debates estruturados (ou “regimes de gangues”), o PCC estabelece um canal de comunicação entre inimigos que melhora a qualidade, a quantidade e a fiabilidade das informações trocadas, o que se espera que conduza a melhores relações entre as partes dentro de uma estrutura anárquica (Keohane 1982).

Figura 12 – Estimativas usando (28). Efeitos da entrada do PCC no nível do Distrito Policial. Compara áreas onde o PCC está presente com áreas onde ele ainda não está presente. Os gráficos de estudo de eventos são semelhantes ao parâmetro $\gamma D(e)$.



Nota: Esta figura apresenta as estimativas do estudo de eventos obtidas a partir do modelo escalonado. Estimativas próprias baseadas em dados do SSP-SP, Disque-Denúncia, IBGE, e DelInfo.

4.5.2 Estimadores escalonados de diferenças em diferenças

Embora a literatura tenda a associar a Governança Criminal às favelas e quebradas, áreas onde o Estado é “inexistente”, uma implicação direta da nossa hipótese do PCC como um clube (Feltran 2018) seria que seus efeitos colaterais devem ir além dos efeitos colaterais típicos da Governança Criminal, que são motivados pela presença ostensiva de criminosos em uma determinada geografia.

Espero que a presença do PCC possa ter externalidades e transbordamentos em larga escala, dada a natureza de suas instituições informais e a governança generalizada observada. Testo a hipótese de que a presença do PCC deve diminuir o homicídio em um nível maior de agregação geográfica. Testo isso observando os impactos do PCC no nível do Distrito Policial e Área de Ponderação (próxima seção). Estimo os mesmos modelos de antes, no entanto, aloco tratamento dado ao Distrito Policial pela primeira vez uma favela dentro dos limites daquele Distrito Policial é considerado como tendo PCC. Isso diminui nosso poder estatístico, pois o número de unidades geográficas é muito menor, e a disponibilidade temporal dos dados nos restringe a usar anos como unidade de tempo de análise. Abaixo, relato os resultados usando (28) DiD Staggered estimadores.

As estimativas exibidas acima corroboram descobertas anteriores de (Biderman et al. 2019) e também nossa própria análise nas seções anteriores. Nossas estimativas preferidas (ATT simples) usando (28) sugerem uma redução média de -21 homicídios [12, 30] por distrito policial e ano. Isso equivale a uma redução na ordem de 0,55 desvios-padrão, com base na Tabela

7. Realizo um exercício para estimar o efeito geral do PCC sobre os homicídios na cidade de São Paulo. Eu incluo (28) estimativa “simples” de -21 homicídios por distrito policial tratado por ano, tudo o mais constante, e multiplique-o pela proporção de unidades tratadas (0,67 X 79) na amostra anterior a 2011. Acho que, de acordo com nossas estimativas causais, a hegemonia do PCC diminuiu os homicídios na cidade de São Paulo em cerca de -1100 [ci: -740,-1530] homicídios entre 2001 e 2010.

4.5.3 Estimativas de MCO

Nesta seção, realizo estimativas do modelo 2.1 sob as mesmas premissas da estratégia de identificação de implementação escalonada explicada acima, mas usando Regressões de Mínimos Quadrados Ordinários. Eu vario as definições de tempo usando meses, trimestres e anos para robustez.

Tabela 8 – Estimativas lineares incluindo efeitos fixos

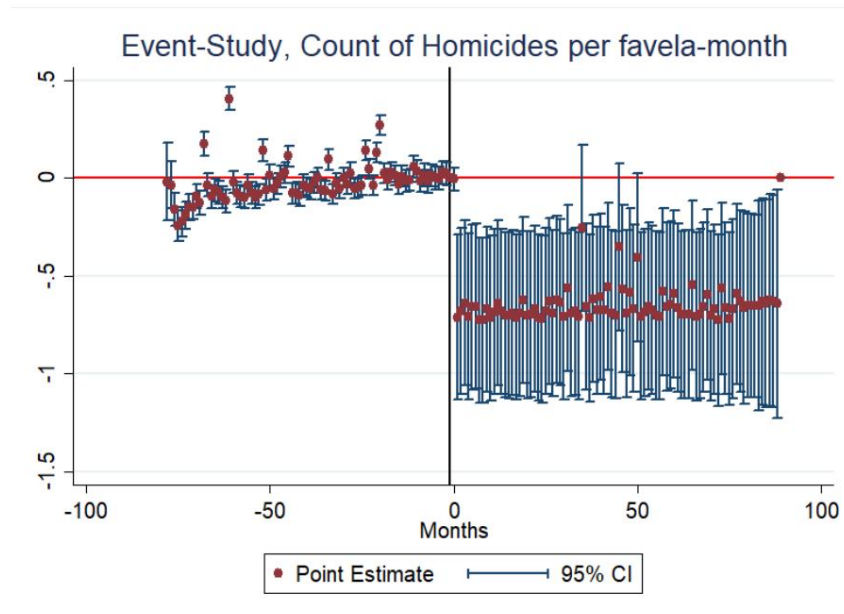
	(1)	(3)	(2)	(4)	(5)	(6)	
VARIÁVEIS	Furto	de veículos	Armas	Drogas	Polícia	Mortes	
	Homicídios	Violência	12				
Mês OLS	-0,970***		0,0345*	0,178***	-0,000896	-0,0255**	-0,0372**
	(0,130)		(0,0204)	(0,0357)	(0,0206)	(0,0111)	(0,0176)
OLS-Trimestre	-3,181***		0,179***	0,524***	0,0281	-0,0786**	-0,124**
	(0,515)		(0,0601)	(0,127)	(0,0510)	(0,0321)	(0,0546)
OLS-Ano	-11,57***		0,721***	1,710***	(0,492)	0,0851	-0,336**
	(2,026)		(0,228)		(0,218)	(0,139)	(0,245)

Erros padrão entre parênteses
 *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de regressão obtidas a partir do escalonamento modelo linear. As especificações são robustas para Pesos Negativos de Efeitos Fixos sob a suposição de tendências comuns, a suposição de monotonicidade e se o tratamento do grupo não muda ao longo do tempo. Estimativas próprias baseadas em dados de SSP-SP, Disque-Denúncia, IBGE e DelInfo.

Os resultados da análise são apresentados na Tabela 8 estimando a diferença média na contagem de homicídios (e outros crimes) entre favelas onde o PCC já está presente e favelas onde o PCC ainda não está presente. Eu uso o pacote Stata (32) para verifique se há pesos negativos nas especificações TWFE de nossos modelos lineares. Apenas o As estimativas que utilizam meses não são afetadas pelos problemas de pesos negativos que prevalecem Especificações TWFE (Goodman-Bacon 2021). A Tabela 8 mostra os coeficientes estimados ($\hat{\gamma}$) e seus erros padrão para vários tipos de crimes, como homicídios, mortes por policiais, violência, roubo de carros, armas e drogas.

Figura 13 – Estudo de Evento estimado seguindo a especificação em 2.1.



Nota: Estudo de Evento estimado seguindo a especificação em 2.1.

O dummy do PCC está associado a uma redução em homicídios, violência e roubos de carros. Ele está positivamente associado a apreensões de armas e crimes relacionados a drogas, o que pode sugerir mudanças nos padrões de execução, embora os resultados para mortes por policiais não sejam estatisticamente diferentes de zero. Minhas estimativas sugerem que a disponibilidade de instituições do PCC traz efeitos diferenciais em diferentes tipos de crimes nas favelas.

As estimativas causais recuperadas na linha Mínimo Padrão Universal (OMC-Mês) na tabela 8 podem ser interpretadas como os efeitos causais médios da presença do PCC nas taxas de criminalidade, controlando outros fatores. Elas sugerem que a presença do PCC levou a uma redução nos homicídios na ordem de 0,1 desvios-padrão.

5 PCC e Desenvolvimento Econômico

Neste capítulo, aprofundo argumentos anteriores sobre o papel do PCC no fornecimento de governança e bens públicos, como direitos de propriedade e resolução de controvérsias. Mostro consistentemente que a presença do PCC impulsiona o desenvolvimento econômico, medido usando resultados de emprego e criação de empresas, em territórios tratados. Essas descobertas são corroboradas por resultados menos precisos obtidos de estimativas usando a luminosidade noturna como um proxy para o desenvolvimento econômico .

5.1 Estratégia de Identificação

Conforme discutido anteriormente, minha estratégia de identificação se baseia na observação da expansão escalonada do Primeiro Comando da Capital em São Paulo. A expansão do PCC nas favelas de São Paulo é observada usando um conjunto de dados de denúncias com mais de 10 milhões de denúncias no período estudado (2000-2012). Com base nesse conjunto de dados, comparo favelas que já têm presença sinalizada do PCC com favelas que, em um determinado mês ou ano, ainda não foram sinalizadas como tendo membros do PCC operando.

5.1.1 Determinantes socioeconômicos da entrada no PCC

Como pode ser visto nas tabelas 9 e 10, não há características de base no Censo 2000 que sejam correlacionadas com a entrada anterior no PCC. Isso sugere que o PCC não escolheu estrategicamente a ordem de entrada nas favelas com base em características observáveis de riqueza ou condições do mercado de trabalho. A presença do PCC parece ortogonal às variáveis de Desenvolvimento Social de interesse. Isso está de acordo com a hipótese de expansão do PCC impulsionada pelos vasos comunicantes (Godoi 2015) conectando quebradas e prisões.

5.2 Disciplina de mercado: Governança criminal e economia formal

Atividade

Para estimar os impactos da Governança Criminal no Desenvolvimento Econômico, analiso, nesta seção, indicadores formais de atividade econômica obtidos da RAIS por meio do Geosampa, um banco de dados mantido pela Prefeitura de São Paulo. O nível de agregação fornecido pelo Geosampa é a *Área de Ponderação*, uma unidade de análise que agrega várias unidades censitárias e é frequentemente usada por formuladores de políticas brasileiras para entender melhor a variação dentro das cidades. O banco de dados conhecido como RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) é produzido pelo Ministério do Trabalho e contém dados resumidos sobre os links

Tabela 9 – Preditores socioeconômicos da entrada do PCC em uma favela

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ano de Tratamento	Luminosidade	Noturna %	Água %	Esgoto %	Lixo Banheiros
2004	-0,0160 (0,0146)	0,0128 (0,0116)	0,0353 (0,0323)	0,0113 (0,00814)	-0,00899 (0,00780)
2005	-0,0639*** (0,0160)	-0,00918 (0,0127)	-0,0127 (0,0354)	0,00232 (0,00891)	-0,00807 (0,00853)
2006	-0,0225* (0,0134)	0,00966 (0,0107)	0,0389 (0,0296)	0,00818 (0,00746)	0,000530 (0,00714)
2007	-0,0345 (0,0301)	-0,0118 (0,0239)	-0,0936 (0,0665)	-0,00320 (0,0167)	0,00353 (0,0160)
2008	0,0106 (0,0280)	0,0214 (0,0223)	0,00423 (0,0619)	0,0200 (0,0156)	0,0240 (0,0149)
2009	0,00394 (0,0307)	0,0173 (0,0244)	-0,0406 (0,0679)	0,0180 (0,0171)	-0,00503 (0,0164)
2010	-0,00340 (0,0239)	0,0262 (0,0190)	0,0258 (0,0528)	0,0194 (0,0133)	-0,00818 (0,0127)
2011	-0,00574 (0,0307)	-0,0487** (0,0244)	-0,103 (0,0679)	-0,00896 (0,0171)	-0,00712 (0,0164)
2012	0,0190 (0,0424)	0,0273 (0,0337)	0,0649 (0,0937)	0,0224 (0,0236)	0,00890 (0,0226)
Constante	4,120*** (0,00943)	0,703*** (0,0337)	(0,00750) 0,968*** (0,0209)	0,970*** (0,00525)	0,321*** (0,00503)
Observações	824	824	824	824	824
R-quadrado	0,024	0,015	0,013	0,008	0,008
Erros padrão entre parênteses					
*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1					

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de MCO obtidas a partir de modelos em que o ano em que o PCC é criado observada em uma favela é a variável independente e o resultado do Censo de interesse, medido em ano 2000, é a variável dependente. Estimativas próprias baseadas em dados do Disque-Denúncia, IBGE e

Desinformação.

Tabela 10 – Preditores socioeconômicos da entrada do PCC em uma favela

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Ano de tratamento % Renda analfabeta % Muito pobre % Alta densidade de renda					
2004	-0,00203 (0,00225)	-0,153 (0,334)	-0,00113 (0,0110)	-0,0100 (0,0103)	0,00230 (0,00761)
2005	-0,00275 (0,00247)	-0,355 (0,365)	-0,0194 (0,0121)	-0,0122 (0,0113)	-0,00180 (0,00833)
2006	-0,00503** (0,00206)	0,00854 (0,306)	-0,0250** (0,0101)	-0,00272 (0,00945)	0,0100 (0,00697)
2007	-0,136 (0,00463)	0,00188 (0,686)	-0,0264 (0,0227)	-0,00403 (0,0212)	-0,00506 (0,0156)
2008	-0,0106** (0,00431)	1,198* (0,639)	-0,0223 (0,0211)	0,0300 (0,0197)	0,00139 (0,0146)
2009	-0,00703 (0,00472)	-0,360 (0,700)	-0,0290 (0,0231)	-0,00530 (0,0216)	-0,00176 (0,0160)
2010	-0,00438 (0,00368)	-0,336 (0,545)	-0,0308* (0,0180)	-0,0133 (0,0168)	0,000226 (0,0124)
2011	-0,00817* (0,00472)	-0,376 (0,700)	-0,0147 (0,0231)	-0,0130 (0,0216)	-0,00762 (0,0160)
2012	0,00108 (0,00652)	-0,118 (0,966)	-0,0106 (0,0319)	-0,00381 (0,0299)	0,00958 (0,0220)
Constante	0,0311*** (0,215)	4,746*** (0,00145)	0,333*** (0,00711)	0,0749*** (0,00665)	0,0269*** (0,00490)
Observações	824	824	824	824	824
R-quadrado	0,017	0,008	0,013	0,007	0,005
Erros padrão entre parênteses					
*** ** *					
p<0,01, p<0,05, p<0,1					

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de regressão obtidas a partir de modelos em que o ano em que o PCC é observada pela primeira vez em uma favela é a variável independente e o resultado do Censo de interesse, medido em ano 2000, é a variável dependente. Estimativas próprias baseadas em dados do Disque-Denúncia, IBGE e

Desinformação.

Figura 14 – Análise descritiva da evolução dos empregos em São Paulo.

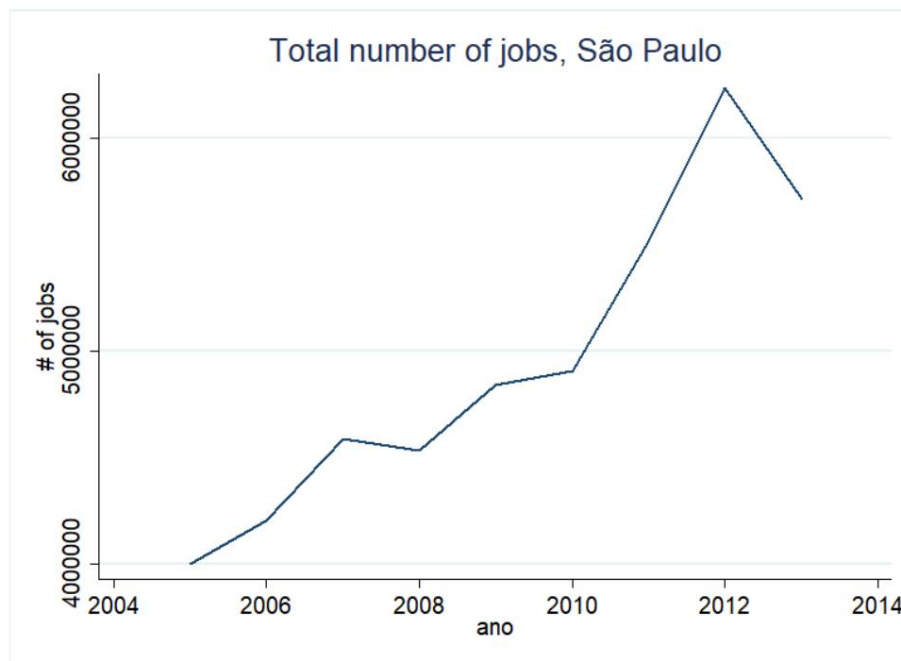
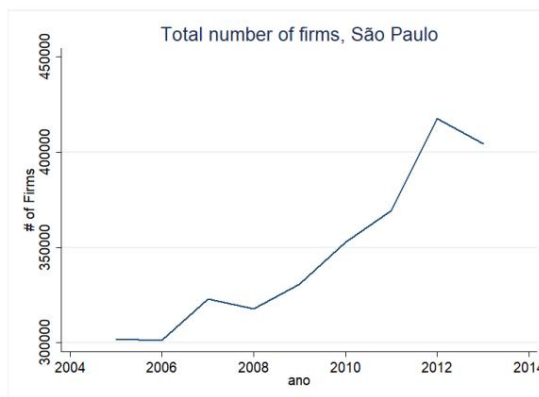


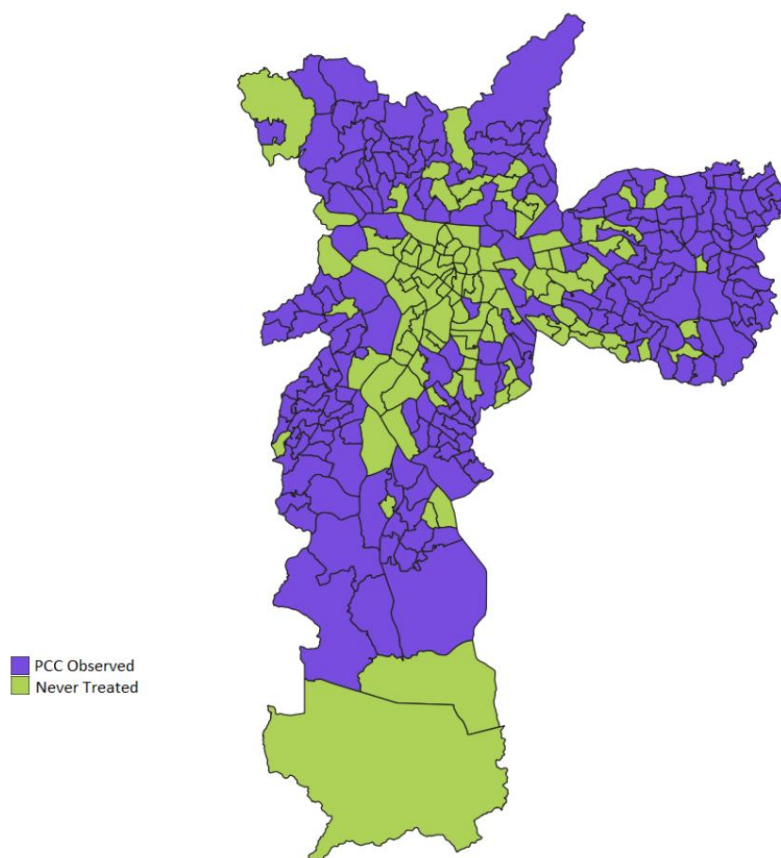
Figura 15 – Análise descritiva da evolução das Firms em São Paulo.



entre empresas e empregados por *Área de Ponderação*, tipo de indústria, demografia, escolaridade, etc.

Para testar a hipótese de que a presença do PCC leva ao desenvolvimento econômico observável, criei um painel de informações do RAIS medidas no nível da *Área de Ponderação (AP)*. Considero um AP tratado na primeira vez que uma favela dentro dele é tratada (há uma dica na linha de dicas para a presença do PCC). Nossa amostra consiste, portanto, apenas de APs com favelas. Testar os impactos da expansão da Governança Criminal nos resultados do trabalho formal e do empreendedorismo pode levar à subestimação, pois espero que a governança contribua particularmente para o desenvolvimento do comércio informal, já que as empresas informais são as que mais carecem de mecanismos de execução. Enquanto isso, como discutido acima, espero que uma melhor governança leve a mais confiança e investimento. Supero o problema da informalidade observando a luminosidade noturna.

Figura 16 – Áreas de Ponderação na cidade de São Paulo contendo favelas e relatos de presença do PCC.
Elaboração própria com base em dados tip-line (Biderman et al. 2019) e dados da cidade de São Paulo.



Nota: As unidades verdes são áreas muito mais ricas na linha de base que nunca foram tratadas. Enquanto isso, a amostra escalonada de interesse é composta por Áreas de Ponderação em áreas mais pobres, que têm favelas dentro delas e onde eu observar a presença do PCC por meio do Disque-Denúncia. Não comparo diretamente esses grupos nos modelos de regressão, pois todos eles estão focando na amostra escalonada que é mais comparável.

Como pode ser visto nas figuras 20, a amostra analítica foi muito mais pobre (e provavelmente menos formalizada) do que a amostra nunca tratada, que consiste nas áreas mais ricas de São Paulo. Podemos ver a distribuição geográfica da desigualdade em São Paulo na figura 16. Espero que a melhoria da qualidade institucional causada pela entrada do PCC tenha contribuído para aumentar a confiança e os retornos esperados dos investimentos, incluindo aqueles em capital humano, nas áreas mais pobres de São Paulo. Testo essa hipótese abaixo.

Os resultados estimados nas figuras 17 e 18 sugerem um impacto forte e constante do PCC no emprego. Os resultados estimados na figura 20 também sugerem um grande aumento no empreendedorismo e no investimento. Os resultados são quase inteiramente impulsionados pelo aumento no comércio, com efeitos menores nos serviços e nenhum impacto na indústria. Isso sugere formalização de atividades anteriores ou aumento do investimento empreendedor em empresas de comércio de rua de baixa produtividade, conforme esperado pelas condições sociais de base e padrões urbanos.

As estimativas sobre empregos sugerem que um ano extra de presença do PCC está associado

Figura 17 – Compara a criação de empregos em Áreas de Ponderação sem favelas (esquerda) e aquelas com favelas (direita) na cidade de São Paulo ao longo dos anos.

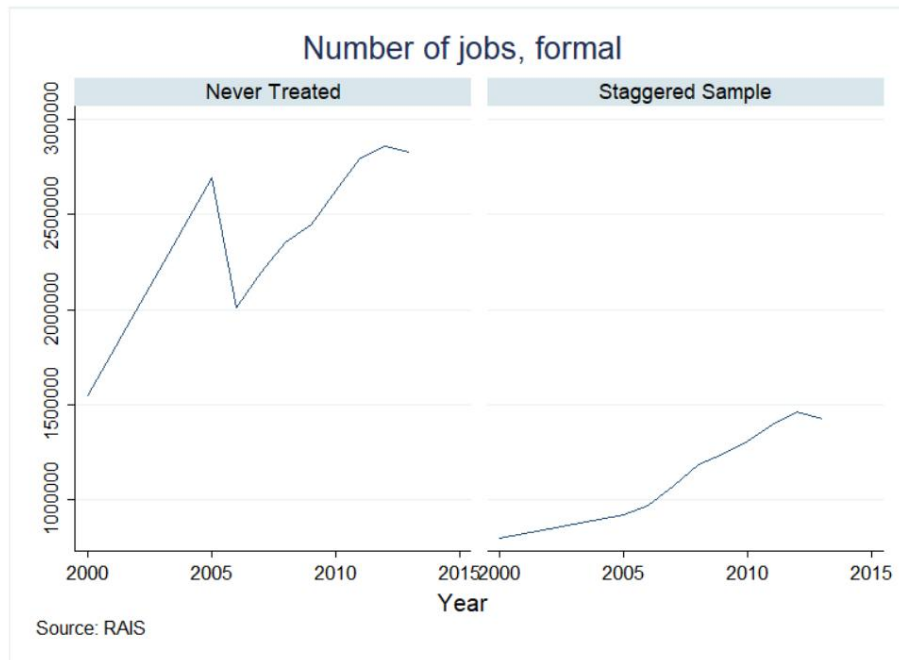


Figura 18 – Compara as inaugurações de empresas em Áreas de Ponderação sem favelas (esquerda) e aquelas com favelas (direita) na cidade de São Paulo ao longo dos anos.

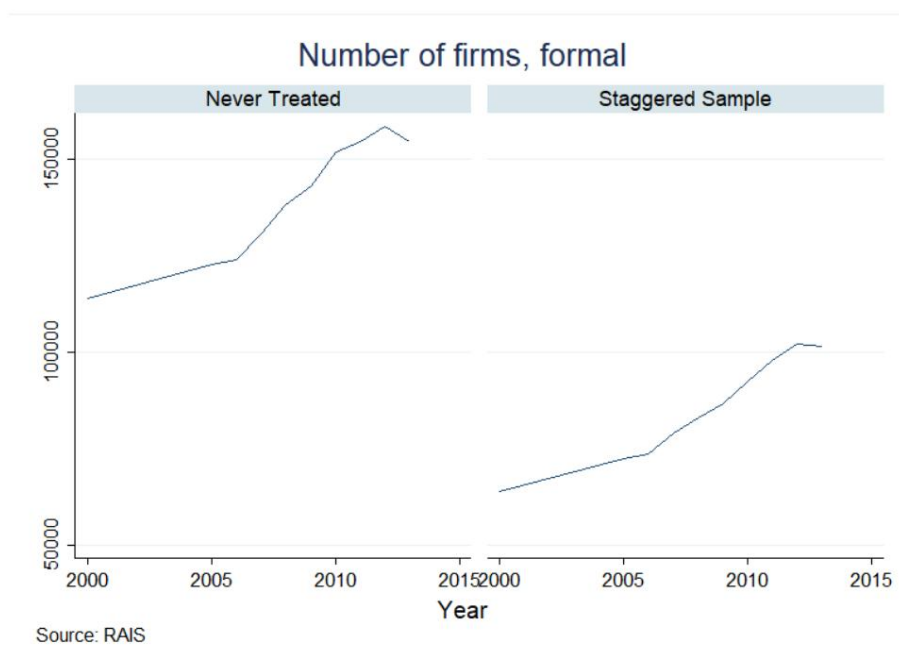
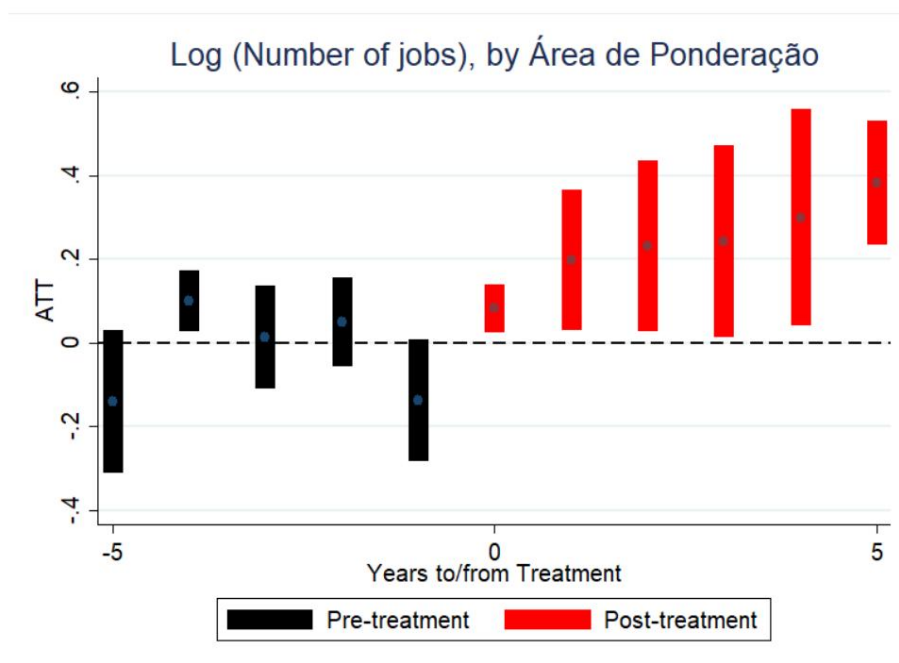


Tabela 11 – Estatística Descritiva com base em dados do (GeoSampa)

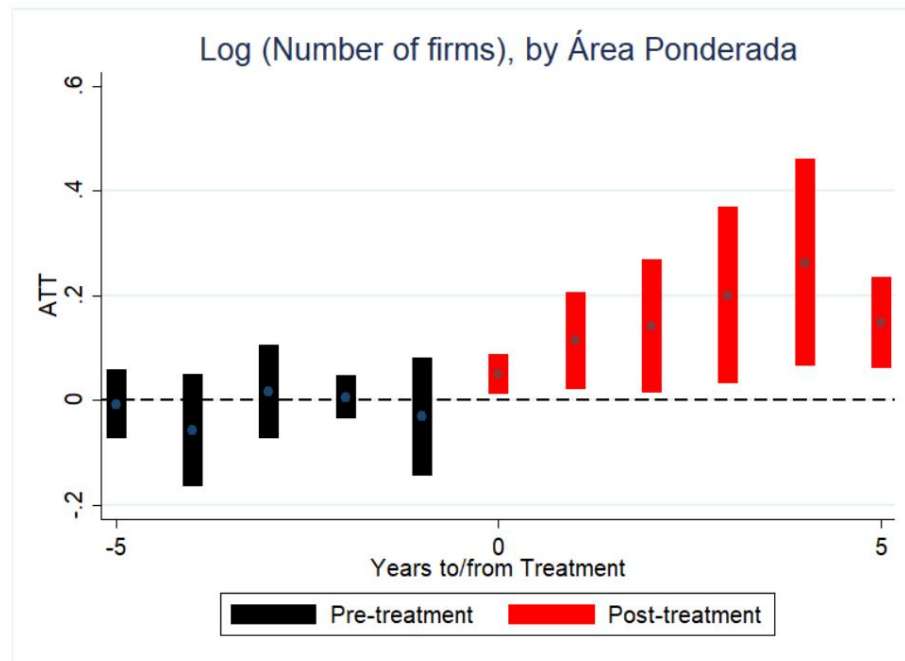
Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín.	Máx.	
Total de empregos	2.060 5.724 8.118,167	Número de empregos por setor	2.060 1.509	34	61224	
1.789,533 Total de empresas	2.060 414 418,9501	Empresas por setor	2.060 181 163,1267	12	13331	
Número de empregos ocupados por mulheres	2.060 2.343 3.577,26	Número de empregos ocupados por jovens	2.060 883 1.411,563	8	2726	
Obs: Dados da RAIS analisados no nível da Área de Ponderação (2000-2010)					4	1149
					10	28811
					0	11998

Figura 19 – Criação de empregos após a entrada do PCC. O estudo de eventos exhibe as estimativas de $\gamma D(e)$ parâmetro.

Nota: Este gráfico apresenta as especificações do estudo de eventos descritas no modelo. Estimativas próprias usando (28) com dados da RAIS/Ministério do Trabalho. As unidades de análise estão destacadas na figura 16.

com 0,1 - 0,4% mais empregos formais na Área de Ponderação, enquanto estimativas de A Figura 20 sugere aumentos entre 0,1 e 0,2% ao ano no número de empresas na Área de Ponderação. As estimativas indicam que a presença do PCC causou um aumento anual de .18 desvios-padrão no número de empresas e .17 desvios-padrão no número de empregos. Numericamente, isso equivale, em média, a 1459 [ci: 1211, 1707] empregos e a 77 [ci: 69, 86] empresas adicionadas por ano e Área de Ponderação, sendo todos os demais iguais. Baseado em por esses coeficientes, estimo que a governança do PCC e a consequente redução da violência tenham fomentado a criação de cerca de 6.820 empresas e 130.000 empregos em São Paulo entre 2000 e 2012.

Figura 20 – Aberturas de empresas após a entrada no PCC. O estudo de eventos exibe as estimativas do parâmetro $\gamma D(e)$.



Nota: Este gráfico apresenta as especificações do estudo de eventos descritas no modelo. Estimativas próprias usando (28) com dados do RAIS/Ministério do Trabalho. As unidades de análise são destacadas na figura 16.

5.3 Impactos da Governação Criminal nos indicadores informais

Para analisar o desenvolvimento econômico informal, analiso os impactos do PCC nos indicadores de luminosidade noturna que são comumente usados como um proxy para a atividade econômica. Ao analisar a evolução deste indicador, posso capturar o Desenvolvimento Econômico informal dentro das favelas. A principal vantagem de usar dados de luminosidade noturna é que eles estão disponíveis para uma grande série temporal, para quase todos os lugares da Terra. Enquanto isso, é um indicador relativamente insensível em áreas urbanas.

Sigo a mesma estratégia de identificação apresentada antes e estimo o modelo proposto na equação 2.1. Na equação, o logaritmo natural do índice de luminosidade noturna é a variável dependente e o dummy que indica a presença de PCC é a variável independente chave. Os resultados obtidos são positivos e estatisticamente significativos, bem como não enviesados pelo problema de peso negativo comum em configurações de TWFE (Goodman-Bacon 2021; 32). Como pode ser visto na tabela, não apenas o dummy PCC assume um valor positivo e estatisticamente significativo, mas a variável corrente “Anos de PCC” também é positiva, sugerindo retornos de longo prazo para a presença de PCC.

Tabela 12 – Estimativas de diferença em diferenças para Luminosidade Noturna

VARIÁVEIS	(1) (2)	
	Luminosidade Noturna	Luminosidade Noturna
manequim pcc	0,0207*** (0,00152)	0,00998*** (0,00150)
Anos de tratamento		0,00431*** (0,000158)
Constante	4,099*** (0,00141)	4.092*** (0,00136)
Observações	7.416	7.416
R-quadrado	0,027	0,126
Efeitos fixos	X	X

Erros padrão entre parênteses
 *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de regressão obtidas a partir do escalonamento modelo linear. As especificações são robustas para Pesos Negativos de Efeitos Fixos sob a suposição de tendências comuns, a suposição de monotonicidade e se o tratamento do grupo não muda ao longo do tempo. Estimativas próprias baseadas em dados de NOAA, Disque-Denúncia, IBGE e DelInfo.

6 Exercícios explorando mecanismos

Nesta seção, conduzo três exercícios explorando os mecanismos que podem estar impulsionando os impactos do PCC no desenvolvimento econômico. Estimo os impactos do PCC em diferentes tipos de empresas, bem como no emprego feminino, algo que não foi documentado na literatura ([Fundo Monetário Internacional 2023](#)). Também conduzo algumas análises correlacionais da relação entre homicídios e desenvolvimento econômico no nível do Distrito Policial. Finalmente, estimo a correlação da presença de indivíduos responsáveis pela execução do PCC em uma determinada cidade — conforme relatado nos documentos internos do PCC discutidos acima — e os níveis de homicídio e PIB observados. No geral, valido a plausibilidade dos três mecanismos propostos, embora mais pesquisas sejam necessárias para explicar melhor os fenômenos.

6.1 Mecanismos: mais comércio, mais serviços, mais mulheres

Seguindo as estimativas conduzidas no capítulo anterior, mergulho nos dados do RAIS tentando determinar quais empregos foram criados após a entrada do PCC. Primeiro, testo a composição setorial do emprego usando os estimadores propostos por [\(28\)](#). Observo aumentos estatisticamente significativos no número de empresas relacionadas a serviços e comércio ($\hat{\gamma} = 0,12$; $se = 0,0403$), mas nenhum impacto na indústria. Também observo aumentos estatisticamente significativos no número de empregos ($\hat{\gamma} = 0,22$; $se = 0,0638$) e no emprego feminino ($\hat{\gamma} = 0,16$; $se = 0,0629$), embora em ambos os casos a estimativa para a pré-tendência seja estatisticamente significativa, o que significa que não posso argumentar a favor da causalidade, pois o requisito de tendências paralelas não é cumprido. Os resultados para o emprego jovem são zero.

Usando o estimador Differences-in-Differences Imputation [\(18\)](#), sou capaz de recuperar impactos causais plausíveis, pois o estimador não calcula pré-tendências. Nesta especificação, recupero as seguintes estimativas: aumento no número total de empresas ($\hat{\gamma} = 0,10$; $se = 0,026$), número de empregos ($\hat{\gamma} = 0,14$; $se = 0,0508$) e emprego feminino ($\hat{\gamma} = 0,16$; $se = 0,048$). Mais uma vez, não há efeitos observados no emprego jovem.

O aumento de empregos está sendo impulsionado pelo aumento do comércio e dos serviços, mas não da indústria (ele produz alguns coeficientes positivos que são estatisticamente significativos no nível de 10%), o que está de acordo com a justificativa proposta: ao aumentar a segurança, o PCC permite que mais negócios locais floresçam em áreas que antes eram muito pobres e informais. O crescimento que está ocorrendo pode ser considerado como impulsionado por fatores (fatores de produção locais estão sendo investidos localmente, especialmente mão de obra) em vez de induzido pela produtividade. Além disso, mais segurança também está alinhada com o aumento do emprego feminino. As mulheres constituem uma grande parcela (pelo menos 45% [\(SEBRAE 2023\)](#)) dos pequenos empreendedores no Brasil, especialmente aqueles em

informalidade e são vítimas comuns de categorias de violência punidas pelo PCC (roubos, crimes sexuais, violência doméstica).

Em relação a salários e renda, não encontro impacto do PCC aumentando os salários médios locais. No entanto, dado o aumento do número de empregos, observo um aumento mecânico na massa salarial total. No entanto, não é possível inferir que o aumento dessa massa (local) não seja impulsionado pela migração de empregos de áreas antes mais ricas (por exemplo: um morador local que iria mais longe para trabalhar agora encontra um emprego perto da favela). Nesse sentido, é impossível afirmar que o nível geral de renda aumentou, mas é possível observar que a paz impulsionou a economia a se desenvolver nas proximidades, apesar dos possíveis efeitos de equilíbrio em relação a outras áreas da cidade.

6.2 Mecanismo: Homicídios e Desenvolvimento Econômico

“A periferia da Cidade X foi completamente transformada... A redução dos homicídios possibilitou a entrada do comércio. Lojas, bancos...” (Entrevista ao autor, PM3)

Eu agrego dados de homicídio e desenvolvimento econômico para reunir estimativas usando o nível de análise do distrito policial. Isso nos permite estimar a relação condicional entre homicídios, empresas e empregos nas áreas do distrito policial. Nos modelos relatados nas tabelas 14 e 13, mostro que os homicídios são correlacionados com menos empresas e menos empregos, apesar do uso de efeitos fixos. Os resultados são recuperados em uma amostra muito pequena e são estimados com precisão. Além disso, as estimativas na coluna 3 são nossas especificações preferidas, pois incluem o dummy PCC e o número de homicídios. Elas mostram que a correlação é sustentada ao controlar uma à outra, como é esperado sob minha estrutura

6.3 Mecanismo: Aplicação e crescimento do PIB local

Assim como fiz no capítulo anterior, cruzo dados sobre a presença do PCC e as funções exercidas em cada cidade para estimar sua correlação com o desenvolvimento econômico. Eu reúno dados sobre a atividade econômica para cada cidade que tenho dados sobre o PCC da Fundação SEADE. Eu comparo cidades onde a função disciplinar está presente com cidades onde há membros, mas nenhuma função disciplinar. Eu estimo:

$$Y_{my} = \gamma + \gamma_1 \gamma \text{ EnforcementDummy}_m + \gamma_2 \gamma \text{ Membersratem} + X \gamma \gamma + E F \gamma + \gamma_{my} \quad (6.1)$$

Onde a atividade econômica é estimada usando cinco medidas: PIB per capita, PIB, Indústria, Serviços e Agricultura. γ é o termo constante, γ_1 é a estimativa de interesse,

Tabela 13 – Correlação entre o número de empresas, o número de homicídios e o PCC presença usando o nível de análise do Distrito Policial

VARIÁVEIS Empresas	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
		Empresas	Empresas	Empresas	Empresas
Homicídios	-59,15*** (9,731)		-53,20*** -133,2*** (9.495) (26.57)		
PCC-C		2.257*** (452,6)	1.913*** (432,5)	-1.864 (1.899)	-885,9 (1.835)
Constante	11.876*** (229,2)	8.521*** (429,9)	9.978*** (482,8)	12.333*** (1.826)	14.282*** (1.798)
Observações	294	294	294	294	294
R-quadrado	0,125	0,088	0,187	0,003	0,083
Efeitos fixos	X	X	X		
Erros padrão entre parênteses *** ** * p<0,01, p<0,05, p<0,1					

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de regressão obtidas a partir de um modelo padrão modelo dos mínimos quadrados. As especificações incluindo efeitos fixos são sinalizadas. Próprio estimativas baseadas em dados do Centro de Estudos da Metrópole, Disque-Denúncia, IBGE e DelInfo.

Tabela 14 – Correlação entre o número de empresas, o número de homicídios e o PCC presença usando o nível de análise do Distrito Policial

VARIÁVEIS Empregos	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
		Empregos	Empregos	Empregos	Empregos
Homicídios	-1.087*** (227,7)		-953,1*** -1.999*** (222,8) (476,6)		
PCC-C		49.256*** (10.375)	43.108*** (10.147)	-39.207 (33.656)	-24.527 (32.926)
Constante	174.728*** (5.363)	105.859*** (9.854)	131.973*** (11.326)	187.703*** (32.372)	216.956*** (32.254)
Observações	294	294	294	294	294
R-quadrado	0,081	0,080	0,141	0,005	0,061
Efeitos fixos	X	X	X		
Erros padrão entre parênteses *** ** * p<0,01, p<0,05, p<0,1					

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de regressão obtidas a partir de um modelo padrão modelo dos mínimos quadrados. As especificações incluindo efeitos fixos são sinalizadas. Próprio estimativas baseadas em dados do Centro de Estudos da Metrópole, Disque-Denúncia, IBGE e DelInfo.

Tabela 15 – Estimativas baseadas em dados de apreensão de 2014 e SEADE. Todas as variáveis dependentes são em escala logarítmica. Inclui os anos de 2011 a 2015.

VARIÁVEIS	(1) IPIBIndus	(2) (3) (4) IPIBPAgri	IPIBpc	IPIB	IPIBServiços	(5)
Fictício de execução	0,206***	1,061*** (0,0428)	(0,139)	1,146***	1,004***	-0,123
	1.411*	-7.913*** (803,4)		(0,146)	(0,147)	(0,123)
Taxa de membros	(2.250)	73,23*** 333,9***		-8.185***	-11.817***	-135,4
	(12,67)	(43,54) 33,20*		(2.504)	(2.305)	(2.157)
Taxa de homicídios	146,0* (19,79)	(77,95)		345,6***	321,1***	2.817
	10,07***	14,91***		(44,48)	(48,23)	(31,95)
Taxa de Latrocínio	(0,0588)			146,1*	144,4*	114,2*
				(83,29)	(78,11)	(63,53)
Constante				14,14***	13,67***	11.12***
		(0,211)		(0,231)	(0,209)	(0,183)
Observações	465	465		465	463	465
R-quadrado	0,185	0,262		0,267	0,236	0,106

Erros padrão robustos entre parênteses

*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

Nota: Esta tabela apresenta as estimativas de regressão obtidas a partir de um modelo padrão mínimo modelo quadrado. As especificações incluindo Fixed-Effects são sinalizadas como tal. Estimativas próprias baseadas em dados do SEADE, SSP-SP e do documento do PCC apreensões.

a diferença de médias entre os casos em que *EnforcementDummym* assume o valor 0, se não há um executor listado para uma cidade, ou 1, nos casos em que há pelo menos uma disciplina listados para a cidade. Eu controlo a taxa (por 1000 residentes) de membros em uma cidade como uma forma para diminuir a causalidade reversa entre a presença criminosa e as condições econômicas. também inclui um dummy para anos (2011-2015) e o vetor de variáveis de assassinato X_{ijt} . Eu uso pesos analíticos por população da cidade.

Conforme observado nas estimativas disponíveis na Tabela 15, tudo o mais sendo igual, a presença disciplinar está correlacionado com mais atividade econômica em todas as variáveis dependentes, exceto na agricultura, que está de acordo com minha expectativa teórica. Acho que a presença do executor está associada a 1% PIB maior e PIB per capita 0,2% maior. Enquanto isso, a densidade de membros está associada com PIBs menores, o que está em linha com a concentração geográfica esperada do PCC em áreas urbanas mais pobres.

7 Conclusão

Neste manuscrito, analisei o papel da governança criminal na promoção do desenvolvimento econômico, introduzindo práticas de paz, governança e resolução de conflitos em áreas que antes careciam de governança, as favelas de São Paulo. Os aspectos teóricos explorados neste manuscrito destacaram a natureza multifacetada da influência das instituições do PCC nas favelas. A hegemonia do PCC sobre o mundo do crime, juntamente com sua capacidade de moldar a dinâmica social e econômica, apresenta uma estrutura teórica convincente para entender os mecanismos potenciais pelos quais o PCC poderia impactar os resultados de interesse. Ao estabelecer sua autoridade e impor seu próprio conjunto de regras, o PCC tem implicações significativas para as taxas de criminalidade, bem como para o desenvolvimento econômico local. Voltando-se para a análise empírica, empregamos uma abordagem escalonada de Diferença em Diferenças (DiD) com vários grupos de tratamento e tempos de tratamento. Este método me permitiu alavancar a variação no momento da expansão do PCC em diferentes favelas, permitindo uma estimativa causal mais robusta de seu impacto.

Eu argumento que o impacto da governança criminal na promoção de algum grau de estabilidade para essas comunidades é um subproduto dos baixos níveis básicos de capital social, confiança da comunidade e confiança entre o estado e os moradores. Eu também argumento que os altos custos dos moradores para acessar o sistema de justiça formal e sua discriminação constante do governo e dos empregadores formais são os principais impulsionadores da pobreza concentrada nas áreas informais das favelas. Eu desenvolvo uma estrutura teórica propondo que as gangues podem mitigar a desconfiança prevalente ao desenvolver instituições informais que permitam a melhoria do fluxo de informações entre diferentes empresas criminosas, que de outra forma teriam suas interações estratégicas condicionadas pela estrutura anárquica que permeia os mercados ilegais. Eu mobilizo as teorias neorealistas de Relações Internacionais para enquadrar os problemas do dilema de segurança e dos compromissos de horizonte de tempo, ambos enfrentados por estados e gangues. Eu mostro que, ao introduzir suas instituições informais, o PCC mitiga o uso da violência *usual*, proibindo-a e criando canais para resolução de controvérsias que são usados por criminosos

Destaco o papel da prestação de serviços públicos – mesmo que através de instituições informais – na promoção do desenvolvimento econômico, do investimento e da confiança na comunidade, através da análise do papel das estruturas paralelas de mediação e governança no fornecimento de bens públicos valiosos à comunidade. Além disso, contribuo para a literatura ao sugerir o papel do mecanismo de execução e das funções estatais de resolução de conflitos como impulsionadores essenciais de desenvolvimento econômico e comércio, algo que há muito tempo é sugerido pela pesquisa em economia institucional. Documento um repertório impressionante de práticas que são usadas pelos irmãos do PCC para mitigar a violência criminal e estruturar normas que são vinculativas para

a maioria das pessoas que usaria a violência como forma de resolver disputas comerciais ou disputas territoriais.

Entre outros insights, a análise da expansão do PCC mostra a relevância da disputa sobre os aluguéis de mercados ilegais na produção de violência fatal e aponta para um mecanismo emergente e eficaz de resolução de conflitos de base. Mostro que a mitigação de conflito causa redução de homicídios na ordem de -0,1 desvio padrão para homicídios em favelas e -0,5 sd para homicídios em nível de distrito policial. Nossas estimativas de Poisson implicam uma Taxa de Incidência de Homicídios de 0,542 para unidades tratadas em relação a favelas ainda não tratadas.

A análise econométrica revelou ainda que a presença do PCC tem um efeito positivo no desenvolvimento econômico, como evidenciado pelo aumento do número de empresas e empregos dentro das favelas. Essas descobertas enfatizam a complexa interação entre crime, violência, soberania e prosperidade econômica, onde altos níveis de violência impedem o crescimento econômico local e a estabilidade. Os resultados ressaltam o papel das organizações criminosas em (re)moldar os fatores subjacentes que contribuem para o crescimento e a influência de grupos criminosos, como pobreza e acesso limitado à educação e oportunidades de emprego.

7.1 Implicações políticas

Minha pesquisa destaca ainda mais os custos associados à violência em contextos de homicídio endêmico. Como já foi argumentado antes, uma grande parcela da violência prevenida no caso de São Paulo provavelmente está relacionada a disputas pelo controle de mercados ilegais, como tráfico de drogas e jogos de azar neste caso. Além disso, minha pesquisa destaca que os custos associados a essas disputas impactam uma ampla gama de cidadãos que não têm nada a ver com esses mercados, mas são levados a residir em áreas permeadas por eles.

Os resultados obtidos neste estudo sugerem grandes retornos para a paz, embora não prescreva uma maneira de alcançá-la. Apesar do sucesso do PCC em fornecer paz por meio de instituições informais, organização industrial e infiltração estatal, é improvável que esta seja uma fórmula escalável para pacificação, não apenas porque isso não é do interesse do estado (por exemplo: há um viés normativo contra a governança criminal), mas porque o sucesso do PCC é provavelmente uma função da inserção social dos membros, ethos e procedimentos do PCC.

Portanto, ao analisar minhas descobertas juntamente com descobertas anteriores na literatura, há espaço para prescrições sobre mudanças na forma como o Estado e suas instituições interagem com favelas e territórios carentes, bem como prescrições sobre suas interações com o crime organizado e mercados ilícitos.

Primeiro, e acima de tudo, o estado poderia se concentrar em limitar as externalidades negativas dos mercados criminosos, em vez de tentar parar completamente sua operação. A lógica da repressão condicional (Lessing 2018), onde o estado se concentra em combater grupos criminosos que cruzam linhas claramente declaradas, poderia ser mobilizada para prevenir o uso da violência nesses mercados.

O uso de métodos atuais de repressão indiscriminada e aleatória contra mercados ilícitos demonstrou estimular a corrupção policial e limitar a capacidade do estado de controlar a aplicação da lei e, por extensão, os mercados criminosos. Enquanto isso, ao estabelecer controle sobre as forças policiais e focar seus dentes contra aqueles atores que vão contra a prioridade do estado (que deve ser claramente enquadrada como uma redução em homicídios, não como apreensão de armas e drogas) na segurança pública, o estado seria capaz de fornecer incentivos para que os criminosos se comportassem melhor e gerassem menos externalidades negativas.

Segundo, há uma grave falta observada de presença do estado em áreas sob governança criminal e/ou onde mercados criminosos prevalecem. Isso é uma função da capacidade do estado, mas é principalmente impulsionado pela falta de capital econômico, social e político dos moradores. Somente por meio da organização os moradores das favelas conseguem exigir melhorias urbanas ou prestação de serviços. O transporte público é um exemplo de serviço que foi amplamente expandido sob a governança criminal e que provavelmente melhorará os resultados econômicos locais, seja aumentando a renda do trabalho ou atraindo mais clientes para o comércio local.

Terceiro, há um papel importante que deve ser desempenhado pelo Estado e é desempenhado pelo PCC – o de mediar e limitar conflitos civis não relacionados a mercados ilegais. A razão para a falta de envolvimento do estado na mitigação deste conflito parece ser dupla: os cidadãos não confiam nas instituições de execução do estado (a polícia); enquanto isso, o sistema de justiça é lento, caro e não responde – tudo isso acarreta custos muito altos para aqueles que estão à margem do estado. Dito isso, se o governo fornecesse mecanismos de resolução alternativos que fossem executáveis, é muito provável que a aceitação fosse muito maior, apesar das possíveis ações de atores criminosos para mitigar a influência do estado em seu território.

Existe uma forte conexão teórica entre os três elementos acima. Ilícito mercados abundam porque eles fornecem bens e serviços que as pessoas querem ou precisam. Ao estabelecer padrões indiscriminados de combate a eles – e empoderar a aplicação da lei sem supervisão adequada – o estado criou as condições para o aumento da violência e prevalência do mercado ilegal em áreas onde os cidadãos carecem de capital social e político.

Ao sujeitar os já excluídos a mais exclusão, eles criam aqueles bolsões de *cidadania*, onde a governança criminal prospera e a provisão de bem público falha, o estado cria seus próprios desafiantes e enriquece seus profissionais da violência. A falha em fornecer governança funcional, juntamente com os estímulos fornecidos para extorsão e mau comportamento pela aplicação da lei, é um impedimento fundamental para que os moradores usem os serviços fornecidos por eles (por exemplo: chamá-los para casos de violência doméstica, pequenos furtos, etc.). Apesar da proibição frequente por gangues locais de envolver a polícia em quaisquer questões, os moradores também não confiam neles para lidar com seus problemas e frequentemente esperam que o envolvimento da aplicação da lei piore as coisas - este é um subproduto da deterioração da confiança social em relação instituições do estado.

Finalmente, a falta de acesso à justiça é o que impede os cidadãos de terem quaisquer meios legais de resolução de controvérsias. Por um lado, o sistema de justiça é incapaz e não está disposto a exercer controle sobre os agentes da lei. Isso os capacita a se comportar mal e, por extensão, fornece aos criminosos a capacidade de garantir o domínio do território por meio da corrupção e outras formas de captura do setor público. Por outro lado, o acesso ao tribunal civil é caro e lento, o que atenua a capacidade dos moradores mais pobres de acessá-lo ou confiar nele. Sua lentidão limita a previsibilidade de pagamentos, delitos, execução de contratos, não apenas em termos de quanto tempo levará para uma determinada dívida ser paga, mas também em termos de se o caso será mantido em outras instâncias do sistema. Medidas alternativas já em vigor no Brasil melhoram as condições para os serviços de mediação, no entanto, elas não são vinculativas e difíceis de aplicar, uma vez que aplicá-las exigiria um sistema de justiça rápido e instituições de aplicação da lei confiáveis.

Referências

- Acemoglu, D.; De Feo, G.; Russo, G. Guerra, Socialismo e a Ascensão do Fascismo: uma Exploração Empírica. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 137, n. 2, p. 1233–1296, abr 2022. ISSN 0033-5533. Disponível em: <<https://academic.oup.com/qje/article/137/2/1233/6513426>>. páginas 44
- Acemoglu, D.; Feo, GD; Luca, GDD Estados fracos: Causas e consequências da máfia siciliana. *The Review of Economic Studies*, Oxford University Press, v. 87, n. 2, p. 537–581, 2020. páginas 16, 44, 46, 47
- Acemoglu, D.; Santos, R. O monopólio da violência. *Journal of the European Economic Association*, v. 11, n. 9, nov. 2013. páginas 44
- Amorim, C. *CV-PCC: a irmandade do crime*. : Editora Record, 2003. pág. 51
- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinado a Investigador da Ação de Milícias no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro*. Assembleias Legislativas do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), 2008. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf>. páginas 44
- Barcellos, C. *Rota 66* .: Editora Record, 1992. páginas 17, 58
- Barjamovic, G.; Hortaçsu, A. Comércio, mercados e as cidades perdidas da Idade do Bronze. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 134, n. 3, 2019. páginas 43
- Barkey, K. *Bandidos e burocratas: a rota otomana para a centralização do Estado*. : Cornell University Press, 1994. páginas 43
- Biderman, C.; De Mello, JM; De Lima, RS; Schneider, A. Pax Monopolista e Crime: O Caso do Surgimento do Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Journal of Quantitative Criminology*, Springer US, v. 3, pág. 573–605, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10940-018-9393-x>>. páginas 8, 9, 18, 20, 22, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 47, 48, 60, 64, 71, 93
- Biondi, K. *Etnografia No Movimento: Território, Hierarquia E Lei No Pcc*. Tese (Tese de Doutorado) — UFSCar, 2014. páginas 17, 20, 21, 22, 29, 51, 52, 58, 59
- Biondi, K. *Compartilhando esta caminhada: Uma etnografia da vida prisional e do PCC no Brasil*. : UNC Press Books, 2016. páginas 17, 22, 24, 45, 47, 50, 51, 52, 61
- Biondi, K.; Marques, A. Memória e historicidade em dois “comandos” prisioneiros. *Lua Nova*, v. 79, pág. 39–70, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n79/a04n79.pdf>>. páginas 22, 23
- Blair, G. et al. O policiamento comunitário não cria confiança dos cidadãos na polícia nem reduz o crime no Sul Global. *Science*, v. 374, n. 6571, 2021. ISSN 10959203. páginas 47
- Blair, RA; Moscoso-Rojas, M.; Vargas Castillo, A.; Weintraub, M. Prevenção do ressurgimento rebelde após a guerra civil: um experimento de campo em segurança e provisão de justiça na Colômbia rural. *American Political Science Review*, 2022. ISSN 15375943. páginas 16, 47

- Blattman, C.; Duncan, G.; Lessing, B.; Tobón, S. Alternativas civis ao policiamento: evidências da intervenção comunitária para resolução de problemas em Medellín Operación Convivencia. 2023. páginas 16
- Blattman, C.; Duncan, G.; Lessing, B.; Tobón, S. Gang rule: Compreendendo e Combatendo a Governança Criminal. *The Review of Economic Studies*, 2023. páginas 17, 18, 19
- Blok, A. A máfia em uma aldeia siciliana. *Etnologie Française*, PUF, v. 1, pág. 61–67, 2001. páginas 29
- Borusyak, K.; Jaravel, X.; Spiess, J. Revisitando projetos de estudo de eventos: Estimativa robusta e eficiente. *arXiv preprint arXiv:2108.12419*, 2021. páginas 36, 76
- Briceño-Leon, R.; Barreira, C.; Aquino, JPD de. Facções de Fortaleza e Coletivos de Caracas: Dois Modelos de Governança Criminal. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. Especial 4, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/52522>>. páginas 45
- Brinks, D. O império da (não) lei. *Instituições informais e democracia na América Latina*. Baltimore, Johns Hopkins, 2006. páginas 43
- Marrom, M.; Rock, E. *Fórmula mágica da paz*. 1997. Sobrevivendo no inferno. Cosa Nostra. páginas 13
- Bruhn, J. Competition in the Black Market: Estimating the Causal Effect of Gangs in Chicago. *Série de Documentos de Trabalho, Bravo Center*, 2021. páginas 15, 22, 47, 48
- Buonanno, P.; Durante, R.; Prarolo, G.; Vanin, P. Instituições pobres, minas ricas: Maldição dos recursos nas origens da máfia siciliana. *The Economic Journal*, Wiley Online Library, v. 125, n. 586, p. F175–F202, 2015. páginas 16, 46
- Burdick-Will, J. Crime violento de bairro e crescimento acadêmico em Chicago: efeitos duradouros da exposição precoce. *Social Forces*, v. 95, n. 1, 2016. páginas 47
- Burdick-will, J. Violência de bairro, efeitos de pares, e desempenho acadêmico em Chicago. 2018. páginas 47
- Butelli, PH; Neri, MC Impactos das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) sobre Proficiência Escolar. 2015. páginas 47
- Caldeira, TPR; Holston, J. Construindo muros: O novo padrão de segregação espacial em São Paulo. *International Social Science Journal*, v. 48, 1996. páginas 15, 44, 46
- Callaway, B.; Sant'Anna, PHC Diferença-em-diferenças com um tratamento contínuo. *Journal of Econometrics*, Elsevier, v. 225, n. 2, 2021. páginas 8, 35, 36, 64, 65, 73, 74, 76
- Carey, JM Pergaminho, equilíbrios e instituições. v. 33, n. 6, p. 735–761, 2000. páginas 54
- Carvalho, LS; Soares, RR Vivendo no limite: entrada, carreira e saída de jovens em gangues de tráfico de drogas. *Journal of Economic Behavior and Organization*, Elsevier BV, v. 121, p. 77–98, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jebo.2015.10.018>>. páginas 46

Centro de Estudos da Metrópole. *Série histórica de indicadores de violência no nível das delegacias de polícia da Cidade de São Paulo*. 2021. páginas 8, 37, 41, 53

Chaisemartin, C. de; D'Haultfoeuille, X.; Deeb, A. Twowayfeweights: módulo Stata para estimar os pesos e a medida de robustez à heterogeneidade do efeito do tratamento anexada a regressões de efeitos fixos bidirecionais. Departamento de Economia do Boston College, 2019. páginas 65, 74

Chimeli, AB; Soares, RR O uso da violência em mercados ilegais: evidências do comércio de mogno na Amazônia brasileira. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 9, n. 4, p. 30–57.p, 2017. páginas 62

Collier, P. *Guerras, armas e votos: democracia em lugares perigosos*. : Harper Collins, 2009. páginas 43

Cruz, JM; Durán-Martínez, A. Escondendo a violência para lidar com o estado: pactos criminosos em el salvador e medellin. *Journal of Peace Research*, v. 53, n. 2, 2016. páginas 62

Dal Bó, E.; Dal Bó, P.; Di Tella, R. "plata o plomo?": Suborno e punição em uma teoria da influência política. *American Political Science Review*, v. 100, n. 1, 2006. páginas 60

Dasgupta, P. Uma questão de confiança: Capital social e desenvolvimento econômico. *ABCDE*, p. 119, 2011. páginas 24

Dias, CCN Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, pág. 83–106, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7165/5744>>. páginas 27, 29, 57, 58

Díaz, AF; Alves, JCS Michoacán e Rio de Janeiro: Governança Criminal, Controle Social e Obtenção de Lucro e Poder Político por Grupos Armados de Autodefesa e Milícias. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. Especial 4, 2022. páginas 45

Douglass C. North; Barry R. Weingast. Violência e a ascensão de ordens de acesso aberto. *Journal of Democracy*, v. 20, n. 1, 2008. páginas 43

Eckstein, H. *Estudo de caso e teoria em ciência política*. : SAGE, 2000. 119–164 p. páginas 28, 29

Edwards, J.; Ogilvie, S. Que lições para o desenvolvimento econômico podemos tirar das feiras de champanhe? *Explorations in Economic History*, v. 49, n. 2, 2012. páginas 43

Fearon, JD Explicações racionalistas para a guerra. *Organização Internacional*, 1995. páginas 61, 63

Feltran, G. *Irmãos: uma história do PCC*. : Editora Companhia das Letras, 2018. páginas 17, 20, 47, 50, 56, 59, 64

Feltran, G. et al. Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. Especial 4, pág. 349–386, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/artigo/visualização/52509>>. páginas 45

- Feltran, G. d. S. O direito em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, pág. 93–126, 2008. páginas 17, 22, 27, 29, 45, 57
- Feltran, G. d. S. A Gestão da Violência na Periferia de São Paulo. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, v. 7, n. 2, p. 109–134, 2008. páginas 45, 57
- Feltran, G. d. S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 58, pág. 59–73, 2010. páginas 27, 57
- Feltran, GDS Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992 – 2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 11, pág. 232–255, 2012. páginas 18, 20, 23, 58, 61
- Feltran, G. de S. Sobre anjos e irmãos cinquenta anos de expressão política do “crime” numa tradição musical das periferias. *Rev. Estudado. Brás*, v. 56, 2013. pág. 48
- Firmino Amarante, N.; Gonçalves de Melo, J. “O errado será cobrado”: ciclos de vingança e disputas entre criminosos coletivos em Natal/RN após o “Massacre de Alcaçuz”. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 2, 2020. páginas 17, 22
- Folha de S. Paulo. *PCC proíbe empinar moto na periferia de SP e espanca quem desobedece; veja vídeo*. 2021. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/pcc-proibe-empinar-moto-na-periferia-de-sp-e-espanca-quem-desobedece-veja-video.shtml>. páginas 8, 49
- Foureaux Koppensteiner, M.; Manacorda, M. Violência e desfechos de nascimento: evidências de homicídios no Brasil. *Journal of Development Economics*, v. 119, n. Outubro, p. 16–33, 2016. páginas 47
- Foureaux Koppensteiner, M.; Menezes, L. Medo de ir à escola? estimando o efeito da violência comunitária nos resultados escolares. *Iza*, p. 1–33, 2020. Disponível em: [<http://conference.iza.org/conference/_/files/EcoEdu/_/2017/menezes/_/>](http://conference.iza.org/conference/_/files/EcoEdu/_/2017/menezes/_/). páginas 47
- Franco, M. *UPP - A Redução da Favela a Três Letras: uma Análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) — Universidade Federal Fluminense, 2014. pág. 48
- Freire, D. Avaliação do efeito de estratégias de prevenção de homicídios em São Paulo, Brasil: Uma abordagem de controle sintético. *Latin American Research Review*, v. 53, n. 2, p. 1–31, 2018. páginas 47, 48
- Frischtak, C.; Mandel, BR Crime, preços de imóveis e desigualdade: o efeito dos UPS no Rio. *Relatórios da equipe do Federal Reserve Bank de Nova York*, n. 542, 2012, páginas 47
- Gambetta, D. Máfia: o preço da desconfiança. Em: Gambetta, D. (Ed.). *Confiança. Fazendo e quebrando relações cooperativas*. 1988. Disponível em: www.nuffield.ox.ac.uk/users/gambetta. páginas 14, 46
- Gambetta, D. *A máfia siciliana: o negócio da proteção privada*. : Harvard University Press, 1993. páginas 16, 44

Gentil-Fernandes, L.; Guedes-Neto, JV; Inacio, J. De traficantes a estado policial: os efeitos da transição de ordem nas economias locais. *Comparative Political Studies*, v. 0, n. 0, p. 001041402110602, 2022. páginas 47

Área de Ponderação para o Município de São Paulo. páginas 10, 38, GeoSampa. RAIS por 73

GeoSampa. *Shapefiles das Favelas do Município de São Paulo*. páginas 37

Gerring, J. O que é um estudo de caso e para que serve? *American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341–354, 2004. ISSN 00030554. páginas 28

Gerring, J. Existe um método de caso crucial (viável)? *Estudos Políticos Comparativos*, p. 231–253, 2007. páginas 27, 28, 29

Gerring, J. O Estudo de Caso: O que é e o que faz. Em: *The Oxford Handbook of Political Science*. 2011. p. 1–40. ISBN 9780199604456. páginas 28

Glaeser, E. *O que há de bom nas favelas?* 2011. páginas 16

Glenny, M. *O dono do morro: um homem e a batalha pelo Rio*. : Editora Companhia das Letras, 2016. pág. 58

Godoi, R. Vasos Comunicantes, Fluxos Penitenciários: Entre Dentro e Fora Das Prisões De São Paulo. *Vivência*, v. 46, 2015. páginas 29, 67

Goodman-Bacon, A. Diferenças em diferenças com variação no tempo de tratamento. *Journal of Econometrics*, Elsevier, v. 225, n. 2, 2021. páginas 65, 74

Gutiérrez-Sanín, F. Organização e governança: A evolução das milícias urbanas em Medellín, Colômbia. *Rebel Governance in Civil War*, p. 246–264, 2015. páginas 44

Helmke, G.; Levitsky, S. Instituições informais e política comparada: uma agenda de pesquisa. *Perspectivas sobre Política*, v. 2, n. 04, dez. 2004. páginas 17

Hirata, DV *Sobreviver na adversidade: mercado e formas de vida*. : EdUFSCar, 2022. v. 3. páginas 21, 29, 57, 58

Hirata, DV; Grillo, CC Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, p. 75–98, 2017. páginas 22

Holston, J. O desgoverno da lei: Terra e usurpação no Brasil. *Estudos Comparativos em Sociedade e História*, v. 33, n. 4, 1991. páginas 15, 46

Fundo Monetário Internacional. Anexo 4 on-line. Crime e suas consequências macroeconômicas na América Latina. *PERSPECTIVA ECONÔMICA REGIONAL — Western Hemisphere Online*, p. 4–5, 2023. páginas 14, 76

Jervis, R. Cooperação sob o dilema da segurança. *World Politics*, Cambridge University Press, v. 30, n. 2, p. 167–214, 1978. páginas 62

Justus, M.; de Castro Cerqueira, DR; Kahn, T.; Moreira, GC O “Mistério de São Paulo”: O papel da organização criminosa PCC na redução dos homicídios nos anos 2000. *Economia*, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, ANPEC, v. 19, n. 2, p. 201–218, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.econ.2018.02.003>>. páginas 47, 48

- Keohane, RO A demanda por regimes internacionais. *Organização Internacional*, [MIT Press, University of Wisconsin Press, Cambridge University Press, International Organization Foundation], v. 36, n. 2, p. 325–355, 1982. ISSN 00208183, 15315088. páginas 63
- Knack, S.; Zak, PJ Políticas Públicas, Confiança: Construção Interpessoal e Desenvolvimento Econômico- * Trust *International Journal of Supreme Court Economic Review*, v. 10, n. 1, p. ment 91–107, 2003. páginas 24
- Koivu, KL Parceiros ilícitos e desenvolvimento político: como o crime organizado criou o estado. *Estudos em desenvolvimento internacional comparativo*, Estudos em desenvolvimento internacional comparativo, v. 53, n. 1, 2018. páginas 44
- Koonings, K.; Krujit, D. Cidades fraturadas, cidadania de segunda classe e violência urbana. Em: *Fractured Cities*. 2007. páginas 16, 44, 46
- Koppensteiner, MF; Matheson, J. Escolas secundárias e procriação na adolescência: evidências da expansão escolar nos municípios brasileiros. *The World Bank Economic Review*, Oxford University Press, v. 35, n. 4, 2021. páginas 47
- Leeds, E. Cocaína e políticas paralelas na periferia urbana brasileira: restrições à democratização em nível local. v. 31, n. 3, 1996. páginas 46, 58
- Lessing, B. Punição contraproducente: como gangues prisionais minam a autoridade do Estado. *Racionalidade e Sociedade*, v. 29, n. 3, p. 257–297, 2017. páginas 45, 50, 62
- Lessing, B. Fazendo a paz nas guerras contra as drogas. Em: *Fazendo a paz nas guerras contra as drogas*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2018. páginas 81
- Lessing, B. Conceituando governança criminal. *Perspectives on Politics*, v. 1, n. 510, 2020. páginas 17, 21, 44, 45
- Lessing, B. Governança Criminal na América Latina em Perspectiva Comparada: Introdução à Edição Especial. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. Especial 4, 2022. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/ver/52896>>. páginas 44, 45
- Lessing, B.; Willis, GD Legitimidade na Governança Criminal: Gerenciando um Império das Drogas Atrás das Grades. *American Political Science Review*, p. 1–61, 2019. Disponível em: <[http://www.polisci.ucla.edu/sites/default/files/u244/benjamin\(_jlessing\(_ \)papel\(_ \)02->](http://www.polisci.ucla.edu/sites/default/files/u244/benjamin(_jlessing(_)papel(_)02->)>. páginas 22, 27, 28, 30, 45, 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56
- Levitt, SD Entendendo por que o crime caiu na década de 1990: Quatro fatores que explicam o declínio e seis que não. *Journal of Economic Perspectives*, v. 18, n. 1, p. 163–190, 2004. páginas 29
- Levitt, SD; Venkatesh, AS Uma análise econômica das finanças de uma gangue de tráfico de drogas. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 3, p. 755–789, 2000. páginas 29
- Liu, L.; Wang, Y.; Xu, Y. Um guia prático para estimadores contrafactuais para inferência causal com dados transversais de séries temporais. *American Journal of Political Science*, Wiley Online Library, 2022. páginas 36

- Magaloni, B.; Franco-Vivanco, E.; Melo, V. Matar nas favelas: ordem social, governança criminal e violência policial no rio de janeiro. *American Political Science Review*, v. 114, n. 2, 2020. páginas 48
- Malvasi, PA *Interfaces da vida loka: Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. 288 pág. Tese (Doutorado) — UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2012. páginas 17, 21, 23, 24, 27, 51, 52, 53, 56, 57
- Marques, A. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. pág. 120, 2009. páginas 17
- Martin, X. Sala-i et al. O índice de competitividade global: medindo o potencial produtivo das nações. *O relatório de competitividade global*, v. 2008, p. 3–50, 2007. páginas 16, 17
- Mearsheimer, JJ Anarquia e a Luta pelo Poder. 2001. páginas 62, 63
- Melnikov, N.; Schmidt-Padilla, C.; Sviatschi, MM Gangues, mobilidade laboral e desenvolvimento. *Escritório Nacional de Pesquisa Econômica*, 2020. páginas 47
- Merenfeld, L. *O impacto do controle de território sobre o furto de energia elétrica: O caso do Rio de Janeiro*. 2017. páginas 48
- Misse, M. Mercados ilegais, esquemas de proteção e crime organizado no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, v. 61, pág. 139–157, 2007. páginas 62
- Monteiro, J.; Rocha, R. Batalhas contra as drogas e desempenho escolar: evidências das favelas do Rio de Janeiro. *Review of Economics and Statistics*, v. 96, n. 4, p. 638–647, 2017. páginas 37, 47
- Ostrom, E. *Governando os bens comuns: A evolução das instituições para a ação coletiva*. : Cambridge University Press, 1990. páginas 43
- Oye, KA Explicando a cooperação sob anarquia: Hipóteses e estratégias. *World Politics*, Cambridge University Press, v. 38, n. 1, p. 1–24, 1985. ISSN 00438871, 10863338. páginas 63
- Paes Manso, B.; Dias, CN *A Guerra*. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p. páginas 47, 50
- Rangel, F. Problema e poder: Comércio informal entre repressão e empreendedorismo. *Revista de Economias Ilícitas e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, 2019. páginas 25
- Ribeiro, E.; Soares, LE; Krenzinger, M. Tipos de Governança Criminal: Um Estudo Comparativo Baseado nos Casos da Maré. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. Especial 4, 2022. páginas 45
- Rocha, R.; Cerqueira, D. Polícia comunitária e educação: evidências do programa upp do rio de janeiro. n. Agosto de 2019. páginas 47
- Rufin, C. Política de prestação de serviços públicos nas favelas do Brasil. *Working Paper*, 2015. páginas 15
- Rufin, C.; Parada, P.; Serra, E. O paradoxo das estratégias multidomésticas no Mundo Global: Testemunho das estratégias de "não-mercado" nos países em desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 10, n. 26, 2008. páginas 15

- Ruotti, C. *Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas nas periferias da cidade de São Paulo*. 226 pág. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2016. páginas 17, 19, 24, 27, 29, 48, 58, 59
- Schouten, P. *Política de bloqueio de estradas*. 2022. 111–256 p. ISBN 9781108494014. páginas 44
- SEBRAE. *Mulher MEI: somos fortes, somos empreendedoras*. 2023. [Acessado em 19-12-2023]. páginas 76
- Sierra, RS de la. Sobre as origens do estado: Bandidos estacionários e tributação no Congo Oriental. *Journal of Political Economy*, v. 128, n. 1, p. 32–74, 2020. ISSN 1537534X. páginas 16, 44
- Silvestre, G. *Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo*. Tese (Doutorado), 2018. pág. 29
- Skarbek, D. Governança e gangues prisionais. *American Political Science Review*, v. 105, n. 4, 2011. páginas 22, 45, 51, 52
- Sobrino, F. Mexican Cartel Wars: Fighting for the US Opioid Market. *Documento de trabalho*, p. 1–63, 2020. páginas 20, 47, 48
- Spruyt, H. Guerra e formação de estados. Em: *A guerra cria estados?* 2017. p. 73–97. páginas 43
- Stahlberg, SG O lado negro da competição: crime organizado e violência no Brasil. 2021. páginas 47
- Staniland, P. Política armada e o estudo do conflito intraestatal. *Journal of Peace Research*, v. 54, n. 4, p. 459–467, 2017. ISSN 14603578. páginas 44
- Stewart, MA Guerra Civil como Criação de Estado: Governança Estratégica na Guerra Civil. *Organização Internacional*, v. 72, n. 1, p. 205–226, 2018. ISSN 15315088. páginas 44
- Sweet, R. Concealing Conflict Markets: How Rebels and Firms Use State Institutions to Launder Wartime Trade. *Organização Internacional*, n. Setembro, 2021. ISSN 15315088. páginas 44
- Tilly, C. A construção da guerra e do estado como crime organizado. *Bringing The State Back In*, 1985. páginas 23, 43
- Tilly, C. *Coerção, Capital e Estados Europeus, AD 1990-1990*. : Wiley-Blackwell, 1992. páginas 43
- Trudeau, J. Política de metralhadoras: Por que os políticos cooperam com grupos criminosos. *Working Paper*, 2021. páginas 45
- Varese, F. Como as máfias migram: O caso da ndrangheta no norte da Itália. *Law and Society Review*, v. 40, n. 2, 2006. páginas 16, 44, 46
- Volkov, V. *Empreendedores violentos: o uso da força na marcação do capitalismo russo*. : Cornell University Press, 2002. páginas 16, 44, 46
- Waltz, KN A Estrutura Anárquica da Política Mundial. 1979. páginas 61
- Weber, M. *As palestras sobre vocação*. : Hackett Publishing, 2004. páginas 43

Willadino, R.; Costa, R.; Nascimento, DO; Souza, JDE *Novas Configurações das Redes Criminosas após a implantação das UPPs*. Rio de Janeiro, 2018. 180 p. páginas 48

Willis, GD *O consenso da matança*. : University of California Press, 2015. páginas 22, 43, 59

Willis, GD *O consenso da matança: polícia, crime organizado e a regulamentação da vida e da morte no Brasil urbano*. 2015. 1–192 p. páginas 23, 45, 52

Zaluar, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, SciELO Brasil, 2000. páginas 15, 46, 58

Zaluar, A.; Barcellos, C. Mortes Prematuras e Conflito Armado pelo Domínio das Favelas no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 81, pág. 17–31, 2013. páginas 15, 47

Zhao, M. et al. Aplicações do sensoriamento remoto por satélite de observações de luz noturna: Avanços, desafios e perspectivas. *Sensoriamento Remoto*, v. 11, n. 17, 2019. ISSN 2072-4292. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/2072-4292/11/17/1971>>. páginas 39, 40

Zubillaga, V.; Hanson, R.; Sánchez, FJ Governança criminal em tempos de revolução pós-Chávez e legitimidade questionada: um olhar sobre as diferentes ordens territoriais e atores armados em Caracas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. Especial 4, 2022. páginas 45

APÊNDICE A – Apêndice

A.1 Disque-Denúncia e a chegada do PCC

“O Disque-Denúncia é administrado por uma organização não governamental chamada Instituto São Paulo contra a Violência, por meio de um convênio com uma agência de fiscalização estadual (ou seja, a Secretaria de Segurança Pública). O Instituto São Paulo contra a Violência foi criado em 1997 com o apoio do maior grupo de mídia do Brasil e de outros importantes parceiros do setor privado (Canal Globo de Televisão e várias entidades que compreendem federações privadas, fundações, associações, instituições financeiras, corporações, etc.). Ele é responsável por administrar a infraestrutura do call center. Os telefonistas recebem treinamento especial para lidar com questões de segurança pública e direitos humanos normalmente denunciadas pela população, como tráfico de drogas, jogos de azar e violência doméstica. Seguindo um script, os atendentes recebem as ligações e registram todas as informações usando um software proprietário desenvolvido para o serviço. Uma vez registradas, as informações são enviadas pelo sistema de software para o Centro de Análise Criminal (CAC) do judiciário e das forças policiais, que estão localizados no mesmo prédio do call center. Após verificar que o evento relatado está sob sua jurisdição, os analistas policiais classificam a situação do crime e enviam as informações para seus pares nas delegacias de polícia locais, de acordo com o endereço relatado. As delegacias de polícia locais devem acompanhar qualquer ação tomada, dentro de 30–90 dias; isso é feito usando o mesmo número. Os usuários podem ligar de volta para o serviço para acompanhar um relato. Para manter o anonimato, o usuário é solicitado a recitar um código alfanumérico que foi fornecido durante a primeira chamada, que foi emitido especificamente para fins de acompanhamento. A linha direta opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e cobre todas as cidades do estado de São Paulo. Sendo considerado um "serviço de utilidade pública", não há custos associados ao uso desta linha, e as chamadas recebidas podem ser feitas usando telefones fixos ou celulares. O número "181" é atribuído pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para todas as linhas diretas brasileiras dessa natureza, que operam de forma diferente em cada estado.

Os dados do Disque-Denúncia contêm a suposta localização de cada evento relatado, a suposta data e hora desse evento e as características físicas de ambos os suspeitos e vítimas."

Extraído do apêndice de [\(Biderman et al. 2019\)](#)

A.2 Vislumbres de dados de apreensão

Jundiai

Nome:
 Vulgo:
 Matrícula:
 Quebrada:
 Data do Batismo:
 Local do Batismo:
 Padrinhos:
 Três Últimas Faculdade:
 Três Últimas Respostas:
 Resposta Atual:
 Punição:
 Data da Saída:
 Local da Saída:
 Linha V:
 Cadastrou:
 Na Cidade:

Figura 21 – Exemplo de registro do PCC por volta de 2013. Inclui “as últimas universidades” (prisões) onde eles estiveram.

REGIAO	Munici	Vulgo	MÊS_saida	ANO_saida	btz_na_rua	Function	ever_punished	punishment	OBS
19	ELIAS FAUSTO	subject 1	7	2005	0	FINANCEIRA DA CIDADE	0	NÃO TEM	
16	ARARAQUARA	subject 2	7	2005	0	RESUMO DA RUA	0	NÃO TEM	
19	JUNDIAI	subject 3	7	2005	0	NÃO FECHA EM RESPONSA	0	NÃO TEM	
17	SÃO JOSE DO RIO PRETO	subject 4	2	2001	0	FINAL DOS 14	0	NÃO TEM	
16	RIBEIRÃO PRETO	subject 5	5	2002	0	FINANCEIRA REGIONAL	0	NÃO TEM	
19	JUNDIAI	subject 6	11	2003	0	DISCIPLINA DA CIDADE	0	NÃO TEM	
19	CAMPINAS	subject 7	6	2004	0	CEBOLA INTERIOR	0	NÃO TEM	
19	JUNDIAI	subject 8	3	2006	0	CEBOLA DA CIDADE	0	NÃO TEM	
12	SÃO JOSE DOS CAMPOS	subject 9	5	2006	0	NÃO FECHA EM RESPONSA	0	NÃO TEM	

Figura 22 – Exemplo de registro de membros obtido, apelidos removidos